

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

IGAM INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS

Gerência de Apoio às Agências de Bacias Hidrográficas e Entidades Equiparadas

Processo SEI nº 2240.01.0000321/2026-65

**EDITAL CONJUNTO DE SELEÇÃO DE ENTIDADE PARA DESEMPENHAR AS FUNÇÕES DE
AGÊNCIA DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DO ALTO
JEQUITINHONHA (JQ1), DO RIO ARAÇUAÍ (JQ2), DO MÉDIO E BAIXO JEQUITINHONHA (JQ3),
DO RIO MUCURI (MU1), DO RIO MOSQUITO E DEMAIS AFLUENTES DO RIO PARDO (PA1) E
DO RIO SÃO MATEUS (SM1)**

PREÂMBULO

Os Comitês das Bacias Hidrográficas (CBHs) dos afluentes mineiros do Alto Jequitinhonha (JQ1), do rio Araçuaí (JQ2), do Médio e Baixo Jequitinhonha (JQ3), do rio Mucuri (MU1), do rio Mosquito e demais afluentes do rio Pardo (PA1) e do rio São Mateus (SM1), instituídos, respectivamente, pelos Decretos Estaduais nº 45.183/2009, nº 40.931/2000, nº 44.955/2008, nº 44.865/2008, nº 39.736/1998, e nº 45.184/2009, como órgãos colegiados, de Estado, deliberativos, normativos e consultivos, integrantes do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SEGRH-MG, convidam os interessados a apresentarem PROPOSTA para atuar como Entidade Equiparada desempenhando as funções de Agência de Bacia Hidrográfica do Alto Jequitinhonha (JQ1), do rio Araçuaí (JQ2), do Médio e Baixo Jequitinhonha (JQ3), do rio Mucuri (MU1), do rio Pardo (PA1) e do rio São Mateus (SM1) através da assinatura de Contrato de Gestão com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam.

ÍNDICE

1. Do Objetivo
2. Base legal
3. Das especificações técnicas das atividades e dos serviços a serem executados
4. Do Instrumento de Contratação
5. Da Vigência da Equiparação e do Contrato de Gestão
6. Dos Recursos Financeiros
7. Da vigência do Edital de Chamamento Público
8. Da Habilitação Jurídica e Técnica da Entidade Proponente
9. Da Qualificação Técnica da Entidade Proponente
10. DA APRESENTAÇÃO E ENVIO DAS PROPOSTAS
11. DO JULGAMENTO E SELEÇÃO DAS PROPOSTAS
12. DO RESULTADO FINAL E CONVOCAÇÃO DA ENTIDADE SELECIONADA
13. DOS RECURSOS E IMPUGNAÇÕES
14. DO CALENDÁRIO DE ATIVIDADES
15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
16. DOS ANEXOS

1. DO OBJETO

Selecionar uma entidade para desempenhar as funções de Agência de Bacia Hidrográfica dos CBHs JQ1, JQ2, JQ3, MU1, PA1, e SM1, doravante denominada ENTIDADE PROPONENTE.

Os CBHs JQ1, JQ2, JQ3, MU1, PA1, e SM1 indicarão ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais – CERH/MG a ENTIDADE PROPONENTE que for selecionada com base nos procedimentos estabelecidos neste Edital para receber a delegação de competência para o exercício de funções de Agência de Bacia Hidrográfica, atendendo ao art. 37 da Lei Estadual 13.199/99, será doravante denominada ENTIDADE SELECIONADA.

Este Edital encontra-se disponível no sítio eletrônico do INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS, no seguinte endereço: www.igam.mg.gov.br/editais. Este Edital encontra-se disponível no sítio eletrônico do INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS, no seguinte endereço: www.igam.mg.gov.br/editais.

2. BASE LEGAL

- Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997 - Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

- Lei Estadual nº 13.199 de 29 de janeiro de 1999 - Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências;

- Lei Estadual nº 24.673, de 12 de janeiro de 2024 - Dispõe sobre o Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

- Decreto Estadual nº 49.038, de 20 de maio de 2025 - Regulamenta a [Lei nº 24.673, de 12 de janeiro de 2024](#), que dispõe sobre o Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

- Decreto Estadual nº 49.023, de 16 de abril de 2025 - Dispõe sobre a equiparação de entidades à agência de bacia hidrográfica e a celebração de contrato de gestão entre o Instituto Mineiro de Gestão das Águas e entidade equiparada, e dá outras providências;

- Deliberação Normativa CERH-MG nº 98, de 25 de abril de 2025 - Dispõe sobre a agência de bacia hidrográfica e as entidades privadas sem fins lucrativos equiparadas à agência de bacia hidrográfica, a gestão integrada dos recursos oriundos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos e o custeio administrativo destinado às entidades equiparadas no âmbito do Estado;

- Portaria Igam nº 22, de 08 de agosto de 2025 - Estabelece os percentuais de custeio administrativo destinados às Entidades Equiparadas a Agência de Bacia Hidrográfica no âmbito do Estado de Minas Gerais;

- Resolução Conjunta Semad/Igam nº 3.389, de 31 de outubro de 2025 - Dispõe sobre os critérios e os procedimentos para cálculo, distribuição, execução e prestação de contas dos recursos do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais, destinados ao programa de apoio aos Comitês de Bacia Hidrográfica, em regulamentação ao inciso I do art. 16 da Lei nº 24.673, de 12 de janeiro de 2024, e ao art. 23 do Decreto nº 49.038, de 20 de maio de 2025.

- Deliberação CBH JQ1 nº 005, de 26 de agosto de 2025 - Aprovada a seleção de entidade para exercer a função de agência de bacia hidrográfica por meio do instrumento administrativo público de seleção- chamamento público, nos termos da Lei Estadual nº 13.199/1999 e do Decreto Estadual nº 49.023, de 16/04/2025;

- Deliberação CBH JQ2 nº 030, de 29 de agosto de 2025 - Aprovada a seleção de entidade para exercer a função de agência de bacia hidrográfica por meio do instrumento administrativo público de seleção- chamamento público, nos termos da Lei Estadual nº 13.199/1999 e do Decreto Estadual nº 49.023, de 16/04/2025;

- Deliberação CBH JQ3 nº 005, de 25 de agosto de 2025 - Aprovada a seleção de entidade para exercer a função de agência de bacia hidrográfica por meio do instrumento administrativo público de seleção- chamamento público, nos termos da Lei Estadual nº 13.199/1999 e do Decreto Estadual nº 49.023, de 16/04/2025;

- Deliberação CBH MU1 nº 023, de 25 de agosto de 2025 - Aprovada a seleção de entidade para exercer a função de agência de bacia hidrográfica por meio do instrumento administrativo público de seleção- chamamento público, nos termos da Lei Estadual nº 13.199/1999 e do Decreto Estadual nº 49.023, de 16/04/2025;

- Deliberação CBH PA1 nº 014, de 30 de outubro de 2025 - Aprovada a seleção de entidade para exercer a função de agência de bacia hidrográfica por meio do instrumento administrativo público de seleção- chamamento público, nos termos da Lei Estadual nº 13.199/1999 e do Decreto Estadual nº 49.023, de 16/04/2025;

- Deliberação CBH SM1 nº 035, de 17 de setembro de 2025 - Aprovada a seleção de entidade para exercer a função de agência de bacia hidrográfica por meio do instrumento administrativo público de seleção- chamamento público, nos termos da Lei Estadual nº 13.199/1999 e do Decreto Estadual nº 49.023, de 16/04/2025.

- Resolução ANA nº 1.190, de 03 de outubro de 2016 - Aprova o Regulamento do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas – PROCOMITÊS e dá outras providências.

- Resolução ANA nº 1.595, de 19 de dezembro de 2016 - Aprova o Detalhamento do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas – PROCOMITÊS e dá outras providências.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DAS ATIVIDADES E DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

A ENTIDADE SELECIONADA deverá de acordo com o estabelecido no instrumento de contratação e nas deliberações dos respectivos CBHs, exercer as seguintes atribuições na sua área de abrangência:

- a) aquelas previstas nos incisos I a XXXIV do art. 45 da Lei Estadual 13.199/99 conforme estabelecido no instrumento de contratação a ser celebrado com o Igam com interveniência dos CBHs;
- b) exercer a função de Secretaria Executiva dos respectivos CBHs, prestando-lhes apoio técnico, administrativo e financeiro necessários ao seu funcionamento;
- c) propor aos CBHs medidas para o contínuo aperfeiçoamento do gerenciamento de recursos hídricos no âmbito das respectivas bacias hidrográficas;
- d) franquear aos CBHs, e ao Igam todos os dados e informações de que disponha visando transparência e o controle social de suas ações e atividades;
- e) encaminhar ao Igam e aos CBHs, nos prazos estabelecidos, o relatório sobre a execução do instrumento de contratação a ser celebrado com o Igam, tendo os CBHs como entidades intervenientes, bem como a prestação de contas dos recursos recebidos;
- f) cumprir os procedimentos específicos editados pelo Igam para seleção e recrutamento de pessoal, bem como para compras e contratação de obras e serviços, a serem custeados com os recursos financeiros provenientes do instrumento de contratação, observando-se os princípios da eficiência, da legalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade e da impessoalidade;
- g) administrar os bens móveis e imóveis a ela cedidos para a consecução dos objetivos e metas previstos nos Contratos de Gestão a serem celebrados;
- h) apoiar os CBHs na articulação com o órgão gestor e com os organismos de bacia instituídos no âmbito da Bacia Hidrográfica, visando a gestão integrada dos recursos hídricos;
- i) instalar sede administrativa em local estrategicamente definido, considerando critérios de economicidade, logística, acessibilidade e eficiência operacional, de modo a assegurar atendimento técnico, administrativo e institucional adequado a todos os Comitês de Bacia Hidrográfica atendidos pela ENTIDADE SELECIONADA, observado o prazo máximo de 1 (um) ano contado da celebração do instrumento de contratação;
- j) adotar estrutura administrativa descentralizada compatível com a área de atuação abrangida pelo instrumento de contratação, podendo, para garantir atendimento eficiente aos Comitês de Bacia Hidrográfica, instalar subsedes administrativas, escritórios de apoio ou celebrar parcerias com instituições públicas ou privadas, observado o disposto no § 3º do art. 21 da Deliberação Normativa CERH-MG nº 98/2025 e a disponibilidade orçamentária e financeira da entidade;
- k) manter estrutura organizacional e corpo técnico-administrativo compatíveis com a execução das competências previstas no art. 45 da Lei Estadual nº 13.199/1999, assegurando capacidade operacional para o atendimento contínuo aos Comitês de Bacia Hidrográfica, a execução das ações previstas no instrumento de contratação e a gestão integrada das atividades desenvolvidas.
- l) atuar na captação de recursos financeiros e oportunidades de investimentos em planos, programas e projetos com vista à melhoria da qualidade e quantidade das águas da bacia, os usos múltiplos e proteção de ecossistemas aquáticos;
- m) atuar no âmbito do instrumento de contratação em conformidade com a legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e o sigilo das informações, bem como as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial as Leis Federais nº 13.709/2018 e 12.527/11;
- n) elaborar e submeter à aprovação dos respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica o Plano de Aplicação Plurianual dos recursos oriundos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos, estruturado de forma integrada para os Comitês de Bacia Hidrográfica atendidos pela ENTIDADE SELECIONADA, observadas as diretrizes dos respectivos Planos Diretores de Recursos Hídricos e da gestão integrada.

O Plano de Aplicação Plurianual deverá promover a convergência de programas, ações e atividades de interesse

comum aos Comitês de Bacia Hidrográfica, buscando a otimização dos recursos públicos, a racionalização das despesas e a maximização dos resultados, sem prejuízo da observância das prioridades definidas por cada Comitê.

O planejamento deverá apresentar, de forma individualizada para cada bacia hidrográfica, a programação dos investimentos, com a identificação das ações e atividades a serem executadas, das respectivas metas, dos recursos financeiros vinculados e dos valores destinados a cada Comitê de Bacia Hidrográfica, asseguradas a segregação financeira dos recursos arrecadados e a rastreabilidade da execução física e financeira.

4. DO INSTRUMENTO DE CONTRATAÇÃO

A ENTIDADE SELECIONADA deverá firmar o Contrato de Gestão com o Igam, após a aprovação do CERH/MG, com a interveniência dos CBHs JQ1, JQ2, JQ3, MU1, PA1, e SM1, no prazo de até um ano a contar da publicação da deliberação do CERH-MG (específica de equiparação da Entidade), conforme art. 19 da Deliberação Normativa CERH-MG nº 98/2025.

No caso de rescisão ou denúncia do Contrato de Gestão, a ENTIDADE SELECIONADA observará as normas vigentes expedidas pelo órgão gestor, as elencadas nos respectivos Contratos de Gestão ou atos administrativos correspondentes, em especial no Decreto nº 49.023/2025.

O contrato de gestão poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes e, ainda, unilateralmente, pelo Igam ou pela entidade equiparada, independentemente das demais medidas legais cabíveis, nas seguintes situações:

- I – descumprimento total ou parcial do contrato de gestão;
- II – descumprimento das deliberações do CERH-MG e de atos normativos afetos à matéria objeto do contrato de gestão;
- III – alteração do estatuto da entidade equiparada de forma a modificar as condições de sua qualificação para a execução do objeto do contrato de gestão;
- IV – revogação pelo CERH-MG da equiparação da entidade equiparada;
- V – avaliação insuficiente da entidade equiparada, nos termos do inciso IV do § 2º do art. 16 do Decreto nº 49.023/2025, por duas vezes consecutivas, salvo se houver justificativa válida apresentada pela entidade e aprovada pelo respectivo CBH;
- VI – falsidade ou incorreção insanável de informação em documento apresentado ao Cagec ou na celebração do contrato de gestão;
- VII – utilização dos recursos em desacordo com a legislação aplicável;
- VIII – reprovação da prestação de contas, nos termos do inciso III do art. 109 do Decreto nº 49.023/2025;
- IX – três advertências acumuladas durante a vigência do contrato de gestão;
- X – razões de interesse público, justificadas pelo dirigente máximo do Igam;
- XI – pela entidade equiparada, a qualquer tempo, desde que mediante comunicação formal ao Igam e com prazo nunca inferior a cento e oitenta dias;
- XII – extinção da entidade equiparada.

A rescisão unilateral por parte do Igam será precedida de processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa e o contraditório, respondendo os dirigentes da entidade equiparada, individual ou solidariamente, pelos danos ou prejuízos decorrentes de sua ação ou omissão.

A rescisão importará reversão dos bens adquiridos e usados pela entidade equiparada, bem como do saldo não aplicado, corrigido monetariamente, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, exigindo-se a prestação de contas das aplicações e dos recursos recebidos.

A minuta do contrato de gestão oriundo do presente processo de seleção pública está apresentada no ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO DE GESTÃO E SEUS ANEXOS e estabelece as cláusulas essenciais da futura contratação, possuindo caráter referencial quanto aos aspectos operacionais e ao detalhamento da execução contratual. Após a conclusão do processo de seleção e da equiparação da entidade pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH-MG, a minuta poderá ser objeto de ajustes e adequações decorrentes das tratativas entre o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, os Comitês de Bacia Hidrográfica intervenientes e a ENTIDADE SELECIONADA, especialmente quanto ao aprimoramento do Programa de Trabalho, ao detalhamento de metas, indicadores de desempenho, cronogramas de execução, procedimentos operacionais,

atualização das estimativas de arrecadação da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos, adequação das projeções orçamentárias e financeiras e demais informações técnicas necessárias à celebração do contrato de gestão.

Os ajustes de que trata este parágrafo deverão restringir-se ao aperfeiçoamento técnico, operacional e financeiro do instrumento contratual, sendo vedada qualquer alteração que implique modificação do objeto do chamamento público, das cláusulas essenciais da contratação, dos requisitos de habilitação, dos critérios de julgamento ou das condições que fundamentaram a seleção da entidade, devendo toda alteração estar devidamente motivada e fundamentada em justificativa técnica e jurídica, em observância aos princípios da legalidade, da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório, da segurança jurídica e da eficiência administrativa.

5. DA VIGÊNCIA DA EQUIPARAÇÃO E DO CONTRATO DE GESTÃO

A ENTIDADE SELECIONADA terá sua indicação submetida ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais – CERH-MG para fins de equiparação ao exercício das funções de Agência de Bacia Hidrográfica dos Comitês de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Alto Jequitinhonha (JQ1), do Rio Araçuaí (JQ2), do Médio e Baixo Jequitinhonha (JQ3), do Rio Mucuri (MU1), do Rio Mosquito e demais afluentes do Rio Pardo (PA1) e do Rio São Mateus (SM1), observado o disposto na Lei Estadual nº 13.199/1999 e no Decreto Estadual nº 49.023/2025.

Os Comitês de Bacia Hidrográfica JQ1, JQ2, JQ3, MU1, PA1 e SM1 propõem que o ato de equiparação seja concedido pelo prazo de 20 (vinte) anos, observado o limite previsto no § 1º do art. 13 do Decreto Estadual nº 49.023/2025, competindo ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH-MG deliberar sobre o prazo de vigência da equiparação no respectivo ato administrativo.

Após a aprovação da equiparação pelo CERH-MG, poderá ser celebrado Contrato de Gestão entre o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM e a entidade equiparada, com a interveniência dos respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica. Os Comitês propõem que o instrumento seja celebrado pelo prazo inicial de 10 (dez) anos, admitida sua prorrogação, observado o limite máximo previsto na legislação vigente, a disponibilidade de interesse das partes e a vigência da equiparação.

A eventual prorrogação do Contrato de Gestão ficará condicionada ao atendimento das condições estabelecidas na legislação aplicável, à avaliação satisfatória do desempenho da entidade equiparada, à manifestação favorável dos Comitês de Bacia Hidrográfica intervenientes e à celebração do respectivo termo aditivo, não constituindo o presente edital garantia de equiparação, de celebração do contrato de gestão ou de sua prorrogação.

6. DOS RECURSOS FINANCEIROS

Serão repassados a ENTIDADE SELECIONADA, na periodicidade estabelecida no respectivo Contrato de Gestão, de acordo com o estabelecido no Decreto nº 48.160/2021 e no Decreto nº 49.023/2025, os valores arrecadados anualmente, a partir da metodologia de cobrança aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais das Circunscrições Hidrográficas JQ1, JQ2, JQ3, MU1, PA1 e SM1, que serão corrigidos anualmente conforme disposto no Decreto Estadual nº 48.160, de 24 de março de 2021. A arrecadação poderá variar conforme as correções legalmente previstas, do Preço Público Unitário, da regularização dos usos da água e da taxa de inadimplência.

	JQ1	JQ2	JQ3	MU1	PA1	SM1	Total
2025	428.945,76	1.186.061,37	1.404.755,09	660.394,72	219.720,75	192.775,88	4.092.653,57
2026	447.218,85	1.236.587,58	1.464.597,66	688.527,54	229.080,85	200.988,13	4.267.000,61
2027	465.062,88	1.285.927,43	1.523.035,10	715.999,78	238.221,18	209.007,56	4.437.253,94
2028	482.735,27	1.334.792,67	1.580.910,44	743.207,78	247.273,58	216.949,85	4.605.869,59
2029	499.631,01	1.381.510,41	1.636.242,30	769.220,05	255.928,16	224.543,09	4.767.075,02
2030	517.118,09	1.429.863,28	1.693.510,78	796.142,75	264.885,65	232.402,10	4.933.922,65
2031	535.217,22	1.479.908,49	1.752.783,66	824.007,75	274.156,64	240.536,17	5.106.609,94
2032	553.949,83	1.531.705,29	1.814.131,09	852.848,02	283.752,13	248.954,94	5.285.341,29
2033	573.338,07	1.585.314,98	1.877.625,68	882.697,70	293.683,45	257.668,36	5.470.328,23
2034	593.404,90	1.640.801,00	1.943.342,58	913.592,12	303.962,37	266.686,75	5.661.789,72

2035	614.174,07	1.698.229,04	2.011.359,57	945.567,84	314.601,05	276.020,79	5.859.952,36
Total	5.710.795,96	15.790.701,55	18.702.293,94	8.792.206,03	2.925.265,82	2.566.533,62	54.487.796,92

Valores estimados e calculados com base na previsão inflacionária divulgada no Boletim Focus do Banco Central
Fonte: Gerência de Instrumentos Econômicos do Igam

Os valores arrecadados com a Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos em exercícios anteriores serão repassados a ENTIDADE SELECIONADA a partir da celebração do Contrato de Gestão.

Sigla	2024	2025	Total
JQ1	R\$ 133.379,41	R\$ 204.020,40	R\$ 337.399,81
JQ2	R\$ 543.945,97	R\$ 513.882,73	R\$ 1.057.828,70
JQ3	R\$ 0,00	R\$ 875.107,73	R\$ 875.107,73
MU1	R\$ 550.927,30	R\$ 581.770,98	R\$ 1.132.698,28
PA1	R\$ 0,00	R\$ 55.278,35	R\$ 55.278,35
SM1	R\$ 151.274,30	R\$ 129.717,23	R\$ 280.991,53
Total	R\$ 1.379.526,98	R\$ 2.359.777,42	R\$ 3.739.304,40

Valores arrecadados com a Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos
Fonte: Gerência de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças do Igam

Nos termos do §2º do art. 28 da Lei Estadual 13.199/99, da Deliberação Normativa CERH-MG nº 98/2025 e da Portaria Igam nº 22/2025, o valor oriundo da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos a ser utilizado com a implantação e o custeio administrativo da ENTIDADE SELECIONADA será de 20% (vinte por cento) do montante arrecadado e repassado por meio do Contrato de Gestão.

Serão destinados à entidade selecionada recursos financeiros provenientes do **Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – FHIDRO**, especificamente aqueles alocados ao Programa de Apoio aos Comitês de Bacia Hidrográfica, nos termos da Lei Estadual nº 24.673/2024, do Decreto Estadual nº 49.038/2025 e da Resolução Conjunta SEMAD/IGAM nº 3.389/2025.

Os recursos financeiros oriundos do FHIDRO serão repassados anualmente à entidade equiparada à agência de bacia hidrográfica, mediante contrato de gestão, observadas as disposições da Lei Orçamentária Anual – LOA, do respectivo Decreto de Programação Orçamentária e Financeira – DPO, bem como a disponibilidade orçamentária e financeira do Estado.

Para o exercício de 2026, está previsto o repasse do montante de **R\$ 745.252,77 (setecentos e quarenta e cinco mil duzentos e cinquenta e dois reais e setenta e sete centavos)**, condicionado à aprovação das peças orçamentárias correspondentes e à efetiva disponibilidade financeira do FHIDRO, sendo:

- Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Alto Jequitinhonha (JQ1) - valor R\$ 137.826,02 (cento e trinta e sete mil oitocentos e vinte e seis reais e dois centavos)
- Bacia Hidrográfica do Rio Araçuaí (JQ2) - valor R\$ 85.269,19 (oitenta e cinco mil duzentos e sessenta e nove reais e dezenove centavos)
- Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Médio Baixo Jequitinhonha (JQ3) - valor R\$ 86.664,54 (oitenta e seis mil seiscentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos)
- Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Rio Mucuri (MU1) - valor R\$ 111.780,16 (cento e onze mil setecentos e oitenta reais e dezesseis centavos)
- Bacia Hidrográfica do rio Mosquito e demais afluentes do rio Pardo (PA1) - valor R\$ 133.174,97 (cento e trinta e três mil cento e setenta e quatro reais e noventa e sete centavos)
- Bacia Hidrográfica do Rio São Mateus (SM1) - valor R\$ 190.537,89 (cento e noventa mil quinhentos e trinta e sete reais e oitenta e nove centavos)

Adicionalmente, serão destinados à entidade selecionada, para execução no âmbito do contrato de gestão,

recursos financeiros oriundos do Programa Procomitês, instituído pela Resolução ANA nº 1.190/2016 e regulamentado pela Resolução ANA nº 1.595/2016, observadas as disposições nelas contidas e demais normativos aplicáveis.

Os recursos financeiros disponíveis, na presente data, para aplicação no âmbito do Programa Procomitês, por Comitê de Bacia Hidrográfica, totalizam R\$ **1.544.543,10 (um milhão, quinhentos e quarenta e quatro mil quinhentos e quarenta e três reais e dez centavos)**, sendo:

- CBH dos Afluentes Mineiros do Alto Jequitinhonha (JQ1): R\$ 272.431,98 (duzentos e setenta e dois mil quatrocentos e trinta e um reais e noventa e oito centavos);
- CBH do Rio Araçuaí (JQ2): R\$ 260.406,41 (duzentos e sessenta mil quatrocentos e seis reais e quarenta e um centavos);
- CBH do Médio e Baixo Jequitinhonha (JQ3): R\$ 267.004,33 (duzentos e sessenta e sete mil quatro reais e trinta e três centavos);
- CBH do rio Mosquito e demais afluentes do rio Pardo (PA1): R\$ 274.656,18 (duzentos e setenta e quatro mil seiscentos e cinquenta e seis reais e dezoito centavos);
- CBH do Rio Mucuri (MU1): R\$ 269.162,03 (duzentos e sessenta e nove mil cento e sessenta e dois reais e três centavos);
- CBH do Rio São Mateus (SM1): R\$ 200.882,17 (duzentos mil oitocentos e oitenta e dois reais e dezessete centavos).

Os recursos do Programa Procomitês e do FHIDRO têm por finalidade o fortalecimento institucional dos Comitês de Bacia Hidrográfica, compreendendo, entre outras ações:

I – capacitação e treinamento de conselheiros e de equipe técnica de apoio;

II – aquisição de mobiliário, equipamentos de informática e demais bens permanentes destinados à estruturação das sedes dos Comitês;

III – desenvolvimento de ações de mobilização social, realização de eventos, campanhas de comunicação e elaboração de publicações institucionais;

IV – custeio de deslocamentos, passagens e diárias para participação de representantes dos Comitês em instâncias do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH e do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SEGRH-MG.

A execução dos recursos financeiros, tanto aqueles provenientes do FHIDRO quanto do Programa Procomitês, deverá observar as diretrizes, finalidades e vedações estabelecidas nos respectivos normativos, bem como as disposições do Decreto Estadual nº 49.023/2025, especialmente no que se refere aos procedimentos de execução, monitoramento, controle e prestação de contas no âmbito do contrato de gestão.

Os repasses estarão condicionados à disponibilidade orçamentária e financeira das respectivas fontes, bem como ao cumprimento, pela entidade contratada, das obrigações pactuadas no contrato de gestão.

A execução dos recursos deverá observar, ainda, a necessária segregação contábil por fonte e, quando couber, por Comitê de Bacia Hidrográfica, garantindo a rastreabilidade, a transparência e a aderência às finalidades específicas de cada programa.

Além dos recursos financeiros expressamente indicados neste edital, poderão ser destinados à entidade selecionada outros recursos oriundos do Estado de Minas Gerais ou de demais fontes, inclusive federais ou decorrentes de instrumentos de cooperação, desde que vinculados a finalidades compatíveis com a Política Estadual de Recursos Hídricos e formalmente incorporados ao contrato de gestão por meio de instrumentos próprios.

7. DA VIGÊNCIA DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

O processo de seleção pública para celebração de contrato de gestão definido neste Edital terá validade de 2 (dois) anos, prorrogável por igual período, contada a partir da publicação do respectivo resultado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais.

8. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E TÉCNICA DA ENTIDADE PROPONENTE

8.1. Habilitação Jurídica da ENTIDADE PROPONENTE

8.1.1. Qualificação jurídica

A ENTIDADE PROPONENTE deverá apresentar documentação que comprove estar legalmente constituída, qualificada como organização civil sem fins lucrativos e estar enquadrada conforme §2º do art. nº 37 da Lei Estadual nº 13.199/99 e na Deliberação Normativa CERH-MG nº 98/2025.

É necessário que a ENTIDADE PROPONENTE apresente os seguintes documentos:

- a) Qualificação dos representantes da ENTIDADE (CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF);
- b) Estatuto ou Contrato Social;
- c) Ata da eleição de Diretoria;
- d) Tabela de cargos, salários e benefícios aprovada pela Assembleia Geral da Entidade.

8.1.2. Regularidade Fiscal da ENTIDADE PROPONENTE

A ENTIDADE PROPONENTE deverá apresentar documentação que comprove a sua regularidade fiscal sob os seguintes aspectos:

- prova de inscrição e regularidade no Cadastro Geral de Convenientes do Estado de Minas Gerais – Cagec;
- não estar inscrita no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – Cafimp, bem como nos cadastros ou sistemas equivalentes a nível Federal;
- não estar inscrita no Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais – Cadin.

Além de requisito para habilitação no certame, a ENTIDADE SELECINADA deverá estar regular no ato da deliberação quanto a equiparação a agência de bacia hidrográfica pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais.

8.2. Habilitação Técnica da ENTIDADE PROPONENTE

A ENTIDADE PROPONENTE deverá indicar um profissional para o cargo de Diretor Geral, com conhecimento e experiência em administração pública, gestão ambiental e recursos hídricos.

A qualificação técnica mínima requerida para o cargo de Diretor Geral, bem como os critérios que serão utilizados para a avaliação da habilitação técnica, encontram-se descritos no Anexo I deste Edital.

A apresentação das informações relativas à habilitação técnica do Diretor Geral deverá ser feita com base no modelo constante do Anexo III: Modelo para apresentação da habilitação técnica do Diretor Geral.

O candidato a Diretor Geral deverá assinar um Termo de Compromisso, apresentado no Anexo IV deste Edital, no qual o profissional concorda em exercer as funções do cargo para o qual é indicado pela ENTIDADE PROPONENTE, na vigência do Contrato de Gestão, e atestar não compor a equipe de outra ENTIDADE PROPONENTE no mesmo processo de seleção.

A substituição do Diretor Geral da ENTIDADE SELECIONADA, no exercício do Contrato de Gestão, somente será permitida após 06 (seis) meses de vigência do mesmo, mediante justificativa previamente aceita pelo órgão gestor, garantida, no mínimo, a qualificação técnica equivalente à do substituído, salvo por contingência superveniente acordada pelo órgão gestor e Comitês de Bacia, respectivamente.

9. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA ENTIDADE PROPONENTE

A qualificação técnica da ENTIDADE PROPONENTE deverá ser apresentada com base no modelo constante no Anexo II: Modelo de apresentação da qualificação técnica da ENTIDADE PROPONENTE e será avaliada em termos de participação em projetos de gestão de recursos hídricos ou gestão ambiental relacionada à gestão de recursos hídricos, e de coordenação ou administração de contratos ou convênios com entidades pública ou privadas, conforme os critérios indicados no Anexo V: Critérios e Procedimentos para Avaliação de Mérito e para a Sabatina.

9.1. Qualificação técnica adicional do Diretor Geral

Ao apresentar, com base no modelo constante do Anexo III, a habilitação técnica mínima exigida (item 8.2 deste Edital), a ENTIDADE PROPONENTE já deverá incluir a qualificação técnica adicional do Diretor Geral, que será considerada, com base nos critérios descritos no Anexo V: Critérios e Procedimentos para Avaliação de

Mérito e para a Sabatina, com vistas à valoração do mérito da Proposta.

9.2. Plano de Trabalho

A ENTIDADE PROPONENTE deverá apresentar Plano de Trabalho contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

1. Apresentação da Instituição;
 2. Conhecimento quanto a Política Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais;
 3. Conhecimento dos Planos de Bacia dos afluentes mineiros do Alto Jequitinhonha (JQ1), do rio Araçuaí (JQ2), do Médio e Baixo Jequitinhonha (JQ3), do rio Mucuri (MU1), do rio Pardo (PA1) e do rio São Mateus (SM1);
 4. Conhecimento do papel de uma Agência de Bacia Hidrográfica, no contexto da gestão de recursos hídricos;
 5. Visão da ENTIDADE PROPONENTE a respeito dos principais desafios para o desempenho de funções de Agência de Bacia Hidrográfica;
 6. Estratégias propostas pela ENTIDADE PROPONENTE para:
 - a. Desempenhar o papel de Secretaria Executiva do CBH;
 - b. Prover as características técnicas, administrativas e operacionais necessárias;
 - c. Estabelecer parcerias, captação e aplicação de recursos incluindo seus desafios e perspectivas.
- O Plano de Trabalho, para fins de avaliação, deverá ser apresentado conforme item 10 deste edital.

10. DA APRESENTAÇÃO E ENVIO DAS PROPOSTAS

As instituições interessadas em participar do processo seletivo deverão apresentar suas propostas por meio do Formulário de Apresentação de Propostas, conforme Anexo VI deste Edital.

Os procedimentos relativos à apresentação das propostas até o encerramento desse processo seletivo obedecerão às datas apresentadas no Calendário de Atividades, item 15 deste Edital.

A PROPOSTA deverá ser apresentada em volume ÚNICO, de forma digital e no formato .pdf, contendo os seguintes elementos, devidamente identificados e ordenados, e as folhas deverão ser numeradas sequencialmente:

1. Formulário de Apresentação de Propostas (Anexo VI);
2. Documentos apresentados em atendimento ao item 8 e item 9;

O Plano de Trabalho deverá ser organizado em capítulo específico, fonte Times New Roman, tamanho 12.

A documentação deverá ser remetida ao correio eletrônico (e-mail) **entidade.semiarido@meioambiente.mg.gov.br**, até às 23:59h da data limite fixada no item 15 - Calendário de Atividades, devendo constar no assunto do e-mail a seguinte identificação:

“Assunto: PROPOSTA ao Edital nº XXX/XXXX – (nome da ENTIDADE PROPONENTE)”

Quaisquer outros documentos, além dos solicitados que porventura sejam encaminhados, serão desconsiderados.

Todas as comunicações futuras sobre o processo seletivo ou eventuais esclarecimentos de dúvidas serão encaminhadas ao mesmo e-mail no qual a ENTIDADE PROPONENTE tenha enviado a sua PROPOSTA.

11. DO JULGAMENTO E SELEÇÃO DAS PROPOSTAS

A Comissão de Seleção e Julgamento é formada por 6 (seis) integrantes titulares e 6 (seis) integrantes suplentes, sendo que cada Comitê de Bacia Hidrográfica participantes deste Edital indicou 1 (um) integrante titular e 1 (um) integrante suplente, de segmentos distintos.

As pessoas físicas ou jurídicas integrantes de ENTIDADES PROPONENTES não poderão participar da Comissão de Seleção e Julgamento. Além disso, ficará impedida de participar da comissão de seleção pessoa que, nos últimos cinco anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, uma das entidades que venha a participar do chamamento público.

A Comissão de Seleção e Julgamento deverá conduzir todo o processo de seleção, cumprir as etapas e os prazos estabelecidos no Calendário de Atividades, conforme item 15 deste Edital.

Os membros da Comissão de Seleção e Julgamento estarão impedidos, por 12 (doze) meses, de participar de

qualquer contratação direta ou indireta para desenvolver atividade remunerada na ENTIDADE SELECIONADA no exercício das funções de Agência de Bacia Hidrográfica da bacia.

Todo o processo de seleção e julgamento será divulgado na página eletrônica do Igam (<http://www.igam.mg.gov.br/>) de acordo com o Calendário de Atividades, conforme item 15 deste Edital.

A seleção e o julgamento das propostas serão realizados em duas etapas: Habilitação (jurídica e técnica) e Avaliação de Mérito (qualificação técnica).

11.1. Da Habilitação

Nesta etapa, de caráter eliminatório, a Comissão de Seleção e Julgamento analisará a documentação de habilitação, divulgando o resultado de suas análises conforme calendário contido no item 15.

11.2. Avaliação de mérito

Nessa etapa, de caráter classificatório, a Comissão de Seleção e Julgamento analisará o mérito das propostas habilitadas, de acordo com os seguintes critérios:

1. Qualificação Técnica da ENTIDADE PROPONENTE;
2. Qualificação Técnica Adicional do Diretor Geral;
3. Plano de Trabalho; e
4. Sabatina do Diretor Geral.

As entidades proponentes receberão notas para cada um dos critérios indicados no Anexo V Critérios e Procedimentos para Avaliação de Mérito e para a Sabatina, sendo posteriormente classificadas em ordem decrescente, com base na Nota Final.

Em caso de empate na nota final, terá preferência a ENTIDADE PROPONENTE que, na ordem a seguir, tiver obtido, sucessivamente:

1. Maior pontuação na qualificação técnica da ENTIDADE PROPONENTE;
2. Maior pontuação no Plano de Trabalho;
3. Maior pontuação na qualificação técnica do Diretor Geral;
4. Maior pontuação na sabatina.

Para os critérios "qualificação técnica da ENTIDADE PROPONENTE" e "Plano de Trabalho", em cada item, deverá ser atingido o patamar mínimo de 60%, sendo desclassificada a ENTIDADE PROPONENTE que não atingir esse percentual.

12. DO RESULTADO FINAL E CONVOCAÇÃO DA ENTIDADE SELECIONADA

O resultado do julgamento apurado pela Comissão será submetido na forma de um relatório sintético, contendo a classificação em ordem crescente das entidades aptas, aos respectivos CBHs que deliberarão sobre o processo seletivo. Posteriormente, os CBHs encaminharão ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH/MG para avaliação e aprovação (ou não) da Entidade melhor colocada. Após a equiparação reconhecida pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH-MG, a entidade equiparada será convocada em até 30 dias, por meio de Ofício Igam, para início das tratativas visando a celebração do contrato de gestão.

12.1. Das condições para celebração do Contrato de Gestão

Após a equiparação a agência de bacia hidrográfica concedida pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais – CERH-MG, a entidade será convocada para celebração do Contrato de Gestão com o Igam, com a interveniência dos CBHs dos afluentes mineiros do Alto Jequitinhonha (JQ1), do rio Araçuaí (JQ2), do Médio e Baixo Jequitinhonha (JQ3), do rio Mucuri (MU1), do rio Pardo (PA1) e do rio São Mateus (SM1).

Para celebração do contrato de gestão será necessário, além da documentação exigida para habilitação da entidade proponente neste Edital, a aprovação da proposta do contrato de gestão pelo conselho de administração da Entidade Equiparada.

Além de requisito para habilitação no certame, a ENTIDADE SELECIONADA deverá estar regular referente ao item 8.1.2 no ato da celebração do Contrato de Gestão.

13. DOS RECURSOS E IMPUGNAÇÕES

Os pedidos de recursos e impugnações deverão ser encaminhados à Comissão de Seleção e Julgamento do Edital, mediante protocolo no endereço eletrônico indicado no item 10 deste Edital, e nos prazos estipulados no Calendário de Atividades, item 15 deste Edital. Para tanto, deverá ser utilizado o modelo apresentado no Anexo VII: Formulário para Recursos e Impugnações.

14. REUNIÃO TÉCNICA PARA ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS

Com a finalidade de promover a transparência, a ampla publicidade e o adequado entendimento das disposições constantes deste Edital, será realizada reunião técnica destinada ao esclarecimento de dúvidas das entidades interessadas em participar do presente chamamento público.

A reunião técnica contará com a participação da Comissão de Seleção e Julgamento, responsável pela condução do certame, bem como do **Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM**, que atuará em apoio técnico à Comissão.

A reunião será realizada em formato virtual, na data prevista no Cronograma de Atividades constante deste Edital e referida no item 15, com duração máxima e improrrogável de 02 (duas) horas, no período compreendido entre 09h00 e 11h00, por meio da plataforma **Microsoft Teams**, utilizando o seguinte endereço eletrônico:

<https://teams.microsoft.com/meet/23390012924361?p=GAw11khq8Nn3Jkhl58>

Poderão participar da reunião representantes das entidades interessadas em participar do Chamamento Público, sendo dispensado prévio credenciamento.

Para assegurar o adequado desenvolvimento dos trabalhos, deverão ser observadas as seguintes orientações:

I – recomenda-se que os participantes ingressem na sala virtual com antecedência mínima de **15 (quinze) minutos** em relação ao horário previsto para o início da reunião, a fim de verificar o funcionamento dos equipamentos e da conexão com a internet;

II – os participantes deverão identificar-se, preferencialmente, com o nome da entidade que representam, seguido do nome do participante, de forma a facilitar sua identificação durante a reunião;

III – os questionamentos deverão restringir-se às disposições constantes deste Edital e de seus anexos, não sendo admitidas consultas relativas à análise de casos concretos, avaliação prévia de documentos, antecipação de julgamento da Comissão de Seleção e Julgamento ou qualquer manifestação que possa comprometer a isonomia entre as entidades interessadas;

IV – os esclarecimentos prestados durante a reunião possuirão caráter exclusivamente orientativo e interpretativo, não implicando alteração das disposições deste Edital ou de seus anexos;

V – caso os esclarecimentos evidenciem a necessidade de alteração do Edital, a Comissão de Seleção e Julgamento adotará as providências administrativas cabíveis, mediante publicação de retificação ou ato equivalente, observando os mesmos meios utilizados para divulgação do presente Chamamento Público;

VI – recomenda-se que questionamentos que demandem análise jurídica ou técnica mais aprofundada sejam formalizados pelos meios previstos neste Edital, observados os prazos estabelecidos para apresentação de pedidos de esclarecimento e impugnações;

VII – a reunião poderá ser gravada pela Comissão de Seleção e Julgamento e pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, exclusivamente para fins de registro administrativo, elaboração da memória da reunião e instrução do processo administrativo correspondente, observada a legislação aplicável.

A participação na reunião técnica possui caráter facultativo, não constituindo requisito para participação no Chamamento Público, tampouco conferindo qualquer vantagem, preferência ou tratamento diferenciado às entidades participantes.

Os esclarecimentos prestados durante a reunião não substituem nem modificam as disposições constantes deste Edital, prevalecendo, em qualquer hipótese, o texto oficialmente publicado e as eventuais retificações posteriormente divulgadas pela Comissão de Seleção e Julgamento.

A memória da reunião técnica, bem como a consolidação das perguntas e respostas que resultarem em esclarecimentos de interesse geral, serão disponibilizadas nos mesmos meios utilizados para divulgação deste Edital, assegurando-se ampla publicidade, transparência e tratamento isonômico a todas as entidades interessadas, independentemente de sua participação na reunião.

As manifestações técnicas prestadas pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam durante a reunião possuem caráter de apoio técnico à Comissão de Seleção e Julgamento e não substituem as deliberações de competência da Comissão, nem produzem efeitos vinculantes quanto ao julgamento das propostas, da habilitação ou de qualquer fase do processo seletivo.

15. DO CALENDÁRIO DE ATIVIDADES

Cronograma	
Atividades	Prazos
1. Publicação do Edital	18/07/2026
2. Reunião técnica para esclarecimento de dúvidas	13/08/2026
3. Prazo para interposição de recurso ao Edital	21/08/2026
4. Análise dos recursos e divulgação do resultado	08/09/2026
5. Data limite para envio de propostas	16/10/2026
6. Início prazo para abertura das propostas e análise conclusiva	17/10/2026
6.1. Término prazo para abertura das propostas e análise conclusiva	09/11/2026
7. Resultado preliminar da habilitação	16/11/2026
8. Prazo para interposição de recursos relativos ao resultado preliminar da habilitação	30/11/2026
9. Início prazo para análise de recursos e divulgação do resultado final da habilitação	01/12/2026
9.1. Término prazo para análise de recursos e divulgação do resultado final da habilitação	14/12/2026
10. Início prazo para sabatina do Diretor Geral das entidades habilitadas	15/12/2026
10.1. Término prazo para sabatina do Diretor Geral das entidades habilitadas	29/01/2027
11. Divulgação do resultado preliminar da avaliação de mérito	12/02/2027
12. Prazo para interposição de recursos relativos ao resultado da avaliação de mérito	26/02/2027
13. Início prazo para análise de recursos e divulgação do resultado final da avaliação de mérito	27/02/2027
13.1. Término prazo para análise de recursos e divulgação do resultado final da avaliação de mérito	12/03/2027
14. Início prazo para aprovação do CBH	13/03/2027
14.1. Término prazo para aprovação do CBH	02/04/2027
15. Deliberação CERH-MG	20/05/2027*
* A data poderá sofrer alteração conforme agenda de reuniões do CERH-MG	

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As pessoas físicas ou jurídicas que integrem, mantenham vínculo societário, estatutário, empregatício, contratual ou de qualquer outra natureza com a ENTIDADE PROPONENTE não poderão ter participado das reuniões, discussões técnicas ou deliberações destinadas à elaboração, consolidação ou aprovação deste Edital, bem como não poderão integrar ou atuar, direta ou indiretamente, em quaisquer fases do processo de seleção, julgamento, análise, classificação ou aprovação da entidade a ser equiparada à agência de bacia hidrográfica, em observância aos princípios da impessoalidade, moralidade e isonomia.

Os Comitês de Bacia Hidrográfica e o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM disponibilizarão aos interessados estudos, dados técnicos e informações relacionadas à implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos e demais informações de interesse ao presente processo seletivo, por meio de seus respectivos portais eletrônicos.

- <https://comites.igam.mg.gov.br/>
- <http://www.igam.mg.gov.br/>
- <https://portalinfohidro.igam.mg.gov.br/>

A fundamentação técnica, administrativa, operacional, financeira e institucional que motivou a adoção do modelo de execução descentralizada por entidade privada sem fins lucrativos encontra-se consolidada no Anexo IX – Estudo de Publicização, que integra este Edital para todos os fins, constituindo documento orientador e motivador da presente seleção pública.

Na hipótese de inexistência de propostas habilitadas ou de o certame restar deserto, o presente Edital poderá ser republicado, observadas as justificativas administrativas pertinentes, os prazos recursais e as disposições legais aplicáveis.

O presente Edital poderá ser revogado ou anulado, total ou parcialmente, em qualquer fase do processo, por decisão devidamente motivada da Administração Pública, em razão de interesse público superveniente, ilegalidade ou fato que comprometa sua continuidade, não gerando aos participantes qualquer direito à indenização, ressarcimento ou compensação de qualquer natureza, ressalvadas as hipóteses legalmente previstas.

Na hipótese de a ENTIDADE SELECIONADA deixar de celebrar o contrato de gestão no prazo estabelecido, descumprir exigências necessárias à formalização do instrumento ou manifestar desistência formal, poderá ser convocada a ENTIDADE PROPONENTE subsequente, observada a ordem de classificação e a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital.

Os casos omissos, as dúvidas de interpretação e as situações não previstas neste Edital serão dirimidos pela Comissão de Seleção e Julgamento, sem prejuízo da manifestação das unidades técnicas competentes e da assessoria jurídica, quando couber.

Este Edital e os atos dele decorrentes observarão as disposições da Lei Estadual nº 13.199/1999, do Decreto Estadual nº 49.023/2025 e demais normas aplicáveis à matéria.

A eventual seleção da entidade no âmbito deste chamamento público não assegura, por si só, direito adquirido à equiparação, à delegação de competências ou à celebração do contrato de gestão, atos estes condicionados ao atendimento dos requisitos legais e regulamentares, à deliberação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH-MG, quando aplicável, e à posterior formalização dos instrumentos jurídicos cabíveis junto ao IGAM e aos respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica.

17. DOS ANEXOS

Integram este Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Requisitos mínimos exigidos para o cargo de Diretor Geral.

Anexo II – Modelo para apresentação da qualificação técnica da Entidade Equiparada.

Anexo III – Modelo para apresentação da habilitação técnica do Diretor Geral.

Anexo IV – Termo de Compromisso do Diretor Geral.

Anexo V – Critérios e Procedimentos para avaliação de mérito e para a sabatina do Diretor Geral.

Anexo VI – Formulário de apresentação de propostas.

Anexo VII – Formulário para recursos e impugnações direcionado à Comissão de Seleção e Julgamento.

Anexo VIII – Minuta do Contrato de Gestão a ser celebrado.

Anexo IX - Estudo de Publicização.

ANEXO I DO EDITAL DE SELEÇÃO

REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS PARA O CARGO DE DIRETOR GERAL

A ENTIDADE PROPONENTE deverá indicar um profissional para o cargo de **Diretor Geral**, com conhecimento e experiência em administração pública, gestão ambiental e recursos hídricos, que deverá atender às seguintes qualificações técnicas:

- I. ter formação acadêmica em cursos de graduação de nível superior;
- II. ter experiência profissional mínima de 3 (três) anos em cargos de direção ou coordenação de organizações;
e
- III. ter experiência comprovada de no mínimo 3 (três) anos em temas afetos à gestão de recursos hídricos ou gestão ambiental relacionada à gestão de recursos hídricos.

A comprovação da formação acadêmica de nível superior será feita mediante a apresentação de fotocópia autenticada do diploma, devidamente registrado, de conclusão de graduação de nível universitário, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).

Para a comprovação de experiência profissional serão aceitas as seguintes opções:

- a. cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), das partes referentes à identificação e ao contrato de trabalho, acrescida de declaração do empregador que informe o período (com início e fim, se for o caso) e a espécie do serviço de nível superior realizado, com a descrição das atividades desenvolvidas, se realizado na área privada; ou
- b. declaração ou certidão de tempo de serviço ou ata de eleição e posse que informe o período (com início e fim, se for o caso) e a espécie do serviço realizado, com a descrição das atividades desenvolvidas; ou
- c. contrato de prestação de serviços de nível superior ou recibo de pagamento de autônomo (RPA) acrescido de declaração do contratante que informe o período (com início e fim, se for o caso) e a espécie do serviço realizado, no caso de serviço prestado como autônomo ou acervo técnico do conselho profissional correspondente.

ANEXO II DO EDITAL DE SELEÇÃO

MODELO PARA APRESENTAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA ENTIDADE EQUIPARADA

Participação em projetos elaborados/executados ou em execução em temas afetos à gestão de recursos hídricos ou gestão ambiental relacionada à gestão de recursos hídricos.

Projeto 1

Título do Projeto:

Caracterização Geral (objetivo, escopo, principais intervenientes, área de abrangência, população beneficiada, benefícios):

Local e Período:

Projeto 2

Título do Projeto:

Caracterização Geral (objetivo, escopo, principais intervenientes, área de abrangência, população beneficiada, benefícios):

Local e Período:

Experiência na coordenação ou administração de convênios e/ou contratos.

Convênios e/ou Contratos 1

Identificação do Convênio ou Contrato:

Caracterização Geral (objetivo, escopo, principais intervenientes, área de abrangência, população beneficiada, benefícios):

Local e Período:

Convênios e/ou Contratos 2

Identificação do Convênio ou Contrato:

Caracterização Geral (objetivo, escopo, principais intervenientes, área de abrangência, população beneficiada, benefícios):

Local e Período:

ANEXO III DO EDITAL DE SELEÇÃO

MODELO PARA APRESENTAÇÃO DA HABILITAÇÃO TÉCNICA DO DIRETOR GERAL

Diretor Geral

Nome:

CPF:

Curso de formação acadêmica – Curso (s) superior (es) reconhecido (s) pelo MEC

Curso:

Instituição:

Ano de conclusão:

Cursos de pós-graduação, em nível de Especialização (concluído, com carga horária mínima de 360 horas), reconhecido pelo MEC

Curso:

Instituição:

Ano de conclusão:

Carga Horária:

Cursos de pós-graduação (Mestrado), reconhecido pelo MEC

Curso:

Instituição:

Ano de conclusão:

Cursos de pós-graduação (Doutorado), reconhecido pelo MEC

Curso / Programa:

Instituição:

Ano de conclusão:

Experiência em cargos de direção ou coordenação de organizações (anos):

Experiência profissional na Administração Pública (anos):

Exercício de atividade profissional de nível superior em emprego/cargos/especialidades ou de gestão

Instituição que trabalhou:

Período trabalhado:

Cargos ocupados, funções exercidas:

Experiência adquirida (principais atividades desenvolvidas e realizações):

A comprovação da formação acadêmica de nível superior será feita mediante a apresentação de fotocópia

autenticada do diploma, devidamente registrado, de conclusão de graduação de nível universitário, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC).

Para a comprovação da conclusão de curso de pós-graduação em nível de especialização, será aceito o certificado de conclusão de curso de pós-graduação ou declaração de curso acompanhado do histórico do curso, em nível de especialização, com carga horária mínima de 360 horas, e que esteja de acordo com a Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007.

Para a comprovação da conclusão do curso de pós-graduação em nível de mestrado ou de doutorado, será aceito o diploma, devidamente registrado, expedido por instituição reconhecida pelo MEC, acompanhado do histórico escolar.

Para cursos de pós-graduação concluídos no exterior, será aceito o diploma desde que validado por instituição de ensino superior no Brasil.

Para a comprovação de experiência profissional, serão aceitas as seguintes opções:

1. cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), das partes referentes à identificação e ao contrato de trabalho, acrescida de declaração do empregador que informe o período (com início e fim, se for o caso) e a espécie do serviço de nível superior realizado, com a descrição das atividades desenvolvidas, se realizado na área privada; ou
2. declaração ou certidão de tempo de serviço ou ata de eleição e posse que informe o período (com início e fim, se for o caso) e a espécie do serviço realizado, com a descrição das atividades desenvolvidas, se realizado na área pública; ou
3. contrato de prestação de serviços de nível superior ou recibo de pagamento de autônomo (RPA) acrescido de declaração do contratante que informe o período (com início e fim, se for o caso) e a espécie do serviço realizado, no caso de serviço prestado como autônomo.

ANEXO IV DO EDITAL DE SELEÇÃO

TERMO DE COMPROMISSO DO DIRETOR GERAL - IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Nome:

Profissão principal:

Registro profissional/Órgão de registro:

RG / Órgão expedidor /UF:

CPF:

Na qualidade de participante do processo seletivo objeto do EDITAL Nº XXX/XXXX DE SELEÇÃO DE ENTIDADE PARA BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DO ALTO JEQUITINHONHA (JQ1), DO RIO ARAÇUAÍ (JQ2), DO MÉDIO E BAIXO JEQUITINHONHA (JQ3), DO RIO MUCURI (MU1), DO RIO MOSQUITO E DEMAIS AFLUENTES DO RIO PARDO (PA1) E DO RIO SÃO MATEUS (SM1), DECLARO, por este ato, que concordo em exercer as funções de Diretor Geral para qual sou indicado pela ENTIDADE PROPONENTE na vigência do Contrato de Gestão, bem como com as condições estabelecidas no referido Edital, e que não integro outra equipe técnica concorrente no mesmo processo seletivo.

Sendo a expressão da verdade, firmo o presente.

_____, em ____/____/____.

PROFISSIONAL

ANEXO V DO EDITAL DE SELEÇÃO

CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PARA AVALIAÇÃO DE MÉRITO E PARA A SABATINA DO DIRETOR GERAL

1. Introdução

A avaliação de mérito, de caráter classificatório, corresponde à segunda etapa da seleção das Propostas, e será realizada com as ENTIDADES PROPONENTES habilitadas quanto aos critérios jurídicos, fiscais e técnicos. Nessa etapa, as ENTIDADES PROPONENTES serão avaliadas segundo os critérios listados na tabela abaixo.

Critério	Pontuação Máxima
Qualificação Técnica das ENTIDADES PROPONENTES	35 pontos
Qualificação Técnica Adicional do Diretor Geral	23 pontos
Plano de Trabalho	12 pontos
Sabatina	30 pontos
Pontuação total máxima	100 pontos

A Nota Final (NF) será obtida do somatório das pontuações atribuídas a cada critério antes indicado:

$$NF = NA + NB + NC + ND$$

Sendo:

NF: Nota Final

NA: pontuação atribuída à qualificação técnica da ENTIDADE PROPONENTE;

NB: pontuação atribuída à qualificação técnica adicional do Diretor Geral;

NC: pontuação atribuída ao Plano de trabalho; e

ND: pontuação atribuída à Sabatina.

Em caso de empate na nota final, terá preferência a ENTIDADE PROPONENTE que, na ordem a seguir, tiver obtido, sucessivamente:

- I. Maior pontuação na qualificação técnica da ENTIDADE PROPONENTE;
- II. Maior pontuação no Plano de trabalho;
- III. Maior pontuação na qualificação técnica do Diretor Geral;
- IV. Maior pontuação na sabatina.

Para os critérios "qualificação técnica da ENTIDADE PROPONENTE" e "Plano de Trabalho", em cada item, deverá ser atingido o patamar mínimo de 60%, sendo desclassificada a ENTIDADE PROPONENTE que não atingir esse percentual.

2. Detalhamento dos critérios

2.1. Qualificação Técnica da ENTIDADE PROPONENTE

Atribuições de Pontos:

Descrição	Valor	Valor máximo
Participação em Projetos elaborados / executados ou em execução em temas afetos a recursos hídricos ou gestão ambiental relacionada à gestão de recursos hídricos, com duração mínima de 6 meses	2,50 pontos por projeto em temas afetos a gestão de recursos hídricos ou gestão ambiental relacionada a gestão de recursos hídricos	25,00 pontos

Experiência na coordenação ou administração de convênios e/ou Contratos, com duração mínima de 6 meses	0,5 ponto por contrato ou convênio.	10,00 pontos
Pontuação total máxima		35,00 pontos

Obs. – Um mesmo projeto só será pontuado em uma única categoria.

2.2. Qualificação Técnica Adicional do Diretor Geral

Esse critério está relacionado à formação acadêmica e à experiência profissional adicionais às solicitadas na etapa de habilitação do Diretor Geral da ENTIDADE PROPONENTE.

Atribuição de Pontos:

Alínea	Título	Valor de cada título	Valor máximo dos títulos
A	Diploma, devidamente registrado, de conclusão de doutorado ou certificado/declaração de conclusão de doutorado, acompanhado do histórico escolar, a recursos hídricos ou gestão ambiental relacionada à gestão de recursos hídricos	2,00 pontos	5,00 pontos
B	Diploma devidamente registrado, de conclusão de mestrado ou certificado/declaração de conclusão de mestrado, acompanhado do histórico escolar, em temas afetos a recursos hídricos ou gestão ambiental relacionada à gestão de recursos hídricos	1,00 pontos	
C	Certificado de conclusão de curso de pós-graduação ou declaração de curso acompanhado do histórico do curso, em nível de especialização, com carga horária mínima de 360 horas, em temas afetos a recursos hídricos ou gestão ambiental relacionada à gestão de recursos hídricos	0,50 ponto	
D	Experiência adicional a 3 (três) anos em cargos de direção ou coordenação de organizações	2,00 pontos por ano adicional completo	18,00 pontos
Pontuação total máxima			23,00 pontos

2.3 Plano de Trabalho

O Plano de Trabalho será avaliado com base nos seguintes critérios:

Critério	Pontuação máxima
----------	------------------

Apresentação em conformidade com a estrutura e forma preconizadas no item 9.2	02
Clareza	02
Concisão	02
Plano de Trabalho	06
Total	12 pontos

A pontuação final do "Plano de Trabalho" de cada Entidade Proponente será a média aritmética das notas de cada membro da Comissão de Seleção e Julgamento, tendo-se previamente descartando duas, as que resultarem, respectivamente, na maior e na menor pontuação.

2.4 Sabatina

O Diretor Geral indicado pela ENTIDADE PROPONENTE será submetido à sabatina que será conduzida pela Comissão de Seleção e Julgamento, de forma virtual em local a ser divulgado posteriormente, no qual apresentará o seu Plano de Trabalho para desenvolvimento das funções de entidade equiparada e responderá a questões sobre qualificação, estratégia de atuação e visão em relação às funções e ao desempenho do cargo pretendido, entre outros pertinentes.

No primeiro bloco de atividades, os Diretores Gerais indicados pelas ENTIDADES PROPONENTES farão suas apresentações exclusivas para a comissão julgadora, sem a presença dos outros proponentes, de forma individual e sucessivamente, sem intervalo para questionamentos por parte da Comissão. Cada candidato terá prazo de até 20 minutos para apresentação oral de sua estratégia de atuação e de seu currículo.

Encerrado o primeiro bloco de apresentações, os candidatos deverão retirar-se do local da avaliação.

No segundo bloco de atividades, serão feitas perguntas aos Diretores Gerais de cada ENTIDADE PROPONENTE ainda de forma individual e exclusiva. O tempo total para este bloco de atividades é de até 30 minutos para cada candidato. Essa etapa se desenvolverá na seguinte sequência:

- O coordenador da Comissão anunciará o nome e a entidade do candidato que será questionado;
- Os membros da Comissão farão suas inscrições para formularem perguntas ao candidato;
- O candidato indicado será convidado a entrar no local de avaliação;
- O Coordenador da Comissão deve manifestar aos demais membros e ao candidato o momento no qual o cronômetro será iniciado;
- As perguntas não devem exceder o tempo máximo de 2 minutos;
- O candidato deverá se retirar do local da avaliação após a finalização das perguntas ou caso se tenha decorrido o tempo de 30 minutos;
- Esse bloco de atividades se encerrará após todos os candidatos serem questionados.

No terceiro bloco de atividades, a Comissão fará a avaliação dos candidatos, sem a presença destes. O coordenador abrirá prazo de até 30 minutos. Após isso, o coordenador recolherá de cada julgador as notas atribuídas aos candidatos.

A pontuação se dará da seguinte forma, para cada candidato: 0 a 30 pontos por entrevistado. A pontuação final de cada candidato na sabatina será a média aritmética das notas de cada membro da Comissão de Seleção e Julgamento, tendo-se previamente descartado duas, as que resultarem, respectivamente, na maior e na menor pontuação.

ANEXO VI DO EDITAL DE SELEÇÃO
FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

Nome da Entidade Proponente:

CNPJ:

Data de Constituição:

Personalidade Jurídica:

Sede / Logradouro (Rua / Avenida, nº, complemento, bairro, município, UF, CEP):

Telefone(s) contato:

Representante Legal - Nome:

CPF:

Cargo:

E-mail:

Telefone(s):

Organograma	
Instância	Dirigentes

Documentação Apresentada para Habilitação Jurídica	
Documento	Conteúdo

Documentação Apresentada para Habilitação Fiscal	
Documento	Conteúdo

ANEXO VII DO EDITAL DE SELEÇÃO

FORMULÁRIO PARA RECURSOS E IMPUGNAÇÕES DIRECIONADO À COMISSÃO DE SELEÇÃO E JULGAMENTO DO EDITAL

Fase do processo seletivo: () Habilitação () Avaliação de Mérito

Nome Entidade Proponente:

CNPJ:

Exposição de Motivos:

_____, em ____/____/____

RESPONSÁVEL LEGAL

ANEXO VIII DO EDITAL DE SELEÇÃO

MINUTA DO CONTRATO DE GESTÃO A SER CELEBRADO

CONTRATO DE GESTÃO Nº xxx/2026

CONTRATO DE GESTÃO N.º xxx/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS – IGAM – E A XXXXX - COM A INTERVENIÊNCIA DO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DO ALTO JEQUITINHONHA (JQ1), DO RIO ARAÇUAÍ (JQ2), DO MÉDIO E BAIXO JEQUITINHONHA (JQ3), DO RIO MUCURI (MU1), DO RIO MOSQUITO E DEMAIS AFLUENTES DO RIO PARDO (PA1) E DO RIO SÃO MATEUS (SM1).

Parceiro Gestor: INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS, doravante denominado Igam, autarquia criada pela Lei Estadual nº 12.584, de 17 de julho de 1997, disciplinada pela Lei Estadual nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 47.866, de 19 de fevereiro de 2020, inscrito no CNPJ sob o nº 17.387.481/0001-32, com sede na Rodovia Papa João Paulo II, nº 4.101, Bairro Serra Verde, Belo Horizonte/MG, neste ato representado por seu Diretor Geral, XXXX, inscrito no CPF/MF sob o nº XXXXX, portador da CI nº XXXXX, expedida pela XXXXX, nomeado(a) pelo Governador do Estado de Minas Gerais XXXXX, conforme publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, n.º XXXXX, Ano XXXXX, página XXXXX, Caderno XXXXX – Diário do Executivo e a XXXXX.

Parceiro Executor: XXX, Entidade Equiparada às Funções de Agência de Água da Bacia Hidrográfica dos afluentes mineiros do Alto Jequitinhonha (JQ1), do rio Araçuaí (JQ2), do Médio e Baixo Jequitinhonha (JQ3), do rio Mucuri (MU1), do rio Pardo (PA1) e do rio São Mateus (SM1), associação civil de direito privado, autônoma, com fins não econômicos, situada na XXXXX, inscrita no CNPJ sob o nº XXXXX, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, XXXXX, portadora da carteira de identidade nº XXXXX expedida pela XXXXX, inscrita no CPF/MF sob o nº XXXXX.

Interveniente 1: COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DO ALTO JEQUITINHONHA (JQ1), órgão colegiado estabelecido na forma da Lei Estadual nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 45.183, de 28 de setembro de 2009, doravante denominado CBH JQ1, neste ato representado pelo seu Presidente, XXXX, inscrito no CPF sob o nº XXXXX, portador da cédula de identidade nº XXXXX, expedida pela XXXXX.

Interveniente 2: COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARAÇUAÍ (JQ2), órgão colegiado estabelecido na forma da Lei Estadual nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 40.931, de 16 de fevereiro de 2000, doravante denominado **CBH JQ2**, neste ato representado pelo seu Presidente, **XXXX**, inscrito no CPF sob o nº **XXXXXX**, portador da cédula de identidade nº **XXXXXX**, expedida pela **XXXXXX**.

Interveniente 3: COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO E BAIXO JEQUITINHONHA (JQ3), órgão colegiado estabelecido na forma da Lei Estadual nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 44.955, de 19 de novembro de 2008, doravante denominado **CBH JQ3**, neste ato representado pelo seu Presidente, **XXXX**, inscrito no CPF sob o nº **XXXXXX**, portador da cédula de identidade nº **XXXXXX**, expedida pela **XXXXXX**.

Interveniente 4: COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MUCURI (MU1), órgão colegiado estabelecido na forma da Lei Estadual nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 44.865, de 1 de agosto de 2008, doravante denominado **CBH MU1**, neste ato representado pelo seu Presidente, **XXXX**, inscrito no CPF sob o nº **XXXXXX**, portador da cédula de identidade nº **XXXXXX**, expedida pela **XXXXXX**.

Interveniente 5: COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MOSQUITO E DEMAIS AFLUENTES DO RIO PARDO (PA1), órgão colegiado estabelecido na forma da Lei Estadual nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 39.736, de 15 de julho de 1998, doravante denominado **CBH PA1**, neste ato representado pelo seu Presidente, **XXXX**, inscrito no CPF sob o nº **XXXXXX**, portador da cédula de identidade nº **XXXXXX**, expedida pela **XXXXXX**.

Interveniente 6: COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO MATEUS (SM1), órgão colegiado estabelecido na forma da Lei Estadual nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 45.184, de 28 de setembro de 2009, doravante denominado **CBH SM1**, neste ato representado pelo seu Presidente, **XXXX**, inscrito no CPF sob o nº **XXXXXX**, portador da cédula de identidade nº **XXXXXX**, expedida pela **XXXXXX**.

RESOLVEM CELEBRAR o presente **CONTRATO DE GESTÃO**, nos termos da Lei nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999, da Lei nº 24.673, de 12 de janeiro de 2024, do Decreto nº 48.160 de 24 de março de 2021, do Decreto nº 49.023, de 16 de abril de 2025, do Decreto nº 49.038, de 20 de maio de 2025 e demais espécies normativas afetas ao tema, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato de Gestão tem por objeto a delegação das competências atribuídas às entidades equiparadas às Agências de Bacia Hidrográfica, na forma do art. 45 da Lei nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999, para atuação no âmbito das Bacias Hidrográficas dos afluentes mineiros do Alto Jequitinhonha (JQ1), do rio Araçuaí (JQ2), do Médio e Baixo Jequitinhonha (JQ3), do rio Mucuri (MU1), do rio Mosquito e demais afluentes do rio Pardo (PA1) e do rio São Mateus (SM1), compreendendo:

I – a execução das ações, metas e indicadores estabelecidos no Programa de Trabalho do Anexo II e do Programa de Trabalho do Anexo III, observados os critérios de desempenho previstos na legislação aplicável;

II – o recebimento e a aplicação dos recursos financeiros provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, necessários ao cumprimento das competências delegadas;

III – o recebimento e a aplicação dos recursos oriundos do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – Fhidro –, destinados ao Programa de Apoio aos Comitês de Bacia Hidrográfica;

IV - o recebimento e a aplicação dos recursos oriundos do programa Procomitês para financiamento do Programa de apoio aos Comitês de Bacia Hidrográfica;

IV – o recebimento e a aplicação de outras fontes de recursos previstas na legislação pertinente, vinculadas às atividades contratadas.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PROGRAMA DE TRABALHO DE INSTALAÇÃO - ANEXO II

Para viabilizar o início da execução das atividades previstas neste Contrato de Gestão e a assunção gradual das funções de Agência de Bacia Hidrográfica e de Secretaria Executiva dos Comitês de Bacia Hidrográfica – CBHs intervenientes, a Entidade Equiparada deverá observar as seguintes condições:

I – apresentar ao Igam, nos prazos, metas e condições estabelecidos no Programa de Trabalho constante do Anexo II deste Contrato, estudo técnico de implantação da estrutura administrativa e operacional, acompanhado

do respectivo planejamento orçamentário e financeiro para aplicação dos recursos destinados ao custeio administrativo e aos investimentos necessários à execução contratual;

II – o estudo técnico referido no inciso anterior deverá contemplar, no mínimo, a definição da localização da sede administrativa, a estrutura organizacional proposta, a equipe mínima necessária, a estimativa de custos operacionais e de investimento, a relação de bens e equipamentos essenciais e o cronograma físico-financeiro de implantação;

III – a instalação da sede administrativa deverá observar critérios de viabilidade técnica, economicidade, logística operacional e posicionamento geográfico estratégico, de forma a assegurar atendimento adequado, contínuo e integrado a todos os CBHs abrangidos por este Contrato, devendo sua implantação ser concluída no prazo máximo de até 12 (doze) meses, contados da publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais;

IV – a Entidade Equiparada poderá propor a instalação de subsedes, escritórios regionais ou outras estruturas descentralizadas de apoio, desde que demonstrada sua necessidade técnica e operacional, assegurada a compatibilidade com os instrumentos de planejamento aprovados, a disponibilidade financeira e a sustentabilidade da medida;

V – pelo prazo de até 6 (seis) meses, contados da publicação do extrato deste Contrato, o Igam prestará apoio técnico transitório à Entidade Equiparada na execução das atividades de apoio administrativo e financeiro aos CBHs, nos termos do inciso XIV do art. 45 da Lei Estadual nº 13.199/1999, com vistas a assegurar a continuidade institucional das atividades e a adequada transição operacional;

VI – durante o período de transição referido no inciso anterior, a Entidade Equiparada deverá promover a capacitação de sua equipe técnica e administrativa, a internalização dos procedimentos operacionais e a absorção gradual das competências necessárias ao exercício integral das funções previstas neste Contrato, podendo, para tanto, contar com apoio técnico do Igam.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PROGRAMA DE TRABALHO CONTINUADO - ANEXO III

O Programa de Trabalho compreende um conjunto de metas a serem alcançadas cujos resultados serão mensurados por meio de indicadores de desempenho na forma estabelecida no Anexo III deste Contrato de Gestão.

§ 1º - O Programa de Trabalho, deverá ser executado pela Entidade Equiparada, após o prazo estabelecido na cláusula quarta, até a vigência deste contrato de gestão. A execução do Programa de Trabalho será acompanhada periodicamente e a avaliação de execução das metas será apurada anualmente.

§ 2º - A execução do Contrato de Gestão observará o princípio da gestão por resultados, sendo o desempenho da Entidade Equiparada avaliado com base no cumprimento das metas e indicadores pactuados, podendo ensejar ajustes, sanções ou renovação contratual.

§ 3º - O Programa de Trabalho deverá conter:

I - o quadro de metas e indicadores de desempenho, com a previsão expressa dos critérios objetivos de avaliação de desempenho a serem utilizados, mediante indicadores de qualidade e produtividade;

II - a descrição das atividades que serão desenvolvidas pela Entidade Equiparada, bem como o detalhamento dos indicadores de desempenho; e

III - os critérios de avaliação.

§ 4º - O Programa de Trabalho poderá ser alterado ou repactuado por acordo entre as PARTES desde que haja justificativa técnica do Igam e da Entidade Equiparada, bem como a manifestação favorável dos CBH's, mediante a formalização de aditivo contratual, em especial, nos seguintes casos:

I - para a adequação das metas e obrigações à Lei Estadual Orçamentária;

II - a pedido da Entidade Equiparada, caso haja necessidade de adequação do Programa de Trabalho à realidade da bacia hidrográfica;

III - a pedido do Igam;

IV - por recomendação constante nos relatórios Acompanhamento do Contrato de Gestão dos CBH's.

§ 5º – Ao término de cada exercício, a Entidade Equiparada deverá apresentar ao Igam e aos respectivos CBH's, o relatório sobre a execução do Programa de Trabalho, acompanhado do relatório financeiro de prestação de contas.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES E COMPETÊNCIAS

I – A Entidade Equiparada obriga-se a:

- a) exercer as competências atribuídas às Agências de Bacia Hidrográfica previstas no art. 45 da Lei Estadual nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999, prestando apoio administrativo, técnico e financeiro aos Comitês de Bacia Hidrográfica – CBHs, em conformidade com os instrumentos de planejamento, o Programa de Trabalho e os programas, projetos e ações financiados com recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos, quando aplicável, do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – Fhidro, e do Procomitês;
- b) atuar em regime de cooperação e colaboração administrativa, técnica e financeira com os entes integrantes do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SEGRH-MG, observando o disposto na legislação aplicável;
- c) cumprir as metas, os indicadores e os prazos estabelecidos no Programa de Trabalho constante do Anexo II e do Anexo III deste Contrato de Gestão;
- d) gerenciar e executar os recursos financeiros sob sua responsabilidade, observando a legislação aplicável, as deliberações dos respectivos CBHs, as normas do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais – CERH-MG, o Decreto Estadual nº 49.023, de 16 de abril de 2025, as normas complementares editadas pelo Igam e os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência;
- e) assegurar a regularidade fiscal, tributária, previdenciária e trabalhista de suas atividades, promovendo a liquidação de eventuais passivos nos prazos legais, de modo que, ao término deste Contrato de Gestão, não subsista passivo decorrente da execução dos recursos públicos geridos pela entidade;
- f) atender às recomendações constantes dos relatórios de acompanhamento e às solicitações de complementação de informações formuladas pelo Igam e pelos CBHs;
- g) assegurar a transparência da execução contratual, disponibilizando ao Igam e aos CBHs, sempre que solicitado, dados, informações, estudos, processos de aquisições, contratações de serviços, seleção de pessoal e demais documentos relacionados à execução deste Contrato, observado o direito de acesso à informação e as normas aplicáveis;
- h) encaminhar, semestralmente, aos CBHs, informações relativas aos repasses e à aplicação dos recursos provenientes da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos e, quando aplicável, dos recursos oriundos do Fhidro executados no âmbito deste Contrato de Gestão;
- i) cumprir as demais obrigações contratuais e exigências legais aplicáveis à execução deste Contrato de Gestão.

II – O Igam obriga-se a:

- a) adotar os procedimentos administrativos necessários à arrecadação dos recursos provenientes da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos, observadas as normas vigentes;
- b) providenciar a previsão das dotações orçamentárias e o empenho dos recursos destinados à execução deste Contrato de Gestão, oriundos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos e, quando aplicável, do Fhidro, em conformidade com os instrumentos de planejamento e orçamento do Estado;
- c) promover o repasse à Entidade Equiparada dos recursos financeiros devidos, observados os prazos e condições estabelecidos na legislação aplicável;
- d) adotar as medidas administrativas e legais cabíveis para a cobrança dos usuários inadimplentes quanto ao pagamento da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos;
- e) prestar apoio técnico e administrativo à Entidade Equiparada, no âmbito de suas competências legais, inclusive quanto à execução, ao acompanhamento e ao monitoramento das ações financiadas com recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos e do Fhidro;
- f) promover as articulações institucionais necessárias ao cumprimento deste Contrato de Gestão e à obtenção de informações relevantes para sua execução;
- g) comunicar ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e aos demais órgãos competentes a ocorrência de irregularidades ou ilegalidades de que tenha conhecimento na utilização de recursos ou bens públicos vinculados a este Contrato, adotando as medidas legais cabíveis;
- h) transferir à Entidade Equiparada, mediante permissão de uso e quando aplicável, os bens móveis, equipamentos e sistemas necessários à execução do objeto contratual, observada a legislação pertinente;

- i) encaminhar à Entidade Equiparada e aos CBHs os relatórios de avaliação da execução do Contrato de Gestão e disponibilizar, sempre que solicitado, as informações, dados, manifestações técnicas e jurídicas relacionadas à sua execução, observada a legislação de proteção de dados pessoais;
- j) disponibilizar à Entidade Equiparada informações relativas à arrecadação da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos, aos recursos do Fhidro vinculados ao Contrato e às providências adotadas em relação aos usuários inadimplentes, observadas as restrições legais aplicáveis.

III – Aos Comitês de Bacia Hidrográfica – CBHs compete:

- a) acompanhar e avaliar a execução física e financeira do Contrato de Gestão, incluindo a aplicação dos recursos oriundos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos e, quando aplicável, dos recursos provenientes do FHIDRO e do Procomitês destinados às ações no âmbito da respectiva bacia hidrográfica;
- b) apoiar a Entidade Equiparada no planejamento de ações para a aplicação dos recursos oriundos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos e, quando aplicável, dos recursos do FHIDRO e do Procomitês destinados ao fortalecimento da gestão de recursos hídricos e ao funcionamento dos Comitês de Bacia Hidrográfica, buscando a integração com outros Comitês de Bacia Hidrográfica e a otimização das despesas, investimentos e resultados;
- c) aprovar, acompanhar, colaborar e validar a execução do Plano de Aplicação Plurianual – PAP dos recursos provenientes da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos, bem como suas revisões, em conformidade com o Plano Diretor de Recursos Hídricos da bacia, observada a integração com as demais bacias de mesma afluência e com os instrumentos de planejamento governamental;
- d) aprovar, acompanhar e validar a execução do Plano Orçamentário Anual da Entidade Equiparada, incluindo a programação e execução dos recursos provenientes da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos destinados à execução das ações previstas neste Contrato de Gestão;
- e) aprovar, acompanhar e validar a execução do Plano Anual de execução dos recursos provenientes do FHIDRO e do Procomitês executados no âmbito deste Contrato de Gestão, destinados ao Programa de apoio aos Comitês de Bacia Hidrográfica;
- f) auxiliar no cumprimento das metas estabelecidas no Programa de Trabalho detalhado no Anexo II e Anexo III, apoiando a Entidade Equiparada no atendimento dos prazos e condições estabelecidos neste Contrato de Gestão, no âmbito de suas competências legais, inclusive no que se refere às ações financiadas com recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos e, quando aplicável, com recursos do FHIDRO e do Procomitês.

Parágrafo único. O exercício da competência prevista no inciso XXVIII do art. 45 da Lei Estadual nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999, permanecerá sob responsabilidade do Igam, observada a regulamentação específica aplicável.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS ORIUNDOS DA COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS

Para o cumprimento deste Contrato de Gestão o Igam deverá diligenciar com os órgãos competentes a transferência à Entidade Equiparada de toda a receita proveniente da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos nas respectivas bacias hidrográficas, conforme a Lei Estadual nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999, Decreto Estadual nº 48.160 de 24 de março de 2021 e Decreto Estadual nº 49.023, de 16 de abril de 2025, e suas alterações posteriores.

§ 1º - O desembolso financeiro ocorrerá em conformidade com a seguinte dotação orçamentária:

I – 2241.18.544.065.4189.0001.3.3.50.41.01.0.61.1

§ 2º – O repasse dos recursos serão realizados conforme disposto no inciso II, item 4 da Cláusula Quarta deste contrato.

§ 3º – Serão repassados a Entidade Equiparada os valores arrecadados, descontado o PASEP, a partir da metodologia de cobrança aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais, cuja a previsão de arrecadação anual para as respectivas Circunscrições Hidrográficas, que serão corrigidos anualmente conforme disposto no Decreto Estadual nº 48.160, de 24 de março de 2021, são:

I - Estimativa de arrecadação para o exercício de 2025/2026 - R\$ 4.092.653,57 (quatro milhões, noventa e dois mil seiscentos e cinquenta e três reais e cinquenta e sete centavos), sendo:

1. Bacia Hidrográfica dos afluentes mineiros do Alto Jequitinhonha (JQ1) - valor R\$ 428.945,76 (quatrocentos e vinte e oito mil novecentos e quarenta e cinco reais e setenta e seis centavos)
2. Bacia Hidrográfica do rio Araçuaí (JQ2) - valor R\$ 1.186.061,37 (um milhão, cento e oitenta e seis mil sessenta e um reais e trinta e sete centavos)
3. Bacia Hidrográfica do Médio e Baixo Jequitinhonha (JQ3) - valor R\$ 1.404.755,09 (um milhão, quatrocentos e quatro mil setecentos e cinquenta e cinco reais e nove centavos)
4. Bacia Hidrográfica do rio Mucuri (MU1) - valor R\$ 660.394,72 (seiscentos e sessenta mil trezentos e noventa e quatro reais e setenta e dois centavos)
5. Bacia Hidrográfica do rio Mosquito e demais afluentes do rio Pardo (PA1) - valor R\$ 219.720,75 (duzentos e dezenove mil setecentos e vinte reais e setenta e cinco centavos)
6. Bacia Hidrográfica do rio São Mateus (SM1) - valor R\$ 192.775,88 (cento e noventa e dois mil setecentos e setenta e cinco reais e oitenta e oito centavos)

§ 4º - O saldo financeiro remanescente, oriundos da arrecadação da cobrança pelo uso de recursos hídricos em exercícios anteriores e não executados até a data de celebração deste Contrato de Gestão, serão repassados à entidade equiparada, observadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras, cujo o valor é:

I - Arrecadação de exercícios anteriores - R\$ 3.739.304,40 (três milhões, setecentos e trinta e nove mil trezentos e quatro reais e quarenta centavos), sendo:

1. Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Alto Jequitinhonha (JQ1) - valor R\$ 337.399,81 (trezentos e trinta e sete mil trezentos e noventa e nove reais e oitenta e um centavos)
2. Bacia Hidrográfica do Rio Araçuaí (JQ2) - valor R\$ 1.057.828,70 (um milhão, cinquenta e sete mil oitocentos e vinte e oito reais e setenta centavos)
3. Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Médio Baixo Jequitinhonha (JQ3)- valor R\$ 875.107,73 (oitocentos e setenta e cinco mil cento e sete reais e setenta e três centavos)
4. Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Rio Mucuri (MU1) - valor R\$ 1.132.698,28 (um milhão, cento e trinta e dois mil seiscentos e noventa e oito reais e vinte e oito centavos)
5. Bacia Hidrográfica do rio Mosquito e demais afluentes do rio Pardo (PA1) - valor R\$ 55.278,35 (cinquenta e cinco mil duzentos e setenta e oito reais e trinta e cinco centavos)
6. Bacia Hidrográfica do Rio São Mateus (SM1) - valor R\$ 280.991,53 (duzentos e oitenta mil novecentos e noventa e um reais e cinquenta e três centavos)

§ 5º – Os valores estimados mencionados no parágrafo terceiro desta cláusula possuem caráter meramente referencial e não geram direito subjetivo à Entidade Equiparada quanto ao seu recebimento, constituindo-se como base para planejamento financeiro. O montante efetivamente transferido corresponderá aos percentuais legalmente estabelecidos sobre a receita efetivamente arrecadada da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos nas respectivas bacias hidrográficas, a qual poderá variar em função da regularização dos usos da água, da adimplência dos usuários e de outros fatores que influenciem a arrecadação.

§ 6º – Os recursos financeiros repassados à Entidade Equiparada, enquanto não utilizados para as finalidades previstas neste Contrato de Gestão, deverão ser aplicados em instituição financeira oficial, em modalidades de investimento que preservem a segurança e a liquidez dos recursos, observadas as diretrizes estabelecidas no art. 25 do Decreto Estadual nº 49.023, de 16 de abril de 2025.

§ 7º – Os rendimentos decorrentes das aplicações financeiras mencionadas no parágrafo anterior integrarão automaticamente os recursos vinculados a este Contrato de Gestão e deverão ser obrigatoriamente aplicados na execução de seu objeto, sujeitando-se às mesmas normas de execução, controle e prestação de contas aplicáveis aos recursos originalmente transferidos.

§ 8º – Os recursos financeiros transferidos à Entidade Equiparada e não utilizados até o encerramento do exercício financeiro permanecerão vinculados às finalidades estabelecidas neste Contrato de Gestão, mantendo sua destinação específica nos exercícios subsequentes.

§ 9º – A classificação orçamentária e a previsão de arrecadação anual necessários à execução do objeto deste

Contrato de Gestão nos exercícios subsequentes poderá ser atualizada mediante termo de apostilamento, observado o disposto na legislação orçamentária vigente, salvo disposição legal em contrário.

§ 10 – Os recursos financeiros transferidos no âmbito desta cláusula:

I – deverão ser movimentados em contas bancárias específicas mantidas em instituição financeira oficial, indicadas pela Entidade Equiparada, observada a seguinte segregação:

a) uma conta bancária única, destinada à movimentação dos recursos voltados ao custeio administrativo e operacional da Entidade Equiparada;

b) contas bancárias específicas para cada bacia hidrográfica, destinadas exclusivamente à movimentação dos recursos voltados ao financiamento de investimentos, programas, projetos e demais ações finalísticas aprovadas pelos respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica, assegurando-se a adequada rastreabilidade da execução financeira;

II – não poderão ser utilizados para pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer forma de remuneração adicional a servidores pertencentes aos quadros de órgãos ou entidades da administração pública federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ressalvadas as hipóteses expressamente autorizadas pela legislação aplicável.

§ 11 – A transferência dos recursos financeiros poderá ser suspensa pelo Igam nas seguintes hipóteses:

I – irregularidade da Entidade Equiparada no Cadastro Geral de Convenientes – CAGEC;

II – suspensão deste Contrato de Gestão, nos termos da cláusula décima quinta;

III – não apresentação da prestação de contas nos prazos e condições estabelecidos na cláusula décima deste Contrato;

IV – decisão administrativa fundamentada, nos termos do Decreto Estadual nº 46.830, de 14 de setembro de 2015, que constate a ocorrência de dano ao erário decorrente de ato praticado pela Entidade Equiparada;

V – existência de evidências ou indícios fundados de malversação de bens ou recursos públicos.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS ORIUNDOS DO FHIDRO

O Igam transferirá à Entidade Equiparada, observada a legislação vigente, os recursos financeiros oriundos do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais – FHIDRO –, destinados ao Programa de Apoio aos Comitês de Bacia Hidrográfica, observados os prazos, critérios de distribuição, condições de manutenção, hipóteses de prorrogação e demais requisitos estabelecidos na Lei Estadual nº 24.673/2024, no Decreto Estadual nº 49.038/2025 e na Resolução Conjunta SEMAD/IGAM nº 3.389/2025.

§ 1º – O desembolso financeiro ocorrerá à conta da seguinte dotação orçamentária:

I – **4341.18.544.065.4263.0001.3.3.50.41.01.0.31.1**

§ 2º – Os repasses dos recursos de que trata esta cláusula observarão os procedimentos e prazos estabelecidos no inciso II, item 4, da Cláusula Quarta deste Contrato de Gestão.

§ 3º – O montante anual a ser transferido será definido pelo Igam, considerando a disponibilidade orçamentária e financeira consignada na Lei Orçamentária Anual – LOA, o Decreto de Programação Orçamentária e Financeira – DPO, bem como as diretrizes estabelecidas na Resolução Conjunta SEMAD/IGAM nº 3.389/2025, para o ano de 2026 o montante a ser repassado será:

I - R\$ 745.252,77 (setecentos e quarenta e cinco mil duzentos e cinquenta e dois reais e setenta e sete centavos), sendo:

1. Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Alto Jequitinhonha (JQ1) - valor R\$ 137.826,02 (cento e trinta e sete mil oitocentos e vinte e seis reais e dois centavos)
2. Bacia Hidrográfica do Rio Araçuaí (JQ2) - valor R\$ 85.269,19 (oitenta e cinco mil duzentos e sessenta e nove reais e dezenove centavos)
3. Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Médio Baixo Jequitinhonha (JQ3) - valor R\$ 86.664,54 (oitenta e seis mil seiscentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos)

4. Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Rio Mucuri (MU1) - valor R\$ 111.780,16 (cento e onze mil setecentos e oitenta reais e dezesseis centavos)
5. Bacia Hidrográfica do rio Mosquito e demais afluentes do rio Pardo (PA1) - valor R\$ 133.174,97 (cento e trinta e três mil cento e setenta e quatro reais e noventa e sete centavos)
6. Bacia Hidrográfica do Rio São Mateus (SM1) - valor R\$ 190.537,89 (cento e noventa mil quinhentos e trinta e sete reais e oitenta e nove centavos)

§ 4º – Os recursos financeiros repassados à Entidade Equiparada, enquanto não utilizados para as finalidades previstas neste Contrato de Gestão, deverão ser aplicados em instituição financeira oficial, em modalidades de investimento que assegurem a segurança, liquidez e preservação do valor dos recursos, observadas as diretrizes estabelecidas no art. 25 do Decreto Estadual nº 49.023/2025.

§ 5º – Os rendimentos provenientes das aplicações financeiras integrarão os recursos vinculados a este Contrato de Gestão e deverão ser obrigatoriamente aplicados na execução de seu objeto, submetendo-se às mesmas regras de execução, controle e prestação de contas aplicáveis aos recursos originalmente transferidos.

§ 6º – Os recursos financeiros transferidos à Entidade Equiparada e não utilizados até o encerramento do exercício financeiro permanecerão vinculados às finalidades estabelecidas neste Contrato de Gestão, mantendo sua destinação específica nos exercícios subsequentes.

§ 7º – A classificação orçamentária e o repasse anual necessários à execução do objeto deste Contrato de Gestão nos exercícios subsequentes poderá ser atualizada mediante termo de apostilamento, observado o disposto na legislação orçamentária vigente, salvo disposição legal em contrário.

§ 8º – Os recursos financeiros transferidos no âmbito desta cláusula:

I – deverão ser movimentados em contas bancárias específicas mantidas em instituição financeira oficial, indicadas pela Entidade Equiparada, para cada bacia hidrográfica, observada a segregação financeira, destinada exclusivamente à gestão dos recursos oriundos do FHIDRO, de forma a assegurar a adequada rastreabilidade e controle da execução financeira;

II – não poderão ser utilizados para pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer forma de remuneração adicional a servidores pertencentes aos quadros de órgãos ou entidades da administração pública federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ressalvadas as hipóteses expressamente autorizadas pela legislação aplicável.

§ 9º – A transferência dos recursos financeiros poderá ser suspensa pelo Igam nas seguintes hipóteses:

I – irregularidade da Entidade Equiparada no Cadastro Geral de Convenientes – CAGEC;

II – suspensão deste Contrato de Gestão, nos termos da cláusula décima quinta;

III – não apresentação da prestação de contas nos prazos e condições estabelecidos na cláusula décima deste Contrato;

IV – decisão administrativa fundamentada, nos termos do Decreto Estadual nº 46.830/2015, que constate a ocorrência de dano ao erário decorrente de ato praticado pela Entidade Equiparada;

V – existência de evidências ou indícios fundados de malversação de bens ou recursos públicos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS ORIUNDOS DO PROCOMITÊS

O Igam poderá transferir à Entidade Equiparada, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, recursos financeiros oriundos do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas – Procomitês, instituído pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, nos termos da Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, da Lei Federal nº 9.984, de 17 de julho de 2000, das Resoluções ANA nº 1.190, de 3 de outubro de 2016, e nº 1.595, de 19 de dezembro de 2016, e demais normas aplicáveis.

§ 1º – O desembolso financeiro ocorrerá à conta da seguinte dotação orçamentária:

I – 2241.18.544.065.4190.0001.3.3.50.41.01.0.73.1.

§ 2º – Os repasses dos recursos de que trata esta cláusula observarão os procedimentos e prazos estabelecidos no inciso II, item 4, da Cláusula Quarta deste Contrato de Gestão.

§ 3º – O montante a ser transferido à Entidade Equiparada será de:

I – R\$ 1.544.543,10 (um milhão, quinhentos e quarenta e quatro mil quinhentos e quarenta e três reais e dez centavos), sendo:

1. Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Alto Jequitinhonha (JQ1) - valor R\$ 272.431,98 (duzentos e setenta e dois mil quatrocentos e trinta e um reais e noventa e oito centavos)
2. Bacia Hidrográfica do Rio Araçuaí (JQ2) - valor R\$ 260.406,41 (duzentos e sessenta mil quatrocentos e seis reais e quarenta e um centavos)
3. Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Médio Baixo Jequitinhonha (JQ3)- valor R\$ 267.004,33 (duzentos e sessenta e sete mil quatro reais e trinta e três centavos)
4. Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Rio Mucuri (MU1) - valor R\$ 274.656,18 (duzentos e setenta e quatro mil seiscentos e cinquenta e seis reais e dezoito centavos)
5. Bacia Hidrográfica do Rio Mosquito (PA1) - valor R\$ 269.162,03 (duzentos e sessenta e nove mil cento e sessenta e dois reais e três centavos)
6. Bacia Hidrográfica do Rio São Mateus (SM1) - valor R\$ 200.882,17 (duzentos mil oitocentos e oitenta e dois reais e dezessete centavos)

§ 4º – Os recursos financeiros repassados à Entidade Equiparada, enquanto não utilizados, deverão ser mantidos em conta bancária específica e aplicados em instituição financeira oficial, em conformidade com o art. 25 do Decreto Estadual nº 49.023/2025.

§ 5º – Os rendimentos provenientes das aplicações financeiras integrarão, obrigatoriamente, os recursos vinculados ao Programa Procomitês, submetendo-se às mesmas regras de execução, controle, monitoramento e prestação de contas aplicáveis aos recursos originalmente transferidos.

§ 6º – Os recursos financeiros não executados ao final do exercício permanecerão vinculados às finalidades específicas do Programa Procomitês, podendo ser utilizados nos exercícios subsequentes.

§ 7º – Os recursos financeiros transferidos no âmbito desta cláusula:

I – deverão ser movimentados em contas bancárias específicas mantidas em instituição financeira oficial, indicadas pela Entidade Equiparada, para cada bacia hidrográfica, observada a segregação financeira, destinada exclusivamente à gestão dos recursos oriundos do Procomitês, de forma a assegurar a adequada rastreabilidade e controle da execução financeira;

II – não poderão ser utilizados para pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer forma de remuneração adicional a servidores pertencentes aos quadros de órgãos ou entidades da administração pública federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ressalvadas as hipóteses expressamente autorizadas pela legislação aplicável.

§ 8º – A transferência dos recursos financeiros poderá ser suspensa pelo Igam nas seguintes hipóteses:

I – irregularidade da Entidade Equiparada no Cadastro Geral de Convenientes – CAGEC;

II – suspensão deste Contrato de Gestão, nos termos da cláusula décima quinta;

III – não apresentação da prestação de contas nos prazos e condições estabelecidos na cláusula décima deste Contrato;

IV – decisão administrativa fundamentada, nos termos do Decreto Estadual nº 46.830/2015, que constate a ocorrência de dano ao erário decorrente de ato praticado pela Entidade Equiparada;

V – existência de evidências ou indícios fundados de malversação de bens ou recursos públicos.

CLÁUSULA OITAVA – DA APLICAÇÃO DO RECURSO DA COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS

Os recursos financeiros oriundos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos, arrecadados na respectiva bacia hidrográfica, serão aplicados em conformidade com os limites, diretrizes e finalidades estabelecidos no art. 28 da Lei Estadual nº 13.199/1999, no Decreto Estadual nº 49.023/2025, na Portaria Igam nº 17/2026 e demais normas complementares editadas pelo Igam, visando ao cumprimento do objeto deste Contrato de Gestão.

§ 1º – Do montante dos recursos transferidos à Entidade Equiparada, até o limite de 20% (vinte por cento) será destinado ao custeio administrativo e operacional da entidade, nos termos do art. 41 do Decreto Estadual nº 49.023/2025 e da Deliberação CERH-MG nº 667, de 23 de março de 2026.

§ 2º – Para fins de aplicação do disposto no art. 28 da Lei Estadual nº 13.199/1999, as despesas realizadas no âmbito deste Contrato de Gestão deverão observar a classificação, os limites e as condições estabelecidos nos arts. 40 e 41 do Decreto Estadual nº 49.023/2025.

§ 3º – A verificação do cumprimento dos limites e condições estabelecidos nesta cláusula será realizada anualmente, por ocasião da análise da prestação de contas relativa ao respectivo exercício financeiro, nos termos deste Contrato de Gestão.

§ 4º – Os rendimentos provenientes das aplicações financeiras dos recursos de que trata esta cláusula integrarão o montante disponível para execução do Contrato de Gestão e deverão ser aplicados observando-se os mesmos critérios, limites e finalidades estabelecidos no caput.

§ 5º – A aplicação dos recursos destinados às ações finalísticas, nos termos do art. 40 do Decreto Estadual nº 49.023/2025, deverá observar o Plano de Aplicação Plurianual – PAP, devidamente aprovado pelos Comitês de Bacias Hidrográficas.

§ 6º – A aplicação dos recursos destinados ao custeio administrativo e operacional da Entidade Equiparada, nos termos do art. 41 do Decreto Estadual nº 49.023/2025, deverá observar o Plano Orçamentário Anual – POA, aprovado pelos Comitês de Bacias Hidrográficas.

§ 7º – O Plano de Aplicação Plurianual – PAP e o Plano Orçamentário Anual – POA deverão ser elaborados em conformidade com o Decreto Estadual nº 49.023/2025, na Portaria Igam nº 17/2026 e com as normas complementares expedidas pelo Igam, assegurando a compatibilidade com o Plano Diretor de Recursos Hídricos da respectiva bacia hidrográfica.

CLÁUSULA NONA – DA APLICAÇÃO DO RECURSO DO FHIDRO E DO PROCOMITÊS

Os recursos financeiros oriundos do FHIDRO e do Procomitês, destinados ao Programa de Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas, serão aplicados pela Entidade Equiparada em conformidade com as diretrizes, limites e finalidades estabelecidos na Resolução Conjunta SEMAD/IGAM nº 3.389/2025 e no Contrato nº 036/2020/ANA, observadas as disposições deste Contrato de Gestão.

§ 1º – A totalidade das cotas-partes dos recursos do FHIDRO e do Procomitês será destinada aos CBHs atendidos pela Entidade Equiparada, mediante Plano de Aplicação específico, aprovado pelos respectivos Comitês.

§ 2º – A execução dos recursos observará sua aplicação preferencial na respectiva bacia hidrográfica em conformidade com a cota-parte definida na legislação e nas normas aplicáveis.

§ 3º – A execução dos recursos poderá observar diretrizes de integração operacional entre Comitês de Bacia Hidrográfica atendidos pela mesma Entidade Equiparada, compreendida como a utilização compartilhada de estruturas administrativas, serviços, recursos humanos e procedimentos destinados ao atendimento comum dos Comitês abrangidos por este Contrato de Gestão e pela Entidade Equiparada, vedada a transferência, compensação ou utilização cruzada dos recursos financeiros entre bacias hidrográficas e outras fontes de recursos, devendo os custos compartilhados ser apropriados proporcionalmente às fontes beneficiadas, mediante critérios objetivos de rateio e adequada segregação contábil e financeira.

§ 4º – Os recursos poderão ser aplicados em ações de interesse comum em outra bacia hidrográfica atendida pela mesma Entidade Equiparada, desde que assegurados o benefício coletivo, a otimização do uso dos recursos e a adequada rastreabilidade da execução financeira.

§ 5º – Os recursos deverão ser aplicados exclusivamente em despesas de custeio e investimento destinadas à estruturação física e operacional dos CBHs, compreendendo, dentre outras:

I – contratação de pessoal técnico e administrativo de apoio;

II – aquisição de bens e serviços necessários ao funcionamento dos CBHs;

III – realização de eventos técnicos, oficinas e reuniões plenárias;

IV – locação de espaços físicos, equipamentos e veículos de apoio técnico;

V – aquisição de sistemas, softwares e ferramentas de gestão e comunicação institucional.

§ 6º – A Entidade Equiparada deverá elaborar e submeter o Plano de Aplicação dos recursos do FHIDRO e Procomitês à aprovação dos CBHs atendidos, sendo vedada a aprovação ad referendum.

§ 7º – A execução dos recursos ficará condicionada à prévia aprovação do Plano de Aplicação pelos CBHs, não sendo permitida a realização de despesas sem a devida autorização colegiada.

§ 8º – O Plano de Aplicação terá vigência enquanto houver disponibilidade de recursos oriundos do Programa de

Apoio aos CBHs, podendo ser revisado em função de novos repasses, reprogramações ou deliberações dos Comitês.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXECUÇÃO DOS RECURSOS DA COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS, DO FHIDRO E PROCOMITÊS

A execução dos recursos financeiros repassados no âmbito deste Contrato de Gestão, inclusive aqueles oriundos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos, do Fhidro e do Procomitês, compreendendo a contratação de obras, serviços, aquisição de bens e seleção de pessoal, deverá observar as disposições do Decreto Estadual nº 49.023/2025, na Portaria Igam nº 17/2026, bem como as demais normas complementares expedidas pelo Igam, respeitadas as finalidades específicas de cada fonte de recurso.

§ 1º – A execução dos recursos deverá observar a vinculação legal de cada fonte, sendo:

I – os recursos oriundos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos destinados às ações previstas no art. 28 da Lei Estadual nº 13.199/1999, em conformidade com o Plano de Aplicação Plurianual – PAP e o Plano Orçamentário Anual – POA;

II – os recursos oriundos do Fhidro e do Procomitês destinados exclusivamente ao financiamento do Programa de Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas – CBHs, observadas as diretrizes e o Plano de Aplicação específico aprovado pelos Comitês.

§ 2º – É admitida a realização de contratações compartilhadas com a utilização de recursos provenientes de diferentes fontes previstas neste Contrato de Gestão, desde que:

I – a contratação esteja prevista nos instrumentos de planejamento aplicáveis às respectivas fontes de recursos, especialmente no Plano de Aplicação Plurianual – PAP, no Plano Orçamentário Anual – POA e, quando couber, no Plano de Aplicação dos recursos do Fhidro e Procomitês;

II – a despesa atenda demanda efetiva das respectivas bacias hidrográficas ou programas beneficiados, observadas as finalidades legalmente atribuídas a cada fonte de recurso;

III – os custos da contratação sejam apropriados proporcionalmente entre as fontes participantes, mediante critérios objetivos de rateio compatíveis com o benefício efetivamente auferido por cada bacia hidrográfica ou programa atendido;

IV – seja assegurada a adequada segregação contábil e financeira das despesas, com identificação individualizada da participação de cada fonte de recurso;

V – sejam observadas as disposições do Decreto Estadual nº 49.023/2025, da Portaria Igam nº 17/2026 e das demais normas complementares aplicáveis;

VI – fique vedada a transferência, compensação ou utilização cruzada dos recursos financeiros entre bacias hidrográficas ou fontes de recursos para custeio de despesas exclusivas de outra unidade beneficiária.

§ 3º – Nos instrumentos convocatórios relativos à contratação de obras, serviços, aquisição de bens e seleção de pessoal, custeados com recursos deste Contrato de Gestão, deverão ser indicadas, de forma expressa, as fontes de recursos envolvidas e as respectivas rubricas orçamentárias constantes do Plano de Aplicação Plurianual – PAP, do Plano Orçamentário Anual – POA e/ou do Plano de Aplicação dos recursos do Fhidro e Procomitês, conforme o caso.

§ 4º – A execução dos recursos deverá observar, além das normas aplicáveis, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, razoabilidade, transparência e celeridade, assegurando a adequada rastreabilidade da aplicação dos recursos públicos.

§ 5º – Fica vedada a aquisição de bens permanentes mediante o compartilhamento de fontes de recursos, devendo tais despesas ser integralmente custeadas por uma única fonte, assegurada a adequada identificação da origem dos recursos, a correspondente segregação contábil e financeira e a vinculação patrimonial do bem adquirido.

Parágrafo único. A vedação prevista no caput não se aplica à aquisição de bens de consumo e materiais necessários à execução das atividades compartilhadas, desde que observados os critérios de rateio, a segregação financeira das despesas e as demais disposições deste Contrato de Gestão.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS HUMANOS

A Entidade Equiparada poderá realizar procedimentos de seleção, recrutamento e contratação de pessoal, bem como o pagamento de remuneração, benefícios, encargos e demais vantagens decorrentes da relação de trabalho,

com vistas ao cumprimento das obrigações assumidas neste Contrato de Gestão, utilizando recursos oriundos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos e, quando aplicável, do Fhidro e do Procomitês, observadas as disposições do Decreto Estadual nº 49.023/2025, da Resolução Conjunta SEMAD/IGAM nº 3.389/2025, do Decreto Estadual nº 49.023/2025, da Portaria Igam nº 17/2026 e das demais normas complementares expedidas pelo Igam, respeitadas as finalidades específicas, os instrumentos de planejamento e as regras de execução próprias de cada fonte de recurso.

§ 1º – A Entidade Equiparada deverá manter tabela de cargos, salários e benefícios aprovada pela Assembleia Geral, compatível com os valores praticados no mercado na região correspondente à sua área de atuação, observados os princípios da razoabilidade, economicidade, transparência e as disposições da Deliberação Normativa CERH-MG nº 98/2025.

§ 2º – Os processos de seleção, recrutamento, contratação, remuneração e evolução funcional dos empregados deverão observar, obrigatoriamente, as disposições constantes no Plano de Cargos, Salários e Funções referido no parágrafo anterior, bem como os princípios da impessoalidade, publicidade, moralidade e eficiência.

§ 3º – Os empregados contratados pela Entidade Equiparada não manterão qualquer vínculo empregatício com o Igam, inexistindo responsabilidade subsidiária ou solidária deste quanto às obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais ou de qualquer outra natureza assumidas pela Entidade Equiparada.

§ 4º – O Igam poderá, mediante solicitação da Entidade Equiparada e nos termos do art. 130 do Decreto Estadual nº 49.023/2025, designar servidores de seu quadro para apoiar a implementação das atividades previstas neste Contrato de Gestão.

§ 5º – A atuação de servidores públicos designados pelo Igam não caracterizará vínculo empregatício com a Entidade Equiparada, nem implicará geração de obrigações trabalhistas, previdenciárias ou remuneratórias adicionais.

§ 6º – É vedado o pagamento, com recursos deste Contrato de Gestão, de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidores pertencentes aos quadros de órgãos ou entidades da Administração Pública federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.

§ 7º – A Entidade Equiparada compromete-se a não ceder, total ou parcialmente, a outras instituições públicas ou privadas, empregados remunerados com recursos deste Contrato de Gestão.

§ 8º – As despesas com pessoal custeadas com recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos deverão observar os limites estabelecidos no art. 28 da Lei Estadual nº 13.199/1999 e no art. 41 do Decreto Estadual nº 49.023/2025.

§ 9º – As despesas com pessoal custeadas com recursos do Fhidro deverão estar estritamente vinculadas às finalidades do Programa de Apoio aos Comitês de Bacia Hidrográfica – CBHs, especialmente no que se refere à estruturação física e operacional dos Comitês, nos termos da Resolução Conjunta SEMAD/IGAM nº 3.389/2025.

§ 10 – Para a seleção e contratação de pessoal com recursos provenientes deste Contrato de Gestão, a Entidade Equiparada deverá observar os procedimentos, critérios e exigências estabelecidos no Decreto Estadual nº 49.023/2025 e nas normas complementares expedidas pelo Igam.

§ 11 – As despesas com remuneração e vantagens de qualquer natureza a serem pagas aos dirigentes e empregados da Entidade Equiparada deverão observar padrões compatíveis com os valores praticados no mercado de trabalho, considerando o grau de qualificação exigido e as especificidades das funções desempenhadas.

§ 12 – A remuneração e as vantagens de qualquer natureza percebidas pelos dirigentes e empregados da Entidade Equiparada, custeadas com recursos públicos oriundos deste Contrato de Gestão, não poderão ultrapassar o teto remuneratório aplicável ao funcionalismo público do Estado de Minas Gerais, nos termos do inciso XI do caput do art. 37 da Constituição Federal.

§ 13 – A Entidade Equiparada poderá realizar o rateio das despesas com pessoal entre diferentes fontes de recursos vinculadas a este Contrato de Gestão, inclusive entre recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos e do Fhidro, desde que:

I – seja assegurada a compatibilidade entre as atividades desempenhadas e as finalidades de cada fonte de recurso;

II – seja mantida a segregação contábil e financeira das despesas;

III – seja apresentada memória de cálculo detalhada do rateio;

IV – seja vedada a duplicidade ou sobreposição de fontes no custeio de uma mesma parcela da despesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PERMISSÃO E DA ADMINISTRAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS

Para os fins deste Contrato de Gestão, a Entidade Equiparada utilizará, a título precário e com assunção de responsabilidade administrativa, pelo prazo de sua vigência, os bens móveis, equipamentos e sistemas de informação adquiridos ou desenvolvidos com recursos vinculados a este instrumento, bem como aqueles que lhe forem cedidos pelo Igam, obrigando-se à sua guarda, conservação, manutenção e utilização exclusiva na execução das atividades necessárias ao cumprimento do objeto contratual.

§ 1º – Os bens colocados à disposição da Entidade Equiparada, nos termos desta cláusula, não poderão ser alienados, onerados, cedidos ou destinados a terceiros, salvo mediante prévia e expressa autorização do Igam, observada a legislação aplicável.

§ 2º – Os bens móveis e imóveis adquiridos com recursos públicos, oriundos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos, do Fhidro, do Procomitês ou do orçamento do Igam, destinados à execução deste Contrato de Gestão ou ao apoio aos Comitês de Bacia Hidrográfica – CBHs, serão incorporados ao patrimônio público, devendo, em caso de extinção, rescisão ou encerramento do Contrato de Gestão, ser revertidos ao Igam, que promoverá sua destinação a outra Agência de Bacia Hidrográfica ou entidade equiparada, conforme deliberação dos CBHs competentes.

§ 3º – O registro patrimonial dos bens deverá ser realizado de forma individualizada, sistematizada e rastreável, contemplando, no mínimo, a identificação da fonte de recursos, o valor de aquisição, a descrição detalhada do bem, sua localização e o responsável por sua guarda e utilização.

§ 4º – A aquisição de bens móveis e imóveis no âmbito deste Contrato de Gestão deverá observar as disposições da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Estadual nº 49.023/2025 e das normas complementares expedidas pelo Igam, sendo vedada a aquisição de bens permanentes de luxo ou não compatíveis com a finalidade institucional.

§ 5º – A Entidade Equiparada poderá, mediante justificativa técnica e formal, propor ao Igam a devolução de bens públicos cuja utilização não mais se revele necessária à execução do objeto contratual, incluindo bens móveis que se tornem inservíveis, os quais poderão ser objeto de alienação, doação autorizada ou desfazimento, conforme o disposto no Decreto Estadual nº 45.242/2009 e demais normas aplicáveis. Nos casos de alienação, a critério do Igam, a Entidade Equiparada poderá permanecer como fiel depositária dos bens até a conclusão do respectivo processo.

§ 6º – É vedada a doação ou qualquer forma de transferência gratuita de bens adquiridos com recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos, do Fhidro, do Procomitês ou do orçamento do Igam sem a prévia e expressa autorização do Igam, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes.

§ 7º – A Entidade Equiparada deverá encaminhar ao Igam, anualmente, no prazo máximo de até 120 (cento e vinte) dias após o encerramento de cada exercício financeiro, o inventário atualizado dos bens móveis, equipamentos e demais ativos patrimoniais cedidos e/ou adquiridos no âmbito deste Contrato de Gestão.

§ 8º – O inventário de que trata o parágrafo anterior deverá observar as diretrizes, modelos e orientações estabelecidos pelo Igam em regulamento ou instrumento específico, devendo conter, no mínimo, para cada bem:

- I – identificação completa do bem;
- II – data de aquisição;
- III – número da Nota Fiscal;
- IV – número de patrimônio;
- V – número de série, quando aplicável;
- VI – identificação do fornecedor;
- VII – estado de conservação;
- VIII – valor de aquisição;
- IX – fonte pagadora dos recursos.

§ 9º – O inventário anual deverá assegurar a correspondência entre os registros contábeis, financeiros e patrimoniais da Entidade Equiparada, de modo a garantir a fidedignidade das informações e a rastreabilidade dos bens, ficando sujeito à verificação pelo Igam e pelos órgãos de controle competentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Entidade Equiparada elaborará e apresentará ao Igam, em até 90 (noventa) dias após o término de cada exercício financeiro, a prestação de contas anual dos recursos recebidos e executados no âmbito deste Contrato de

Gestão, abrangendo as receitas e despesas realizadas com recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos, do FHIDRO e do Procomitês, observadas as disposições do Decreto Estadual nº 49.023/2025 e das normas complementares expedidas pelo Igam.

§ 1º – A prestação de contas dos recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos deverá observar integralmente os procedimentos, critérios e exigências estabelecidos no Decreto Estadual nº 49.023/2025 e nas normas complementares do Igam, incluindo a demonstração da execução físico-financeira, a conformidade com o Plano de Aplicação Plurianual – PAP e com o Plano Orçamentário Anual – POA, bem como a comprovação da regularidade das despesas realizadas.

§ 2º – A prestação de contas dos recursos do FHIDRO seguirá as disposições do Decreto Estadual nº 49.023/2025 e das normas complementares aplicáveis, devendo a Entidade Equiparada apresentar em caráter complementar, no mínimo, Relatório de Execução do Plano de Aplicação dos recursos oriundos do FHIDRO e do Procomitês.

§ 3º – A execução dos recursos deverá observar rigorosamente a finalidade específica de cada fonte, sendo que a realização de despesas em desconformidade com a finalidade dos recursos ou com os instrumentos de planejamento aprovados, inclusive o Plano de Aplicação do FHIDRO e do Procomitês, implicará a reprovação, total ou parcial, da prestação de contas.

§ 4º – Na hipótese de irregularidades na aplicação dos recursos, o Igam adotará as medidas administrativas cabíveis para apuração de responsabilidade e ressarcimento ao erário, incluindo, conforme o caso, a instauração de Processo Administrativo de Constituição do Crédito Estadual – PACE – Parcerias não Tributárias, nos termos da Lei nº 24.673/2024, bem como a abertura de tomada de contas especial, nos termos do art. 39 do Decreto nº 49.038/2025 e dos arts. 111 e 112 do Decreto Estadual nº 49.023/2025.

§ 5º – O Igam poderá exigir da Entidade Equiparada, a qualquer tempo, informações complementares, documentos comprobatórios e o detalhamento de dados constantes dos relatórios apresentados.

§ 6º – Caberá à Entidade Equiparada promover, até 31 de março de cada exercício, a publicação de extrato de execução financeira no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, assegurando transparência à gestão dos recursos públicos.

§ 7º – A Entidade Equiparada encaminhará ao Igam, juntamente com a prestação de contas, os comprovantes mensais que evidenciem o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias decorrentes da execução deste Contrato de Gestão.

§ 8º – A Entidade Equiparada disponibilizará, semestralmente, em seu sítio eletrônico e nas páginas eletrônicas dos respectivos CBHs, relatório gerencial contendo informações sobre a arrecadação, os repasses efetuados pelo Igam e a execução dos recursos, discriminados por fonte, inclusive da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos e do FHIDRO.

§ 9º – A prestação de contas será analisada pelo Igam no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de seu recebimento, podendo ser suspenso o prazo em caso de necessidade de diligências ou complementações.

§ 10 – O Igam, em conjunto com os CBHs, avaliará anualmente os resultados alcançados com a execução deste Contrato de Gestão, encaminhando ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH-MG - e à Entidade Equiparada relatório conclusivo contendo a análise comparativa entre as metas pactuadas e os resultados efetivamente alcançados, acompanhado da avaliação da prestação de contas correspondente.

§ 11 – Constatada a existência de vícios sanáveis na prestação de contas, o Igam notificará a Entidade Equiparada para que, no prazo estabelecido, promova o saneamento das inconformidades e/ou a complementação da documentação, sob pena de adoção das medidas administrativas e de controle cabíveis, inclusive comunicação aos órgãos de controle externo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO, GESTÃO E MONITORAMENTO DO CONTRATO

A execução do presente Contrato de Gestão será acompanhada por Gestor do Contrato e por Comissão de Monitoramento, designados pelo dirigente máximo do Igam, nos termos do Decreto Estadual nº 49.023/2025, da Portaria Igam nº 17/2026 e demais normas aplicáveis.

§ 1º – Fica designado como Gestor do presente Contrato de Gestão o(a) servidor(a):

I – NOME; MASP; UNIDADE ADMINISTRATIVA; CONTATO

§ 2º – Compete ao Gestor do Contrato, sem prejuízo de outras atribuições previstas na legislação aplicável:

I – coordenar a execução geral do Contrato de Gestão;

II – atuar como interlocutor institucional entre o Igam, a Entidade Equiparada e os Comitês de Bacia Hidrográfica;

III – acompanhar o cumprimento das obrigações contratuais;

IV – adotar as providências administrativas necessárias ao regular desenvolvimento do contrato;

V – consolidar informações e documentos relativos à execução contratual;

VI – encaminhar demandas à Comissão de Monitoramento e às unidades competentes do Igam;

VII – promover os procedimentos relativos às alterações contratuais, quando cabíveis;

VIII – acompanhar a análise das prestações de contas e a adoção das providências delas decorrentes.

§ 3º – A Comissão de Monitoramento será composta exclusivamente por servidores do Igam, designados para atuação técnica e imparcial no acompanhamento da execução contratual, sendo integrada pelos seguintes membros:

I – NOME;MASP;UNIDADE ADMINISTRATIVA

II – NOME;MASP;UNIDADE ADMINISTRATIVA

III – NOME;MASP;UNIDADE ADMINISTRATIVA

§ 4º – Compete à Comissão de Monitoramento, sem prejuízo de outras atribuições previstas na legislação aplicável:

I – orientar a Entidade Equiparada quanto à execução do Contrato de Gestão;

II – requisitar informações, dados e documentos relativos à execução contratual;

III – analisar registros, relatórios, justificativas e demais documentos apresentados pela Entidade Equiparada;

IV – avaliar o cumprimento das metas e indicadores de desempenho;

V – monitorar a aplicação dos recursos financeiros quanto à regularidade, finalidade e conformidade com os instrumentos de planejamento;

VI – elaborar relatórios periódicos de monitoramento;

VII – propor ajustes e aperfeiçoamentos na execução contratual;

VIII – acompanhar a análise da prestação de contas anual e final do contrato.

§ 5º – O acompanhamento exercido pelo Gestor do Contrato e pela Comissão de Monitoramento não afasta a atuação dos órgãos de controle interno e externo, nem exime a Entidade Equiparada de suas responsabilidades legais e contratuais.

§ 6º – Os Comitês de Bacia Hidrográfica exercerão acompanhamento complementar da execução do Contrato de Gestão, no âmbito de suas competências institucionais, observado o disposto no Decreto Estadual nº 49.023/2025.

§ 7º – Compete aos CBHs, no exercício do acompanhamento complementar:

I – monitorar e avaliar a execução física e financeira do PAP e do POA;

II – acompanhar a execução das ações desenvolvidas pela Entidade Equiparada;

III – identificar desafios, riscos e oportunidades de aprimoramento da gestão;

IV – analisar o desempenho da Entidade Equiparada na execução do contrato.

§ 8º – Os CBHs elaborarão relatório anual de monitoramento, a ser encaminhado ao Gestor do Contrato, à Comissão de Monitoramento e à Entidade Equiparada em até 120 (cento e vinte) dias após o encerramento do exercício.

§ 9º – A Entidade Equiparada deverá assegurar acesso tempestivo e integral às informações, documentos e sistemas necessários ao exercício das atividades de gestão e monitoramento.

§ 10 – Eventuais alterações na designação do Gestor do Contrato e dos membros da Comissão de Monitoramento

serão formalizadas mediante apostilamento, passando a produzir efeitos a partir da respectiva formalização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato de Gestão terá vigência até xx de xxxx de 20xx, iniciando-se a partir da data de publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, em conformidade com o disposto na Deliberação CERH-MG nº xx, de xx de xxxx de 20xx.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato de Gestão poderá ser alterado mediante acordo entre as partes, formalizado por meio de termo aditivo, devidamente motivado e instruído, vedada a alteração de seu objeto, nos termos da legislação aplicável.

§ 1º – As condições pactuadas poderão ser revistas a qualquer tempo, de comum acordo entre as partes, inclusive para a atualização, inclusão ou exclusão de atividades, bem como para a revisão do Programa de Trabalho, desde que mantida a aderência ao objeto contratual e às finalidades institucionais.

§ 2º – A celebração de termo aditivo dependerá da apresentação de justificativa técnica e jurídica devidamente fundamentada pela parte proponente, acompanhada da demonstração de sua necessidade, adequação e compatibilidade com as normas vigentes, devendo contar com a interveniência dos CBHs, quando a alteração impactar o planejamento ou a execução das ações a eles vinculadas.

§ 3º – As alterações contratuais deverão observar, no que couber, as diretrizes, procedimentos e limites estabelecidos no Decreto Estadual nº 49.023/2025 e nas normas complementares expedidas pelo Igam, especialmente quanto à manutenção do equilíbrio entre metas, indicadores, recursos financeiros e resultados esperados.

§ 4º – Sem prejuízo de outras hipóteses devidamente justificadas, as alterações contratuais poderão decorrer de:

I – recomendações oriundas de relatórios de monitoramento e avaliação, elaborados pela Comissão de Monitoramento ou pelos CBHs;

II – necessidade de adequação às leis orçamentárias e às diretrizes de planejamento governamental;

III – revisão ou reprogramação de metas, indicadores e resultados previstos no Programa de Trabalho;

IV – superveniência de normas legais, regulamentares ou orientações dos órgãos de controle que impactem a execução do contrato;

V – adequação a políticas públicas, diretrizes governamentais ou estratégias institucionais que influenciem a execução do objeto pactuado.

§ 5º – As alterações que impliquem impacto financeiro deverão ser acompanhadas da correspondente reavaliação das fontes de recursos, da compatibilidade com os instrumentos de planejamento (PAP, POA e, quando couber, Plano de Aplicação do Fhdro) e da demonstração de sua viabilidade orçamentária e financeira.

§ 6º – É vedada a celebração de termo aditivo que resulte em desvirtuamento do objeto contratual, fracionamento indevido de ações ou prejuízo à transparência, ao controle e à avaliação dos resultados pactuados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PRORROGAÇÃO-RENOVAÇÃO

O presente Contrato de Gestão poderá ser prorrogado ou renovado, desde que demonstrada a vantajosidade da medida para a Administração Pública, o cumprimento satisfatório das metas e resultados pactuados e a manutenção da capacidade técnica e operacional da Entidade Equiparada, observadas as disposições do Decreto Estadual nº 49.023/2025 e das normas complementares expedidas pelo Igam.

§ 1º – A prorrogação ou renovação dependerá de avaliação prévia do desempenho da Entidade Equiparada, com base nos relatórios de monitoramento, nos resultados alcançados em relação às metas e indicadores estabelecidos e na análise da regularidade da execução financeira e da prestação de contas.

§ 2º – A formalização da prorrogação ou renovação dar-se-á mediante termo aditivo, devidamente motivado e instruído, precedido de manifestação técnica do Igam e, quando couber, da anuência dos CBHs envolvidos.

§ 3º – A prorrogação ou renovação do Contrato de Gestão ficará condicionada à prévia aprovação pelos CBHs envolvidos, bem como à manutenção da vigência do ato de equiparação da Entidade Equiparada à Agência de Bacia Hidrográfica, concedido pelo CERH-MG, sem prejuízo da observância das demais disposições do Decreto

Estadual nº 49.023/2025 e das normas complementares aplicáveis.

§ 4º – Não será admitida a prorrogação ou renovação do Contrato de Gestão nos casos de:

I – descumprimento injustificado de metas e indicadores pactuados;

II – irregularidades não sanadas na execução dos recursos ou na prestação de contas;

III – perda das condições de habilitação ou da capacidade técnica e operacional da Entidade Equiparada;

IV – ocorrência de fatos que comprometam a continuidade ou a regularidade da execução do objeto contratual.

§ 5º – A prorrogação ou renovação deverá ser formalizada previamente ao término da vigência do Contrato de Gestão, sendo vedada sua realização com efeitos retroativos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA SUSPENSÃO DO CONTRATO DE GESTÃO

A execução do presente Contrato de Gestão poderá ser suspensa, total ou parcialmente, por ato motivado da autoridade competente do Igam, pelo prazo máximo de até 120 (cento e vinte) dias, mantidas as demais disposições contratuais, nas seguintes hipóteses:

I – superveniência de fato excepcional ou imprevisível, alheio à vontade das partes, que impeça ou comprometa a execução do objeto contratual;

II – descumprimento, ainda que parcial, das obrigações contratuais por quaisquer das partes;

III – ocorrência de impedimentos decorrentes de fato ou ato de terceiro que inviabilize a execução do contrato;

IV – necessidade de apuração de irregularidades na execução física ou financeira do contrato, mediante instauração de procedimento administrativo competente.

§ 1º – A suspensão deverá ser formalizada mediante decisão devidamente motivada, com indicação expressa das razões que a fundamentam, sendo obrigatória a notificação da Entidade Equiparada e dos Comitês de Bacias Hidrográficas – CBHs envolvidos.

§ 2º – Durante o período de suspensão, poderão ser mantidos, mediante decisão motivada da autoridade competente, os repasses financeiros estritamente necessários à manutenção do custeio administrativo da entidade equiparada e das atividades do CBH, bem como para garantir o cumprimento de contratos firmados, com terceiros, pela entidade equiparada, desde que a suspensão não decorra de inadimplemento contratual ou da prática de irregularidade ou ato ilícito a ela imputável.

§ 3º – Na hipótese de suspensão da execução contratual, o Igam poderá adotar medidas necessárias à garantia da continuidade dos serviços públicos vinculados ao objeto deste Contrato de Gestão, inclusive a utilização provisória de bens, instalações e recursos humanos afetos à execução contratual, observado o devido processo administrativo e a legislação aplicável.

§ 4º – A suspensão do Contrato de Gestão não afasta a obrigação da Entidade Equiparada de prestar contas dos recursos já recebidos e executados, nem prejudica a avaliação dos resultados alcançados até o momento da suspensão.

§ 5º – A suspensão não elide nem suspende as responsabilidades da Entidade Equiparada e de seus dirigentes quanto ao cumprimento das obrigações legais e contratuais, especialmente no que se refere à regular aplicação dos recursos públicos e à guarda dos bens vinculados ao contrato.

§ 6º – Encerrado o período de suspensão, o contrato poderá ser restabelecido mediante decisão da autoridade competente, após verificada a superação das causas que motivaram a suspensão, sem prejuízo da adoção de medidas adicionais, inclusive rescisão contratual, quando cabível.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A Entidade Equiparada ficará sujeita à aplicação de sanções administrativas pelo Igam, assegurados o contraditório e a ampla defesa, em caso de descumprimento, total ou parcial, das obrigações contratuais ou legais, bem como na hipótese de irregularidade ou ilegalidade na execução do objeto, na aplicação de recursos públicos, na gestão de bens vinculados ao Contrato de Gestão ou no atendimento às deliberações do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH-MG, observadas as disposições do Decreto Estadual nº 49.023/2025 e demais normas aplicáveis.

§ 1º – As sanções administrativas aplicáveis poderão ser impostas isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade da infração, e consistem em:

I – advertência, formalizada por escrito, com ciência à Entidade Equiparada e comunicação aos Comitês de Bacias Hidrográficas – CBHs envolvidos;

II – suspensão temporária do direito de participar de chamamentos públicos e de celebrar novos contratos de gestão, convênios ou parcerias com órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos;

III – declaração de inidoneidade para participar de chamamentos públicos ou celebrar contratos, convênios ou parcerias com a Administração Pública de quaisquer esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da penalidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou.

§ 2º – A aplicação das sanções observará processo administrativo próprio, devidamente instaurado e instruído, nos termos da Lei Estadual nº 14.184/2002 e do Decreto Estadual nº 47.222/2017, garantindo-se o exercício do contraditório e da ampla defesa, com prazo mínimo de 10 (dez) dias para apresentação de defesa, contado da ciência do interessado.

§ 3º – Previamente à instauração do processo administrativo sancionador, o Igam poderá adotar medidas de caráter orientativo ou promover tentativa de solução consensual, quando cabível, sem prejuízo da apuração de responsabilidades nas hipóteses de maior gravidade ou de dano ao erário.

§ 4º – Compete ao Diretor-Geral do Igam a aplicação das sanções previstas nesta cláusula, mediante decisão devidamente motivada, com base nos elementos constantes do processo administrativo.

§ 5º – Na aplicação das sanções, a autoridade competente deverá observar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, considerando, entre outros aspectos:

I – a gravidade da infração;

II – a extensão do dano causado à Administração Pública;

III – a vantagem auferida, quando houver;

IV – a reincidência ou habitualidade da conduta;

V – a cooperação da Entidade Equiparada para a apuração dos fatos e a mitigação de seus efeitos.

§ 6º – A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não afasta a obrigação de reparação integral dos danos causados ao erário, nem a adoção de outras medidas administrativas cabíveis, inclusive a instauração de procedimentos de ressarcimento, nos termos da legislação aplicável.

§ 7º – As disposições desta cláusula aplicam-se sem prejuízo da responsabilização administrativa e civil pela prática de atos lesivos à Administração Pública, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 e do Decreto Estadual nº 48.821/2024.

§ 8º – A responsabilização da pessoa jurídica não exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes, administradores ou de qualquer pessoa natural que tenha concorrido para a prática do ato ilícito, na medida de sua culpabilidade.

CLÁUSULA VISÉGIMA – DA RESCISÃO

O presente Contrato de Gestão poderá ser rescindido nas seguintes hipóteses:

I – por acordo entre as partes, a qualquer tempo, mediante celebração de Termo de Distrato, com definição das obrigações remanescentes e das providências necessárias à continuidade das ações de interesse público;

II – unilateralmente, por iniciativa de qualquer das partes, mediante notificação prévia e motivada, sem prejuízo da adoção das demais medidas administrativas e judiciais cabíveis, nas seguintes situações:

- a. descumprimento total ou parcial das obrigações previstas neste Contrato de Gestão;
- b. inobservância das deliberações do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH-MG e das normas legais e regulamentares aplicáveis à matéria;
- c. alteração do estatuto ou da estrutura da Entidade Equiparada que comprometa sua qualificação ou capacidade de execução do objeto contratual;
- d. revogação, pelo CERH-MG, do ato de equiparação da entidade;
- e. desempenho insatisfatório reiterado, caracterizado por avaliação insuficiente por duas aferições consecutivas, nos termos do Programa de Trabalho, ressalvada justificativa devidamente fundamentada e aprovada pelo respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica – CBH;
- f. constatação de falsidade, omissão relevante ou incorreção insanável de informações ou documentos apresentados no processo de habilitação, no cadastro ou na execução contratual;

- g. aplicação irregular ou desvio de finalidade na utilização de recursos públicos vinculados ao Contrato de Gestão;
- h. reprovação da prestação de contas, nos termos da legislação aplicável e do disposto no Decreto Estadual nº 49.023/2025;
- i. reincidência em infrações contratuais, caracterizada, dentre outras hipóteses, pelo acúmulo de penalidades administrativas durante a vigência contratual;
- j. razões de relevante interesse público, devidamente justificadas pela autoridade competente do Igam;
- k. extinção, dissolução ou perda das condições jurídicas de funcionamento da Entidade Equiparada.

§ 1º – A rescisão deverá ser precedida de notificação formal à outra parte, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, ressalvadas as hipóteses que exijam adoção imediata de medidas para resguardar o interesse público ou evitar prejuízo ao erário.

§ 2º – A rescisão unilateral promovida pelo Igam será precedida de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei Estadual nº 14.184/2002, devendo a decisão ser devidamente motivada, com indicação dos fatos e fundamentos jurídicos.

§ 3º – O processo administrativo de que trata o parágrafo anterior deverá prever a oitiva dos CBHs envolvidos, especialmente quanto aos impactos da rescisão na execução do PAP, do POA e do Plano de Aplicação do Fhidro.

§ 4º – Na hipótese de rescisão do Contrato de Gestão, o Igam, observada a legislação aplicável, poderá assumir, em caráter excepcional e supletivo, o adimplemento das obrigações lícitas, essenciais e regularmente constituídas no âmbito da execução contratual, desde que vinculadas ao objeto do Contrato de Gestão e indispensáveis à continuidade das ações de interesse público, mediante autorização do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH-MG e decisão motivada do Diretor-Geral do Igam, que deverá atestar o interesse público, a essencialidade das obrigações e a necessidade de manutenção ou transição das ações.

§ 5º – Em caso de rescisão motivada por irregularidade, dolo, culpa ou má gestão por parte da Entidade Equiparada, devidamente apurada em processo administrativo:

I – será determinada a imediata suspensão de novos repasses de recursos;

II – será promovida a revogação da permissão de uso de bens públicos e a reversão dos bens vinculados ao contrato ao Igam;

III – será determinada a cessação de eventuais cessões de servidores públicos;

IV – a Entidade Equiparada ficará obrigada à restituição dos saldos financeiros não aplicados e dos valores aplicados irregularmente, devidamente atualizados, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

§ 6º – A rescisão do Contrato de Gestão não exime a Entidade Equiparada do dever de prestar contas dos recursos recebidos até a data de sua efetiva extinção, nem afasta a responsabilidade de seus dirigentes e administradores por eventuais danos causados ao erário.

§ 7º – É de exclusiva responsabilidade da Entidade Equiparada o cumprimento das obrigações assumidas perante terceiros para a execução do objeto contratual, não cabendo à Administração Pública responder por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais ou comerciais decorrentes de tais relações, inclusive nas hipóteses de rescisão.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO ENCERRAMENTO CONTRATUAL

A Entidade Equiparada deverá adotar todas as providências administrativas, financeiras e operacionais necessárias ao adequado encerramento das atividades vinculadas ao Contrato de Gestão na data de seu término, seja por decurso de prazo ou por rescisão, assegurando a continuidade do interesse público e a regular transição das ações.

§ 1º – No encerramento contratual, a Entidade Equiparada deverá:

I – restituir ao Igam todos os bens móveis, imóveis, equipamentos, sistemas e demais ativos cujo uso lhe tenha sido permitido ou que tenham sido adquiridos com recursos vinculados ao Contrato de Gestão, em adequado estado de conservação, ressalvado o desgaste natural pelo uso regular;

II – transferir ao Igam os saldos financeiros remanescentes sob sua responsabilidade, incluídos os rendimentos de aplicações financeiras, observadas as disposições legais e contratuais aplicáveis;

III – apresentar a prestação de contas final, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas pelo Igam.

§ 2º – Na hipótese de prorrogação ou renovação do Contrato de Gestão, devidamente formalizada, os recursos financeiros existentes poderão permanecer na conta específica da Entidade Equiparada, devendo ser utilizados exclusivamente para a continuidade das ações pactuadas, sendo os saldos incorporados ao novo instrumento contratual.

§ 3º – Na hipótese de não renovação do Contrato de Gestão, a Entidade Equiparada fará jus à utilização dos recursos disponíveis exclusivamente para a quitação de obrigações regularmente assumidas até a data do encerramento, incluindo despesas necessárias à rescisão de contratos de trabalho e demais compromissos vinculados à execução do objeto, não cabendo qualquer espécie de indenização adicional por parte do Igam.

§ 4º – A Entidade Equiparada deverá promover a regular liquidação de todas as obrigações tributárias, previdenciárias, trabalhistas e contratuais decorrentes da execução do Contrato de Gestão, sendo integralmente responsável por eventuais passivos remanescentes.

§ 5º – O encerramento contratual será formalizado por meio de Termo de Encerramento, no qual constarão, no mínimo:

I – a apuração dos saldos financeiros remanescentes;

II – a relação dos bens a serem revertidos ao Igam;

III – as obrigações pendentes e as providências adotadas para sua regularização;

IV – demais informações necessárias à completa prestação de contas e à transição das atividades.

§ 6º – O procedimento de apuração e devolução dos saldos financeiros observará, por simetria, as disposições constantes do Decreto Estadual nº 49.023/2025, sendo o valor a ser restituído formalizado no Termo de Encerramento Contratual e recolhido na forma estabelecida na legislação aplicável.

§ 7º – A extinção do Contrato de Gestão não exime a Entidade Equiparada do dever de prestar contas, nem afasta a responsabilidade de seus dirigentes e administradores por eventuais irregularidades ou danos causados ao erário, apurados nos termos da legislação vigente.

§ 8º – Situações excepcionais ou não previstas nesta cláusula poderão ser disciplinadas por meio de Termo de Encerramento Contratual ou, quando couber, por Termo de Distrato, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

§ 9º - Além das obrigações previstas nesta cláusula, a Entidade Equiparada deverá observar integralmente os procedimentos, providências e demais obrigações relativos ao encerramento contratual previstos no art. 126 do Decreto Estadual nº 49.023/2025 e nas normas complementares expedidas pelo Igam.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

A Entidade Equiparada obriga-se a manter o sigilo e a confidencialidade sobre todas as informações, dados, documentos e materiais a que tiver acesso em decorrência da execução deste Contrato de Gestão, observando as disposições legais e regulamentares aplicáveis, em especial aquelas previstas no Decreto nº 45.969/2012.

§ 1º – Consideram-se informações confidenciais ou sigilosas, para os fins desta cláusula:

I – aquelas assim classificadas nos termos da legislação vigente, especialmente do Decreto nº 45.969/2012;

II – aquelas expressamente identificadas como sigilosas pelo Igam;

III – dados técnicos, operacionais, financeiros, jurídicos, estratégicos ou quaisquer outros que, por sua natureza, não sejam de acesso público.

§ 2º – A Entidade Equiparada compromete-se a:

I – utilizar as informações confidenciais exclusivamente para a execução do objeto deste Contrato de Gestão, sendo vedado seu uso para obtenção de vantagem indevida, própria ou de terceiros, presente ou futura;

II – adotar medidas administrativas, técnicas e organizacionais adequadas para proteger as informações contra acesso não autorizado, perda, alteração ou divulgação indevida;

III – restringir o acesso às informações confidenciais apenas a seus dirigentes, empregados, prepostos ou terceiros que necessitem delas para a execução do contrato, exigindo destes o compromisso formal de confidencialidade;

IV – não divulgar, reproduzir, ceder, transferir ou disponibilizar, total ou parcialmente, as informações confidenciais sem prévia e expressa autorização do Igam, ressalvadas as hipóteses de obrigação legal ou determinação de autoridade competente;

V – comunicar imediatamente ao Igam qualquer incidente de segurança ou violação de sigilo de que tenha

conhecimento.

§ 3º – A obrigação de confidencialidade prevista nesta cláusula:

I – aplica-se a quaisquer formas de registro das informações, inclusive documentos físicos, meios digitais, sistemas de informação, gravações e bancos de dados;

II – subsiste durante a vigência do Contrato de Gestão e após o seu encerramento, pelo prazo previsto na legislação aplicável ou enquanto perdurar a classificação da informação.

§ 4º – Não serão consideradas informações confidenciais aquelas que:

I – sejam de domínio público, sem violação desta cláusula;

II – tenham sido obtidas legitimamente de terceiros não sujeitos a dever de sigilo;

III – devam ser divulgadas por força de lei, decisão judicial ou requisição de autoridade competente, hipótese em que a Entidade Equiparada deverá, sempre que possível, comunicar previamente o Igam.

§ 5º – A Entidade Equiparada responderá administrativa, civil e penalmente pela utilização indevida, divulgação não autorizada ou qualquer violação das informações confidenciais, inclusive por atos praticados por seus dirigentes, empregados, prepostos ou terceiros sob sua responsabilidade.

§ 6º – O descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da obrigação de reparar integralmente os danos causados ao erário ou a terceiros.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

As PARTES comprometem-se a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais, em especial a Lei Federal nº 13.709/2018, bem como com as diretrizes e normas expedidas pelas autoridades competentes, no âmbito das operações de tratamento de dados pessoais realizadas em decorrência deste Contrato de Gestão.

§ 1º – Para os fins desta cláusula:

I – o Igam atuará na condição de Controlador, nos termos do art. 5º, inciso VI, da Lei Federal nº 13.709/2018;

II – a Entidade Equiparada atuará na condição de Operador, nos termos do art. 5º, inciso VII, da referida Lei, realizando o tratamento de dados pessoais exclusivamente em nome e conforme as instruções do Controlador.

§ 2º – A Entidade Equiparada deverá:

I – tratar os dados pessoais estritamente para o cumprimento do objeto deste Contrato de Gestão, sendo vedado utilizá-los para finalidade diversa, própria ou de terceiros;

II – observar e cumprir as instruções lícitas e documentadas fornecidas pelo Igam;

III – não compartilhar, transferir ou divulgar dados pessoais sem prévia e expressa autorização do Igam, ressalvadas as hipóteses legalmente exigidas;

IV – assegurar que o acesso aos dados pessoais seja restrito a pessoas autorizadas e devidamente capacitadas quanto às obrigações de proteção de dados.

§ 3º – As PARTES deverão adotar medidas de segurança técnicas, administrativas e organizacionais aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, perda, destruição, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observando padrões mínimos de segurança da informação e boas práticas de governança.

§ 4º – As PARTES deverão comunicar uma à outra, de forma imediata e em prazo não superior a 2 (dois) dias úteis, a ocorrência de qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares de dados pessoais, devendo a comunicação conter, no mínimo:

I – a descrição da natureza dos dados pessoais afetados;

II – as informações sobre os titulares envolvidos;

III – a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados;

IV – os riscos relacionados ao incidente;

V – as medidas adotadas ou propostas para mitigar os efeitos do incidente.

§ 5º – O Igam poderá, a qualquer tempo, acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar o cumprimento das

obrigações de proteção de dados pessoais pela Entidade Equiparada, podendo solicitar informações, documentos e evidências de conformidade, inclusive quanto às medidas de segurança adotadas.

§ 6º – As PARTES obrigam-se a indicar encarregado pelo tratamento de dados pessoais (Data Protection Officer – DPO), ou preposto formalmente designado, para atuar como canal de comunicação com os titulares de dados e com a autoridade competente, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018.

§ 7º – A Entidade Equiparada deverá garantir que seus empregados, dirigentes, prepostos e eventuais subcontratados observem as disposições desta cláusula, responsabilizando-se integralmente por eventuais violações decorrentes de sua atuação.

§ 8º – Encerrado o Contrato de Gestão, a Entidade Equiparada deverá, a critério do Igam, eliminar, devolver ou anonimizar os dados pessoais tratados no âmbito deste instrumento, ressalvadas as hipóteses de guarda obrigatória previstas na legislação.

§ 9º – O descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da responsabilização civil, administrativa e penal, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO ACESSO À INFORMAÇÃO

A Entidade Equiparada deverá assegurar a transparência ativa e passiva das informações relativas à execução deste Contrato de Gestão, em conformidade com a Lei Federal nº 12.527/2011 e o Decreto Estadual nº 45.969/2012, promovendo a divulgação de dados de interesse coletivo ou geral, independentemente de requerimento, em seu sítio eletrônico oficial na internet, de forma clara, acessível, atualizada e em linguagem de fácil compreensão.

§ 1º – A Entidade Equiparada deverá disponibilizar, no mínimo, as seguintes informações:

I – estrutura organizacional, competências, endereços, telefones das unidades e horários de atendimento ao público;

II – registros detalhados de repasses, transferências e pagamentos realizados com recursos públicos, inclusive diárias, passagens e demais despesas correlatas;

III – informações relativas aos contratos, convênios e instrumentos congêneres celebrados com recursos públicos;

IV – atos convocatórios, editais e resultados de processos de seleção, chamamento público e contratações realizadas;

V – dados gerais que permitam o acompanhamento das atividades, ações, metas e indicadores executados no âmbito deste Contrato de Gestão;

VI – respostas às perguntas mais frequentes da sociedade relacionadas ao objeto contratual;

VII – cópia atualizada do estatuto social;

VIII – relação nominal atualizada dos dirigentes, compreendendo membros dos órgãos de governança, direção e fiscalização;

IX – cópia integral deste Contrato de Gestão, de seus termos aditivos e dos relatórios de prestação de contas;

X – legislação aplicável à Política Estadual de Recursos Hídricos, bem como normas internas relativas à contratação de obras, serviços, aquisição de bens e seleção de pessoal;

XI – plano de cargos, salários e benefícios aplicável aos empregados e dirigentes;

XII – tabela de remuneração e vantagens pagas com recursos do Contrato de Gestão, vedada a identificação nominal ou por CPF dos beneficiários, indicando-se apenas os cargos ou funções;

XIII – relatórios de execução técnica e financeira, com periodicidade mínima semestral e anual, acompanhados das respectivas prestações de contas;

XIV – relatórios de monitoramento e avaliação da execução do Contrato de Gestão;

XV – informações sobre os canais de atendimento ao cidadão, inclusive serviços disponibilizados por meio das Unidades de Atendimento Integrado – UAI, da Linha de Informação do Governo do Estado – LigMinas (155) e do Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais;

XVI – canais de ouvidoria, com destaque para a Ouvidoria-Geral do Estado de Minas Gerais.

§ 2º – As informações deverão:

I – ser disponibilizadas em formato aberto, estruturado e não proprietário, sempre que possível, de modo a facilitar o acesso, a reutilização e o tratamento automatizado dos dados;

II – ser atualizadas periodicamente, garantindo sua integridade, autenticidade e confiabilidade;

III – permanecer acessíveis ao público durante toda a vigência do Contrato de Gestão e pelo prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias após a aprovação da prestação de contas final.

§ 3º – A Entidade Equiparada deverá assegurar mecanismos de transparência passiva, garantindo o atendimento a pedidos de acesso à informação apresentados por qualquer interessado, nos prazos e condições estabelecidos na Lei Federal nº 12.527/2011 e no Decreto Estadual nº 45.969/2012.

§ 4º – O acesso à informação observará as hipóteses legais de sigilo e restrição de acesso, especialmente aquelas relacionadas à proteção de dados pessoais, informações classificadas e demais informações protegidas por legislação específica.

§ 5º – O descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da responsabilização da Entidade Equiparada e de seus dirigentes, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE

O presente Contrato de Gestão, bem como eventuais termos aditivos que venham a ser celebrados, terão seus extratos publicados pelo Igam no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, como condição de eficácia e transparência, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DOS ANEXOS

Constituem anexos integrantes do presente Contrato de Gestão:

I – o anexo I – “Glossário”;

II - o anexo II – “Programa de Trabalho”.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

São disposições gerais deste Contrato de Gestão:

§ 1º – A Entidade Equiparada reconhece a competência regulatória, fiscalizatória e de controle do Igam no âmbito da execução deste Contrato de Gestão, obrigando-se a atender às determinações, recomendações e notificações expedidas pela Autarquia, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis. Eventuais adequações decorrentes do exercício dessas competências poderão ensejar a formalização de termo aditivo.

§ 2º – O Igam poderá realizar auditorias, vistorias técnicas e solicitar documentos adicionais a qualquer tempo, visando garantir a adequada aplicação dos recursos e o cumprimento das metas pactuadas no Plano de Aplicação, sem prejuízo das atividades de monitoramento e avaliação previstas neste Contrato de Gestão.

§ 3º - A Entidade Equiparada deverá adotar mecanismos de gestão de riscos e controles internos compatíveis com a execução deste Contrato, incluem-se:

I – identificação e mitigação de riscos;

II – mecanismos de integridade;

III – controles internos documentados.

§ 4º – Na hipótese de revogação da equiparação da entidade ou de sua substituição, caberá ao Igam coordenar o processo de inventário e transição, assegurando a continuidade das ações e serviços vinculados ao Contrato de Gestão.

§ 5º – Para os fins do disposto no parágrafo anterior, o Igam poderá instituir, por meio de ato próprio, comissão responsável pela condução do processo de transição, com as seguintes atribuições:

I – assegurar a continuidade das atividades e serviços até a efetiva transferência para nova entidade equiparada;

II – identificar, localizar, inventariar e promover a adequada destinação dos bens móveis, imóveis, acervos técnicos, documentais, bibliográficos e sistemas vinculados ao Contrato de Gestão;

III – proceder ao levantamento e à regularização de atos administrativos pendentes, incluindo contratos,

convênios, instrumentos congêneres e respectivas prestações de contas;

IV – adotar as providências necessárias à preservação do interesse público e à continuidade da gestão dos recursos hídricos na área de abrangência.

§ 6º – A execução das ações e atividades decorrentes deste Contrato de Gestão poderá ocorrer por intermédio de unidades descentralizadas ou filiais da Entidade Equiparada, permanecendo a entidade signatária integralmente responsável, perante o Igam e terceiros, pelos atos praticados, independentemente da estrutura operacional adotada.

§ 7º – Os casos omissos ou situações excepcionais decorrentes da execução deste Contrato de Gestão serão analisados conjuntamente pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD e pelo Igam, mediante provocação formal do respectivo CBH ou da Entidade Equiparada interessada, observadas as competências institucionais, a legislação aplicável e as diretrizes do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SGRH.

§ 8º – Na hipótese de conflito entre as disposições deste Contrato de Gestão e normas legais ou regulamentares supervenientes ou vigentes, prevalecerão estas últimas, devendo o instrumento ser adequado, quando necessário, mediante a celebração de termo aditivo.

§ 9º – A celebração e execução deste Contrato de Gestão não implicam a criação de vínculo empregatício, societário ou institucional entre o Igam e os empregados, dirigentes ou contratados da Entidade Equiparada, cabendo exclusivamente a esta a responsabilidade por suas relações jurídicas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DO FORO

Fica estabelecido o Foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir qualquer dúvida e solucionar questões não resolvidas administrativamente.

E, por estarem de pleno acordo com todas as cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato de Gestão, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, a Entidade Equiparada e os Comitês de Bacia Hidrográfica intervenientes, por intermédio de seus representantes legais, firmam o presente instrumento, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

O presente instrumento será assinado eletronicamente pelas PARTES e pelos COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA INTERVENIENTES, por meio de seus representantes legais, produzindo todos os efeitos jurídicos previstos na legislação aplicável.

Marcelo da Fonseca

Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM

XXXXX

Diretora-Presidente da xxxxxxxx

João Francisco de Pinho

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DO ALTO JEQUITINHONHA (JQ1)

Simone Aparecida Alves Pinheiro

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO ARAÇUAÍ (JQ2)

Alex Jardim de Carvalho

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO E BAIXO JEQUITINHONHA (JQ3)

Wellington Gonçalves Valente

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MUCURI (MU1)

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MOSQUITO E DEMAIS AFLUENTES DO RIO PARDO (PA1)

Carolina Ester Fernandes de Oliveira

COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO MATEUS (SM1)

ANEXO I
GLOSSÁRIO

COBRANÇA PELO USO DE RECURSOS HÍDRICOS – Instrumento econômico da Política Estadual de Recursos Hídricos, destinado a reconhecer a água como bem econômico, incentivar o uso racional e sustentável e gerar recursos financeiros para financiamento de programas, projetos e ações previstos nos planos de recursos hídricos.

COMISSÃO DE MONITORAMENTO DO CONTRATO DE GESTÃO – Instância instituída pelo Igam responsável pelo acompanhamento, controle e avaliação da execução do Contrato de Gestão, incluindo a verificação do cumprimento de metas, análise de relatórios, monitoramento da aplicação dos recursos financeiros e apoio técnico à governança contratual.

CONTRATO DE GESTÃO – Instrumento jurídico de natureza administrativa celebrado entre o Igam/IgAM e a Entidade Equiparada, com a interveniência do CBH, que estabelece metas, indicadores, responsabilidades e critérios de avaliação de desempenho para execução descentralizada das ações de gestão de recursos hídricos.

ENTIDADE EQUIPARADA À AGÊNCIA DE BACIA HIDROGRÁFICA – Pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, selecionada por chamamento público e aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH-MG, responsável pela execução das atividades técnicas, administrativas e financeiras de apoio à gestão dos recursos hídricos, mediante Contrato de Gestão.

FUNDO DE RECUPERAÇÃO, PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – Fhidro – Instrumento financeiro destinado ao apoio a programas, projetos e ações voltados à conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos hídricos no Estado.

INDICADORES DE DESEMPENHO – Parâmetros quantitativos e qualitativos definidos no Programa de Trabalho para mensurar o desempenho da Entidade Equiparada quanto ao cumprimento das metas pactuadas.

PLANO DIRETOR DE RECURSOS HÍDRICOS DA UNIDADE DE GESTÃO – PDRH - Instrumento estratégico de planejamento e gestão, de longo prazo, criado para fundamentar as Políticas Nacional e Estaduais de Recursos Hídricos. Ele é elaborado especificamente para uma Circunscrição Hidrográfica (CH) e serve para orientar o uso, a conservação e a recuperação das águas em uma determinada bacia hidrográfica.

PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FHIDRO – Instrumento que estabelece diretrizes, critérios e prioridades para aplicação dos recursos do Fhidro destinado ao Programa de Apoio aos Comitês de Bacia Hidrográfica, em consonância com a Política Estadual de Recursos Hídricos.

PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL – PAP – Instrumento aprovado pelo CBH que define diretrizes, prioridades e critérios de aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos em horizonte plurianual, em conformidade com o Plano Diretor de Recursos Hídricos - PDRH.

PLANO DE INVESTIMENTO ANUAL – PIA – instrumento de planejamento anual que detalha a execução dos investimentos previstos no Plano de Aplicação Plurianual – PAP, definindo as ações, metas, cronograma físico-financeiro e os recursos necessários à implementação dos programas aprovados pelos Comitês de Bacia Hidrográfica.

PLANO ORÇAMENTÁRIO ANUAL – POA – instrumento de planejamento anual que organiza e detalha a programação das despesas necessárias à execução do Contrato de Gestão, definindo os grupos de despesa, os respectivos subgrupos, os critérios de rateio, quando aplicáveis, e a alocação dos recursos destinados ao funcionamento e à sustentabilidade operacional da entidade equiparada.

PRESTAÇÃO DE CONTAS – Conjunto sistematizado de documentos e demonstrativos apresentados ao Igam para comprovar a regular aplicação dos recursos públicos e o cumprimento das metas pactuadas.

PROGRAMA DE TRABALHO – Documento integrante do Contrato de Gestão que estabelece metas, indicadores, critérios de avaliação e parâmetros de desempenho da Entidade Equiparada.

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO – RAD - Resultado alcançado pela Entidade Equiparada associado a uma escala conceitual, classificada por conceitos e correlacionados a nota.

RELATÓRIO DE GESTÃO – Documento que consolida os resultados da execução do Contrato de Gestão, contendo análise comparativa entre metas pactuadas e resultados alcançados, com justificativas técnicas.

SECRETARIA EXECUTIVA DO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA – Função exercida pela Entidade Equiparada, consistente no suporte técnico, administrativo e operacional ao CBH, incluindo assessoramento, organização de reuniões, capacitação de membros, comunicação institucional e apoio técnico-jurídico às deliberações.

ANEXO II DO CONTRATO DE GESTÃO

Programa de Trabalho de Instalação

Contrato de Gestão nº xxx/202x

Vigência: (Data inicial - Data final) - a partir da publicação do Contrato de Gestão

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

A Lei Estadual nº 13.199/1999, que institui a Política Estadual de Recursos Hídricos, fundamentada nos princípios da gestão descentralizada, participativa e integrada, estabelece, em seu art. 38, §1º, que as Entidades Equiparadas às Agências de Bacia Hidrográfica deverão celebrar Contrato de Gestão com o Estado de Minas Gerais, como instrumento jurídico destinado à execução de atividades de apoio à gestão dos recursos hídricos no âmbito das respectivas bacias.

Nos termos do Decreto Estadual nº 49.023/2025, compete ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam representar o Poder Público Estadual na celebração, acompanhamento e avaliação dos Contratos de Gestão firmados com as Entidades Equiparadas, atuando como órgão gestor e responsável pela coordenação, supervisão e controle da execução contratual.

A formalização do Contrato de Gestão está condicionada à solicitação e à interveniência do(s) respectivo(s) Comitê(s) de Bacia Hidrográfica – CBH(s), instâncias colegiadas integrantes do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, às quais compete deliberar sobre a implementação dos instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos no âmbito de sua área de atuação.

Nesse contexto, o presente Programa de Trabalho insere-se como instrumento estruturante do Contrato de Gestão, voltado, em sua fase inicial, à implantação das condições operacionais necessárias ao funcionamento da Entidade Equiparada, compreendendo a instalação física, a organização e execução das funções de Secretaria Executiva dos CBH(s) e a elaboração dos instrumentos de planejamento, notadamente o Plano de Aplicação Plurianual – PAP, o Plano Orçamentário Anual – POA e o Plano de Aplicação dos recursos do FHIDRO e do Procomitês, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela legislação vigente e pelas deliberações dos respectivos CBH(s).

2. OBJETIVO DO PROGRAMA DE TRABALHO

O presente Programa de Trabalho tem por objetivo estabelecer as diretrizes, metas, atividades e resultados esperados para a fase inicial de execução do Contrato de Gestão, com vistas à estruturação operacional da Entidade Equiparada à Agência de Bacia Hidrográfica e à viabilização do pleno exercício de suas competências.

Constituem objetivos específicos deste Programa de Trabalho:

I – promover a instalação física e administrativa da Entidade Equiparada, assegurando condições adequadas de infraestrutura, recursos humanos, equipamentos e sistemas necessários ao seu funcionamento;

II – estruturar e operacionalizar as atividades inerentes à Secretaria Executiva do(s) Comitê(s) de Bacia Hidrográfica – CBH(s), garantindo suporte técnico, administrativo e institucional ao regular funcionamento

dessas instâncias colegiadas;

III – elaborar, de forma participativa e em articulação com o(s) CBH(s), os instrumentos de planejamento necessários à execução do Contrato de Gestão, em especial o Plano de Aplicação Plurianual – PAP, o Plano Orçamentário Anual – POA e o Plano de Aplicação do FHIDRO e do Procomitês;

IV – estabelecer rotinas administrativas, financeiras e de governança interna compatíveis com as exigências legais e regulamentares aplicáveis à execução de recursos públicos;

V – assegurar a conformidade das ações da Entidade Equiparada com as diretrizes da Lei Estadual nº 13.199/1999 e do Decreto Estadual nº 49.023/2025, bem como com as deliberações dos respectivos CBH(s);

VI – viabilizar o início da execução das ações previstas no Contrato de Gestão, com observância aos princípios da eficiência, economicidade, transparência e controle.

3. DO ESCOPO DA FASE DE IMPLANTAÇÃO

A fase inicial do Programa de Trabalho compreende o conjunto de ações necessárias à estruturação e ao início das atividades da Entidade Equiparada, devendo contemplar, no mínimo, os seguintes eixos:

I – Instalação Física e Estruturação Administrativa

a) implantação de sede administrativa em local adequado ao atendimento das demandas institucionais e ao suporte às atividades do(s) Comitê(s) de Bacia Hidrográfica – CBH(s);

b) aquisição ou disponibilização de mobiliário, equipamentos, sistemas de tecnologia da informação e demais recursos materiais necessários ao funcionamento da entidade;

c) constituição e capacitação inicial da equipe técnica e administrativa, em conformidade com o plano de cargos, salários e funções;

d) implementação de rotinas administrativas, contábeis, financeiras e de controle interno, em consonância com a legislação vigente.

II – Estruturação da Secretaria Executiva do(s) CBH(s)

a) organização e apoio à realização das reuniões ordinárias e extraordinárias dos CBH(s) e de suas instâncias internas;

b) elaboração de pautas, atas, relatórios e demais documentos técnicos e administrativos necessários ao funcionamento dos CBH(s);

c) prestação de assessoramento técnico e jurídico às deliberações dos CBH(s);

d) implementação de estratégias de comunicação institucional, incluindo a criação e manutenção de sítio eletrônico atualizado;

e) promoção de ações de capacitação contínua dos membros dos CBH(s).

III – Elaboração dos Instrumentos de Planejamento

a) elaboração do Plano de Aplicação Plurianual – PAP, em articulação com o(s) CBH(s), observando as diretrizes da Política Estadual de Recursos Hídricos;

b) elaboração do Plano Orçamentário Anual – POA, compatibilizando as previsões financeiras com as prioridades estabelecidas no PAP;

c) elaboração do Plano de Aplicação dos Recursos do FHIDRO e do Procomitês, quando aplicável, em conformidade com as diretrizes, critérios e normativos do respectivo fundo e em articulação com os instrumentos de planejamento da bacia hidrográfica;

d) submissão dos instrumentos de planejamento à apreciação e aprovação do(s) CBH(s), conforme as normas aplicáveis.

IV – Estruturação da Governança e Conformidade

a) estabelecimento de fluxos e processos internos para aquisições, contratações, gestão de pessoas e execução financeira;

- b) implementação de mecanismos de transparência ativa, em conformidade com a legislação de acesso à informação;
- c) adoção de procedimentos de prestação de contas e de monitoramento da execução física e financeira;
- d) organização documental e institucional, visando assegurar rastreabilidade, controle e auditabilidade das ações desenvolvidas.

V – Início da Operacionalização do Contrato de Gestão

- a) execução das primeiras ações previstas no Programa de Trabalho e nos instrumentos de planejamento aprovados;
- b) articulação institucional com o Igam e com o(s) CBH(s) para alinhamento das atividades;
- c) implementação dos mecanismos de acompanhamento e avaliação de desempenho, com base nos indicadores definidos no Contrato de Gestão;
- d) elaboração dos relatórios iniciais de execução, conforme exigências normativas.

3. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE TRABALHO

A aferição e a mensuração dos resultados obtidos pela Entidade Equiparada serão realizadas mediante processo sistemático de avaliação de desempenho, com base no cumprimento das metas, indicadores e prazos estabelecidos neste Programa de Trabalho, bem como nos demais instrumentos integrantes do Contrato de Gestão.

A análise técnica competirá ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam e será realizada em articulação com o(s) respectivo(s) Comitê(s) de Bacia Hidrográfica – CBH(s).

A avaliação de desempenho considerará, dentre outros aspectos:

- I – o grau de cumprimento das metas pactuadas e dos indicadores de desempenho estabelecidos;
- II – a conformidade da execução física e financeira com os instrumentos de planejamento aprovados;
- III – a observância das normas legais e regulamentares aplicáveis;
- IV – a qualidade técnica dos produtos, relatórios e entregas apresentadas;
- V – a tempestividade na execução das atividades e no cumprimento das obrigações contratuais.

Os resultados da avaliação serão formalizados por meio de relatórios técnicos periódicos, que subsidiarão o acompanhamento, a tomada de decisão e, quando couber, a adoção de medidas corretivas, inclusive mediante a pactuação de ajustes no Programa de Trabalho.

O descumprimento total ou parcial, injustificado, das metas e obrigações previstas neste Programa de Trabalho poderá ensejar a aplicação de medidas administrativas, inclusive a suspensão de repasses, a revisão das condições pactuadas ou a rescisão do Contrato de Gestão, nos termos deste instrumento e da legislação aplicável.

Será assegurado à Entidade Equiparada o direito ao contraditório e à ampla defesa previamente à aplicação de quaisquer medidas decorrentes da avaliação de desempenho.

4. DO PROGRAMA DE TRABALHO

META 1 – INSTALAÇÃO FÍSICA E ESTRUTURAÇÃO ADMINISTRATIVA DA ENTIDADE				
Item	Produto Esperado	Indicadores de Desempenho	Prazo*	Meios de Verificação
1.1	Estudo técnico para definição da sede administrativa da Entidade Equiparada	Estudo elaborado e apresentado no prazo pactuado	1 mês	Relatório técnico contendo análise locacional, justificativa técnica e critérios adotados
1.2	Plano Orçamentário Anual elaborado	Plano orçamentário aprovado pela instância competente da Entidade e pelos respectivos CBHs	3 meses	Documento formal do Plano Orçamentário Anual, acompanhado de ata ou deliberação de aprovação

1.3	Sede administrativa estruturada e equipe administrativa e operacional constituída	Sede instalada e equipe mínima contrada e em funcionamento	12 meses	Relatório Técnico contendo o contrato de locação ou documento equivalente, registros fotográficos, organograma funcional, contratos ou atos de designação da equipe
META 2 – ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DO PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL				
Item	Produto Esperado	Indicadores de Desempenho	Prazo*	Meios de Verificação
2.1	Minuta do Plano de Aplicação Plurianual, Plano de Aplicação do FHIDRO e Procomitês apresentados à Câmara Técnica de Planejamento Integrado dos CBHs	Minuta apresentada e apreciada pela Câmara Técnica	9 meses	Minuta do Plano de Aplicação Plurianual, ata ou registro da reunião da Câmara Técnica
2.2	Plano de Aplicação Plurianual e Plano de Aplicação do FHIDRO e Procomitês aprovados pelas Plenárias dos CBHs	Plano aprovado por deliberação das Plenárias	12 meses	Deliberações dos CBHs que aprovam o Plano de Aplicação Plurianual, atas das reuniões plenárias
* O prazo contará a partir da data de publicação do Contrato de Gestão				

4.11 Descrição das metas

Meta 1 – Instalação Física

1.1. Estudo de instalação da sede administrativa da Entidade:

O Estudo de Instalação da Sede Administrativa da Entidade Equiparada deverá apresentar diagnóstico e planejamento da estrutura administrativa e operacional necessária ao exercício das funções de Agência de Bacia Hidrográfica, observadas as disposições da Lei Estadual nº 13.199, de 1999, e do Decreto Estadual nº 49.023, de 2025.

O referido estudo deverá contemplar, no mínimo, os seguintes elementos:

I – Indicação do município de localização da sede administrativa, considerando critérios de atuação geográfica estratégica, viabilidade econômica e logística, de modo a atender, de forma integrada e eficiente, os Comitês de Bacia Hidrográfica dos afluentes mineiros abrangidos pelo Contrato de Gestão;

II – Organograma institucional da estrutura administrativa e operacional a ser implantada pela Entidade, compatível com as atribuições previstas no Contrato de Gestão;

III – Definição da equipe mínima a ser contratada no período de instalação, necessária ao início da execução das atividades previstas no Contrato de Gestão;

IV – Descrição dos serviços especializados a serem contratados no período de instalação, quando aplicável;

V – Relação dos equipamentos, bens móveis e demais ativos a serem adquiridos com recursos do Contrato de Gestão, bem como daqueles eventualmente adquiridos com recursos próprios ou oriundos de cessão, doação ou parcerias, devidamente identificadas as respectivas fontes;

VI – Cronograma físico de ações para a instalação da sede administrativa.

No exercício das funções de Agência de Bacia Hidrográfica, a Entidade Equiparada deverá instituir estrutura administrativa e operacional compatível com suas atribuições, devendo contemplar, minimamente, as seguintes áreas:

a) **Administrativa:** responsável, entre outras atividades, pelos processos de aquisição de bens e serviços, controle de estoque e de bens patrimoniais, gestão da infraestrutura, atendimento ao cidadão, gestão contratual e apoio administrativo geral;

- b) **Financeira e de Recursos Humanos:** responsável pelas atividades de execução orçamentária e financeira, contas a pagar, assessoria contábil, auditoria, controle de jornada, processamento de folha de pagamento, contratação e desligamento de pessoal, bem como pela prestação de contas dos recursos geridos;
- c) **Jurídica:** responsável pela análise e interpretação da legislação aplicável, assessoramento jurídico, análise de contratos, processos administrativos, editais e demais instrumentos jurídicos;
- d) **Tecnologia da Informação:** responsável pela infraestrutura tecnológica, sistemas de informação, suporte técnico e segurança da informação;
- e) **Área Técnica:** responsável pela elaboração, implementação e acompanhamento dos Planos de Aplicação Plurianual, assessoramento às Câmaras Técnicas, elaboração de editais, fiscalização de projetos e gestão de contratos;
- f) **Secretaria Executiva:** responsável pelo apoio às atividades ordinárias e extraordinárias dos Comitês de Bacia Hidrográfica, incluindo organização e realização de reuniões, eventos, elaboração de atas, recepção e encaminhamento das deliberações aprovadas;
- g) **Comunicação:** responsável pela comunicação institucional da Entidade Equiparada e pelo apoio à comunicação dos respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica.

Em linhas gerais, a estrutura da entidade deverá atender minimamente:

1. Apoio Administrativo e Logístico

- Organização de Reuniões: Convocar plenárias, preparar a pauta, enviar materiais com antecedência e secretariar as reuniões (lavratura de atas).
- Gestão de Documentos: Organizar o arquivo técnico, resoluções, deliberações e moções aprovadas, garantindo que tudo esteja disponível para consulta pública.
- Controle de Membros: Manter o cadastro dos representantes (Poder Público, Usuários e Sociedade Civil) atualizado, controlando mandatos e vacâncias.

2. Apoio Técnico e Planejamento

- Acompanhamento do Plano de Bacia: Auxiliar na implementação e monitoramento das metas definidas no Plano de Recursos Hídricos da bacia.
- Suporte às Câmaras Técnicas: Prestar apoio direto aos grupos de trabalho especializados (ex: CT de Outorga, CT de Educação Ambiental) para que produzam pareceres embasados.
- Relatórios de Atividades: Elaborar relatórios anuais sobre a situação dos recursos hídricos e o desempenho do Comitê.

3. Gestão Financeira e Institucional

- Aplicação de Recursos: Auxiliar na definição de prioridades para o investimento dos valores arrecadados com a cobrança na bacia.
- Articulação Institucional: Manter o diálogo com a Agência de Água (ou entidade delegatária), órgãos gestores estaduais/federais e outros Comitês.
- Editais e Projetos: Elaboração de termos de referência para contratação de estudos, obras ou projetos de recuperação ambiental.

As contratações de pessoal, a aquisição de bens e a contratação de serviços deverão observar integralmente as disposições do Decreto Estadual nº 49.023, de 2025, bem como as normas previstas no Contrato de Gestão.

A sede administrativa poderá ser instalada por meio de contrato de locação, termo de cessão de uso, parceria institucional ou, quando aplicável, em sede própria da entidade, devendo, neste último caso, ser formalmente indicada e comprovada no processo de seleção.

Caso a Entidade Equiparada já detenha estrutura administrativa e operacional compatível com as funções de Agência de Bacia Hidrográfica, esta poderá ser aproveitada, dispensando-se contratações adicionais de pessoal, serviços, sistemas de informação ou aquisição de equipamentos, desde que comprovadamente adquirida ou constituída em período anterior à celebração do Contrato de Gestão.

Conforme indicado na cláusula terceira do contrato de gestão, o Igam exercerá a competência de apoio administrativo e financeiro aos CBHs, de que trata o inciso XIV do artigo 45 da Lei Estadual nº 13.199 de 29 de janeiro de 1999, pelo período de 6 (seis) meses a partir da publicação deste contrato de gestão.

Após o período indicado, caberá a entidade assumir as funções, para tanto será necessário que a entidade, após a

estruturação da equipe, seja devidamente capacitada para a assunção das funções de agência de bacia hidrográfica. Tal capacitação poderá ser realizada em parceria com o Igam.

1.2. Apresentação do Plano Orçamentário Anual

O Plano Orçamentário Anual – POA constitui instrumento de planejamento que estabelece as diretrizes para a aplicação anual dos recursos financeiros arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos, destinados ao custeio e aos investimentos necessários à estruturação física e operacional dos órgãos e das entidades integrantes do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos de Minas Gerais – SEGRH-MG, nos termos do inciso II do art. 28 da Lei Estadual nº 13.199, de 1999, e do Decreto Estadual nº 49.023, de 2025.

O POA deverá detalhar o planejamento das despesas relativas à estruturação administrativa e operacional da Entidade Equiparada, a serem executadas no respectivo exercício financeiro. Enquanto o POA não for aprovado pelos Comitês de Bacia Hidrográfica competentes, a Entidade Equiparada ficará impedida de executar despesas no âmbito do Contrato de Gestão.

O POA deverá conter, no mínimo:

I – Identificação do exercício financeiro a que se refere;

II – Percentual destinado ao custeio administrativo da Entidade Equiparada, conforme previsto no Contrato de Gestão;

III – Saldo financeiro do exercício anterior e estimativa das receitas previstas para o exercício vigente;

IV – Detalhamento das despesas e aquisições previstas para o exercício, destinadas à estruturação administrativa e operacional da Entidade Equiparada.

O POA deverá contemplar as despesas da sede administrativa e, quando existentes, da subsede e de escritórios regionais da Entidade Equiparada.

O Plano será estruturado nos seguintes grupos de despesa:

I – Custos Administrativos: despesas relacionadas à gestão interna e à manutenção da estrutura organizacional;

II – Material Permanente: aquisição de bens permanentes necessários à execução das atividades institucionais;

III – Reserva de Contingência: destinada à cobertura de riscos, imprevistos e despesas de médio e longo prazo.

Os grupos de despesa deverão ser detalhados em subgrupos, com as respectivas previsões orçamentárias.

Nos termos do art. 41 do Decreto Estadual nº 49.023, de 2025, as despesas necessárias à estruturação física e operacional da Entidade Equiparada, no âmbito do Contrato de Gestão, são classificadas como despesas administrativas, compreendendo, entre outras:

I – Despesas com infraestrutura administrativa e operacional necessárias à manutenção e ao funcionamento da sede e subsede da Entidade Equiparada e dos Comitês de Bacia Hidrográfica;

II – Despesas com atividades de apoio à gestão necessárias à organização e ao funcionamento da Entidade Equiparada;

III – Despesas com comunicação social e representação institucional vinculadas à Política Estadual de Recursos Hídricos.

Para a elaboração do POA, a Entidade Equiparada deverá considerar o Estudo de Instalação da sede administrativa e o montante dos recursos financeiros arrecadados e estimados para arrecadação no exercício, destinados ao custeio administrativo.

Conforme disposto na Portaria Igam nº 22, de 2025, e no Contrato de Gestão, será destinado ao custeio administrativo da Entidade Equiparada o percentual de até 20% (vinte por cento) da arrecadação repassada referente à cobrança pelo uso de recursos hídricos das circunscrições hidrográficas dos afluentes mineiros do Alto Jequitinhonha (JQ1), do rio Araçuaí (JQ2), do Médio e Baixo Jequitinhonha (JQ3), do rio Mucuri (MU1), do rio Pardo (PA1) e do rio São Mateus (SM1).

1.3. Estruturação da sede e da equipe administrativa e operacional:

Para fins de comprovação da estruturação da sede administrativa e da equipe administrativa e operacional, a Entidade Equiparada deverá apresentar relatório técnico circunstanciado, demonstrando o cumprimento do Estudo de Instalação e do Plano Orçamentário Anual.

O relatório deverá conter, no mínimo:

- I – Comprovação da locação, cessão ou outra forma de disponibilização do imóvel onde foi instalada a sede administrativa;
- II – Ato formal de aprovação, pelo Conselho de Administração da Entidade, do organograma institucional destinado ao atendimento do Contrato de Gestão;
- III – Comprovação da contratação da equipe base prevista no Estudo de Instalação, com indicação dos processos de seleção adotados, relação nominal dos profissionais contratados e respectivos cargos ou funções;
- IV – Comprovação de capacitação da equipe contratada para o exercício das funções de agência de bacia hidrográfica;
- V – Comprovação da contratação dos prestadores de serviços, com a indicação dos atos convocatórios e dos contratos administrativos celebrados;
- VI – Relação dos equipamentos, bens móveis e demais ativos adquiridos, em conformidade com o Estudo de Instalação, contendo, no mínimo, indicação do processo de aquisição, identificação do bem, quantidade, valor, data de aquisição, identificação da Nota Fiscal e fonte dos recursos (próprio ou Contrato de gestão).

META 2 – ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DO PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL E DO PLANO DE APLICAÇÃO DO FHIDRO E PROCOMITÊS

2.1. Minuta do Plano de Aplicação Plurianual apresentada à Câmara Técnica de Planejamento Integrado dos CBHs

O Plano de Aplicação Plurianual – PAP – constitui o instrumento de planejamento que define a alocação estratégica dos recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, devendo priorizar, de forma obrigatória, as ações previstas no respectivo Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica – PDRH.

O PAP deverá ser elaborado em consonância com o período de vigência do Contrato de Gestão, observando-se a compatibilidade entre as ações propostas, a disponibilidade financeira estimada e a capacidade operacional da Entidade Equiparada para sua execução.

A Entidade Equiparada deverá apresentar aos Comitês de Bacia Hidrográfica o PAP referente aos valores arrecadados e a arrecadar por meio da cobrança pelo uso de recursos hídricos nas respectivas circunscrições hidrográficas. Os Comitês de Bacia Hidrográfica poderão propor ajustes, revisões ou adequações ao PAP, desde que devidamente fundamentados no PDRH e em conformidade com as diretrizes da Política Estadual de Recursos Hídricos.

O PAP deverá estar estruturado, no mínimo, nos seguintes eixos de investimento:

- I – Eixo 1 – Programas e Ações de Gestão: ações voltadas ao fortalecimento da gestão dos recursos hídricos, incluindo atividades de diagnóstico, monitoramento, capacitação, sensibilização e conscientização da sociedade da bacia hidrográfica;
- II – Eixo 2 – Programas e Ações de Planejamento: ações destinadas à elaboração, revisão, atualização e aperfeiçoamento dos instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos, bem como ao apoio técnico às instâncias do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SEGRH-MG;
- III – Eixo 3 – Programas e Ações Estruturais: ações e intervenções estruturais, incluindo obras de engenharia e demais iniciativas voltadas à melhoria da quantidade e da qualidade dos recursos hídricos da bacia hidrográfica.

Cada eixo deverá ser desdobrado em programas, ações e atividades, contendo, de forma clara e objetiva, as metas a serem alcançadas, os prazos de execução, os responsáveis e as respectivas previsões orçamentárias.

A elaboração do PAP deverá observar, ainda, as diretrizes, critérios e procedimentos estabelecidos no Decreto Estadual nº 49.023/2025 e nas demais normas aplicáveis.

Concluída a elaboração da minuta do PAP, a Entidade Equiparada deverá convocar reunião integrada das Câmaras Técnicas de Planejamento dos respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica, com a finalidade de apresentar, discutir e submeter o documento à análise técnica. Somente após a manifestação favorável das referidas Câmaras Técnicas o PAP poderá ser encaminhado para deliberação das Plenárias dos respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica.

Os recursos financeiros oriundos do FHIDRO, destinados ao Programa de Apoio aos Comitês de Bacia Hidrográfica, bem como aqueles provenientes do Programa Procomitês, serão executados pela ENTIDADE

EQUIPARADA em conformidade com as diretrizes, limites, finalidades e condições estabelecidos na Resolução Conjunta SEMAD/IGAM nº 3.389/2025, no Contrato nº 036/2020/ANA, nas normas complementares aplicáveis e nas disposições deste Contrato de Gestão.

A totalidade das cotas-partes dos recursos financeiros vinculados ao FHIDRO e ao Programa Procomitês será destinada aos Comitês de Bacia Hidrográfica atendidos pela ENTIDADE EQUIPARADA, devendo sua execução observar, preferencialmente, a aplicação dos recursos na respectiva unidade territorial de gestão hídrica correspondente à origem da arrecadação ou da vinculação financeira, respeitada a segregação financeira das cotas-partes de cada Comitê.

A execução dos recursos deverá observar as diretrizes de integração entre os Comitês de Bacia Hidrográfica atendidos pela ENTIDADE EQUIPARADA, compreendida como a atuação coordenada e associada entre múltiplos CBHs no âmbito deste Contrato de Gestão, visando à racionalização administrativa, ao ganho de escala, à otimização da aplicação dos recursos públicos e à maximização dos resultados institucionais.

Os recursos poderão ser aplicados exclusivamente em despesas de custeio e investimento destinadas ao fortalecimento institucional, à estruturação física, administrativa e operacional dos Comitês de Bacia Hidrográfica, compreendendo, dentre outras:

- I – contratação de pessoal técnico, administrativo e operacional de apoio aos CBHs;
- II – aquisição de bens permanentes, mobiliários, equipamentos de informática, sistemas, softwares e ferramentas de gestão, comunicação e suporte institucional;
- III – contratação de serviços necessários ao funcionamento administrativo e operacional dos CBHs;
- IV – realização de reuniões, oficinas, capacitações, eventos técnicos, ações de mobilização social e atividades de comunicação institucional;
- V – locação de espaços físicos, equipamentos, veículos e demais estruturas de apoio necessárias à execução das atividades dos CBHs;
- VI – custeio de deslocamentos, passagens e diárias para participação de representantes dos CBHs em atividades institucionais vinculadas ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SEGRH-MG e ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH.

A ENTIDADE EQUIPARADA deverá elaborar e submeter à aprovação dos respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica o Plano de Aplicação dos recursos financeiros do FHIDRO e do Programa Procomitês, contendo, no mínimo:

- I – diagnóstico das necessidades institucionais e operacionais dos CBHs;
- II – detalhamento das ações, projetos e despesas previstas;
- III – metas, cronograma de execução e estimativa de custos;
- IV – identificação da origem dos recursos e da respectiva segregação financeira por CBH;
- V – justificativa técnica das despesas propostas;
- VI – demonstração das ações integradas entre os CBHs, quando houver.

O Plano de Aplicação poderá ser elaborado em instrumento único para os Comitês de Bacia Hidrográfica atendidos pela ENTIDADE EQUIPARADA, desde que observadas as diretrizes de integração da gestão, assegurada a identificação individualizada das cotas-partes dos recursos vinculados a cada CBH e garantida a segregação contábil, financeira e operacional da execução dos recursos.

A aprovação do Plano de Aplicação deverá ocorrer mediante deliberação expressa dos respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica, sendo vedada sua aprovação por procedimento ad referendum.

2.2. Plano de Aplicação Plurianual e Plano de Aplicação do FHIDRO e Procomitês aprovado pelas Plenárias dos CBHs

Para fins de comprovação do cumprimento desta meta, a Entidade Equiparada deverá apresentar as deliberações formais emitidas pelas Plenárias de cada Comitê de Bacia Hidrográfica que aprovem o Plano de Aplicação Plurianual e o Plano de Aplicação do FHIDRO e Procomitês, devidamente assinadas e publicadas, quando couber, nos termos dos regimentos internos e das normas vigentes.

Essas deliberações constituem o instrumento oficial de validação e condicionam a execução das ações e a aplicação dos recursos financeiros nele previstos.

ANEXO III DO CONTRATO DE GESTÃO

Programa de Trabalho Continuado

Contrato de Gestão nº xxx/202x

Vigência: (Data inicial - Data final) - a partir do segundo ano de contrato

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

A Lei Estadual nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999, que instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos e tem por fundamento a gestão hídrica descentralizada, estabelece no artigo 38, §1º, que as Entidades Equiparadas a Agência de Bacia Hidrográfica celebrarão Contrato de Gestão com o Estado de Minas Gerais.

O Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam - representará o Poder Público Estadual na celebração do Contrato de Gestão com a Entidade Equiparada, a que exercerá as funções de Agência de Bacia Hidrográfica conforme dispõe o artigo 1º do Decreto Estadual nº 49.023, de 16 de abril de 2025.

2. OBJETIVO DO PROGRAMA DE TRABALHO

O presente Programa de Trabalho tem por objetivo estabelecer os critérios, indicadores e metas para a avaliação do desempenho da Entidade Equiparada no exercício das funções de Agência de Bacia Hidrográfica, no contexto do Contrato de Gestão celebrado com o Igam.

A avaliação abrangerá a atuação da Entidade na:

- I – execução das atividades de secretaria executiva dos Comitês de Bacia Hidrográfica – CBHs;
- II – gestão administrativa e financeira dos recursos oriundos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos e do FHIDRO;
- III – execução dos instrumentos de planejamento, quais sejam: Plano de Aplicação Plurianual – PAP, Plano Operativo Anual – POA e Plano de Aplicação do FHIDRO e Procomitês.

3. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE TRABALHO

A aferição e a mensuração dos resultados obtidos pela Entidade Equiparada ocorrerão por meio de análise técnica dos indicadores de desempenho definidos no Contrato de Gestão.

A análise com base nesses indicadores, visa verificar se os recursos foram aplicados de forma eficaz e eficiente, e permite, ao final, a avaliação do desempenho da Entidade Equiparada na execução do Contrato de Gestão.

Cada indicador possui subindicadores com seus critérios de avaliação, que podem ser verificados pelos itens constantes em relatórios impressos ou eletrônicos que compõem a prestação de contas do exercício de avaliação.

A avaliação de desempenho observará os seguintes princípios:

- I – gestão por resultados;
- II – aderência aos instrumentos de planejamento aprovados pelos CBHs;
- III – eficiência, eficácia e economicidade na aplicação dos recursos;
- IV – transparência, rastreabilidade e conformidade da execução financeira;
- V – integração entre planejamento, execução e prestação de contas.

A avaliação de desempenho será realizada anualmente pelo Igam, com base nas informações apresentadas pela Entidade Equiparada e nos relatórios de execução dos instrumentos de planejamento.

A avaliação de desempenho da Entidade Equiparada ocorrerá anualmente, durante a execução do Contrato de Gestão, sendo atribuída uma nota que variará de 0 (zero) a 10 (dez). O Resultado da Avaliação de Desempenho (RAD) alcançado pela Entidade Equiparada estará associado a uma escala conceitual, classificada conforme abaixo:

Conceitos	
Ótimo	$RAD \geq 9$
Bom	$7 \leq RAD < 9$
Regular	$5 \leq RAD < 7$
Insuficiente	$RAD < 5$

O Programa de Trabalho tem como objetivo avaliar a eficiência da Entidade Equiparada no cumprimento de suas competências. A meta que deve ser almejada por todas as Entidades Equiparadas é o conceito “ótimo” na avaliação do RAD, o que demonstra o grau de excelência da instituição.

4. PROGRAMA DE TRABALHO

Conforme mencionando, o Programa de Trabalho é o instrumento que visa avaliar o desempenho da Entidade Equiparada. A avaliação do Programa de Trabalho integra o processo de avaliação da prestação de contas da Entidade Equiparada.

Desta forma, a Entidade Equiparada deverá entregar o Relatório de Gestão no processo de prestação de contas anual de forma a demonstrar e comprovar o seu desempenho na aplicação dos recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos e no apoio técnico, administrativo e financeiro aos Comitês de Bacia Hidrográfica.

O programa de trabalho é composto por três indicadores de desempenho e um indicador bônus, são eles:

- **Secretaria Executiva:** Avaliar o desempenho da entidade no exercício de secretária executiva ao respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica, o que envolve apoio nas ações do CBH e disponibilização de informações;

- **Gestão Administrativa:** Avaliar o cumprimento do Planejamento e eficiência da entidade quanto as suas atividades administrativas;

- **Gestão Finalística:** Avaliar o cumprimento do Planejamento e eficiência da entidade na execução das atividades programadas no Plano de Aplicação Plurianual – PAP e do Plano de Aplicação dos recursos do FHIDRO.

- **Gestão Proativa:** Avaliar as iniciativas da entidade na busca de novos investimentos para a Bacia Hidrográfica por meio de parcerias com aporte de recurso do parceiro em programas, estudos, obras e projetos voltados para recursos hídricos. Parcerias para a execução do Plano de Aplicação Plurianual. Investimentos que visam aprimorar a gestão administrativa e técnica da entidade. As parcerias podem ser celebradas com pessoa jurídica da iniciativa privada ou pública.

4.1. Indicador - Secretaria Executiva

O indicador busca avaliar o desempenho da Entidade Equiparada no exercício de secretária executiva ao(s) respectivo(s) Comitê(s) de Bacia(s) Hidrográfica(s), o que envolve apoio nas ações do Comitê de Bacia Hidrográfica e disponibilização de informações.

Para avaliar o indicador foram definidos dois subindicadores, sendo que cada subindicador possui critérios de aferição.

O resultado do indicador é calculado pela média aritmética dos resultados apurados em cada subindicador.

Os subindicadores são:

- **Transparência e Disponibilidade de informação:** Verificar a disponibilidade dos itens relacionados no Anexo I deste Programa de Trabalho no site do respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica.

- **Atendimento ao CBH:** Avaliar a organização por parte da Entidade Equiparada na execução das atividades do(s) respectivo(s) Comitê(s) de Bacia Hidrográfica. O Anexo II deste Programa de Trabalho detalha os itens que a entidade deverá observar para o cumprimento do subindicador.

Subindicadores de Gestão	U.M.	Fórmula de Cálculo	P.A.	Resultado do Indicador
Transparência e Disponibilidade de Informações	%	Nota Parcial = (Total de itens disponibilizados / Total de itens previstos)*100	Anual	Média aritmética das Notas

Atendimento ao CBH	%	Nota Parcial = Média aritmética dos resultados apurados na avaliação dos itens constantes no anexo II	Anual	Parciais dos Subindicadores
--------------------	---	---	-------	-----------------------------

4.2. Indicador - Gestão Administrativa

Conforme disposto no Decreto Estadual nº 49.023, de 16 de abril de 2025 e nas normas complementares, a entidade deve elaborar o Plano Orçamentário Anual (POA), que estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos oriundos da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos destinado ao custeio da Entidade Equiparada.

O artigo 28 da Lei nº 13.199 de 29 de janeiro de 1999, estabelece que os recursos arrecadados com a Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos serão destinados para o custeio das Entidades Equiparadas, sendo o percentual aprovado pelo CERH-MG, e para o financiamento de programas, projetos, estudos e obras de acordo com o Plano Diretor da Bacia Hidrográfica.

Neste sentido, o indicador busca avaliar o cumprimento do planejamento e eficiência da Entidade Equiparada quanto as suas atividades administrativas.

O resultado do indicador é calculado pela média aritmética dos resultados apurados em cada subindicador de acordo com o enquadramento do parâmetro nas faixas da tabela abaixo:

Faixa	Intervalo da faixa	Nota da Faixa
I	≥ 90	100
II	$75 \leq x < 90$	90
III	$60 \leq x < 75$	75
IV	$45 \leq x < 60$	60
V	$30 \leq x < 45$	45
VI	$15 \leq x < 30$	30
VII	< 15	0

O indicador contém dois subindicadores de aferição, são eles:

- **Eficiência na execução do Plano Orçamentário Anual:** Avaliar a eficiência da Entidade Equiparada quanto ao seu planejamento orçamentário para o custeio das atividades administrativas necessárias para cumprimento do objetivo do Contrato de Gestão.

O subindicador é apurado a partir do resultado calculado na equação:

$$Resultado = \left(\frac{\text{Total de desembolso com atividades administrativas no exercício}}{\text{Total de desembolso previsto no POA do exercício}} \right) * 100$$

A partir do resultado temos duas possíveis formas de apurar a Nota Parcial do subindicador, são:

. Nota Parcial 1: Se Resultado $\leq$ previsto no POA:

NP = Resultado

. Nota Parcial 2: Se Resultado $>$ ao previsto no POA:

$$NP = \left(1 - \left(\frac{(Resultado - 100)}{100} \right) \right) * 100$$

Nota Parcial = $0 \leq NP \leq 100$

Nota:

- No caso de arrecadação inferior ao estimado no planejamento, que tenha impactado na execução do POA de forma comprovada, o subindicador será desconsiderado para fins de avaliação.

- Para fins de avaliação do subindicador, será considerado o POA vigente em janeiro do exercício de avaliação.

- **Custo de Administração:** Avaliar o custo administrativo dispendido pela Entidade Equiparada na execução das atividades finalísticas.

De acordo com o que dispõe a Lei Estadual nº 13.199 de 29 de janeiro de 1999, verifica-se que o dado de referência utilizado para aferir a eficiência da entidade na aplicação dos recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos é o percentual aprovado pelo CERHMG dos recursos destinados para o custo administrativo da entidade. A lógica aplicada na aferição do subindicador é quão próxima, ou menor, do valor de referência maior é a eficiência da Entidade.

O subindicador é apurado a partir do resultado calculado na equação:

$$Resultado = \left(\frac{\text{Total desembolsado com atividades administrativas no exercício}}{\text{Total desembolsado no exercício}} \right) * 100$$

A partir do resultado temos duas possíveis formas de apurar a Nota Parcial da meta/subindicador, são:

. Nota Parcial 1 = Se Resultado $\leq$ % aprovado pelo CERHMG:

$$NP = 100$$

. Nota Parcial 2: Se Resultado $>$ % aprovado pelo CERHMG:

$$Nota Parcial = \left(\frac{(100 - Resultado)}{(100 - \% \text{ aprovado pelo CERHMG})} \right) * 100$$

$$NP = 0 \leq NP \leq 100$$

4.3. Indicador - Gestão Finalística

De acordo com o disposto na Lei Estadual nº 13.199 de 29 de janeiro de 1999 foi estabelecido que no mínimo 80% (oitenta por cento) dos recursos devem ser destinados para o financiamento de programas, projetos, obras e estudos previstos no Plano Diretor da Bacia Hidrográfica, ainda, podendo ser aplicado a fundo perdido.

Desta forma, conforme disposto no Decreto Estadual nº 49.023, de 16 de abril de 2025, a Entidade Equiparada deverá elaborar o Plano de Aplicação Plurianual (PAP) dos recursos oriundos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos e aprovar junto aos respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica, considerando o percentual aprovado pelo CERHMG para o custeio da Entidade Equiparada.

Além disso, o indicador irá avaliar a execução dos recursos repassados oriundos do FHIDRO para financiar o Programa de apoio aos Comitês de Bacia Hidrográfica.

Este indicador visa avaliar o cumprimento do Planejamento e eficiência da Entidade Equiparada na execução das atividades programadas no Plano de Aplicação Plurianual -PAP e do Plano de Aplicação do FHIDRO à partir de sua vigência.

O resultado do indicador é calculado pela média aritmética dos resultados apurados em cada subindicador de acordo com o enquadramento do parâmetro nas faixas da tabela abaixo:

Faixa	Intervalo da faixa	Nota da Faixa
I	≥ 90	100
II	$75 \leq x < 90$	90
III	$60 \leq x < 75$	75
IV	$45 \leq x < 60$	60
V	$30 \leq x < 45$	45
VI	$15 \leq x < 30$	30
VII	< 15	0

O indicador contém dois subindicadores de aferição, são eles:

- **Execução física do Plano de Aplicação Plurianual (PAP):** Avaliar a execução das atividades previstas no Plano de Aplicação Plurianual de forma acumulada. Este subindicador avalia o cumprimento por parte da Entidade Equiparada na execução das atividades/ações previstas no PAP.

Conforme colocado, a avaliação é feita de forma acumulada, ou seja, caso no PAP contemple dez

atividades/ações programadas para o ano 1, e destas atividades/ações apenas oito foram executadas, as duas atividades/ações serão acumuladas as atividades/ações programadas para o ano 2, e assim por diante, exceto no caso de o PAP passar por uma revisão ainda no ano 1 que reprograme ou exclua as atividades/ações não executadas no ano 1.

O subindicador é apurada a partir do resultado calculado na equação:

$$\text{Resultado} = \left(\frac{\text{Total de Atividades executadas ou em execução do PAP}}{\text{Total de Atividades previstas no PAP}} \right) * 100$$

$$\text{Resultado} = 0 \leq \text{NP} \leq 100$$

- Execução financeira do Plano de Aplicação Plurianual (PAP): Avaliar a execução financeira das atividades previstas no Plano de Aplicação Plurianual de forma acumulada. Este subindicador avalia o desembolso financeiro na execução das atividades/ações previstas no PAP.

Assim como no subindicador que busca avaliar a execução física, este subindicador avalia de forma acumulada o desembolso conforme as atividades/ações previstas no PAP, com exceção nos casos de revisão do PAP.

O subindicador é apurado a partir do resultado calculado na equação:

$$\text{Resultado} = \left(\frac{\text{Total desembolsado com atividades do PAP no exercício}}{\text{Total de desembolso previstas no PAP no exercício}} \right) * 100$$

$$\text{Resultado} = 0 \leq \text{NP} \leq 100$$

- Execução do Plano de Aplicação dos recursos Oriundos do FHIDRO e Procomitês: Avaliar a execução financeira das atividades previstas no Plano de Aplicação dos recursos oriundos do FHIDRO e do Procomitês de forma acumulada. Este subindicador avalia o desembolso financeiro na execução das atividades/ações previstas planejamento.

Assim como no subindicador que busca avaliar a execução física, este subindicador avalia de forma acumulada o desembolso conforme as atividades/ações previstas no planejamento, com exceção nos casos de revisão.

O subindicador é apurado a partir do resultado calculado na equação:

$$\text{Resultado} = \left(\frac{\text{Total desembolsado com atividades do Planejamento no exercício}}{\text{Total de desembolso previsto no Planejamento no exercício}} \right) * 100$$

$$\text{Resultado} = 0 \leq \text{NP} \leq 100$$

Nota:

- No caso de arrecadação inferior ao estimado no planejamento, que tenha impactado na execução das atividades de forma comprovada, as atividades impactadas serão desconsideradas para fins de avaliação.
- Para fins de avaliação do indicador, será considerado o PAP vigente em janeiro do exercício de avaliação.

4.4. Indicador - Gestão Proativa

Considerando que o objetivo do Contrato de Gestão é a aplicação dos recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos por parte da Entidade Equiparada e o apoio técnico, administrativo e financeiro aos Comitês de Bacia Hidrográfica, este indicador visa valorizar as iniciativas das Entidades Equiparadas na captação de investimentos que visam melhorar a qualidade e quantidade de recursos hídricos na sua área de atuação.

Desta forma, este indicador visa avaliar as iniciativas das Entidades Equiparadas na busca de novos investimentos para a Bacia Hidrográfica por meio de parcerias com aporte do parceiro em programas, estudos, obras e projetos voltados para recursos hídricos, e ou, para aprimoramento da gestão da Entidade Equiparada. As parcerias podem ser celebradas com pessoa jurídica, privada ou pública, e pessoa física. Os aportes podem ser com ações, insumos ou financeiros.

O indicador possui três critérios de bonificação, são eles:

- **Investimentos Diretos:** Investimentos para a Bacia Hidrográfica por meio de parcerias com aporte de **recursos financeiros** do parceiro em programas, estudos, obras e projetos voltados para recursos hídricos.

São parcerias que não envolvam os recursos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos e nem o Contrato de Gestão. São parcerias celebradas entre o investidor e a Entidade Equiparada.

A bonificação será dada somente no exercício em que foi celebrada a parceria. A comprovação se dará mediante apresentação de documento que formaliza a parceria, assinado por ambas as partes.

Será adicionado ao "Resultado da Avaliação de Desempenho" (RAD) 0,5 ponto por parceria celebrada, limitado a 1 ponto.

- **Investimentos Indiretos:** Parcerias para a execução do Plano de Aplicação Plurianual - PAP. As parcerias indicadas podem ser financeiras, fornecimento de insumos ou apoio técnico que visam executar os programas, as ações e as atividades previstas no Plano de Aplicação Plurianual - PAP.

A bonificação será dada somente no exercício em que foi celebrada a parceria. A comprovação se dará mediante apresentação de documento que formalize a parceria, assinado por ambas as partes.

Será adicionado ao "Resultado da Avaliação de Desempenho" (RAD) 0,20 ponto por parceria celebrada, limitado a 0,6 ponto.

- **Investimentos para “Aprimoramento Institucional”:** Referem-se a investimentos que visam aprimorar a gestão administrativa e técnica da Entidade Equiparada. Para fins de avaliação deste subindicador, serão consideradas parcerias que não envolvam recursos oriundos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos, e que não sejam “investimentos” promovidos pelos órgãos gestores de recursos hídricos, estadual ou federal.

A bonificação será dada somente no exercício em que foi celebrada a parceria.

Será adicionado ao "Resultado da Avaliação de Desempenho" (RAD) 0,1 ponto por parceria celebrada, limitado a 0,4 ponto.

4.5. Resultado do Programa de Trabalho

Para calcular o Resultado da Avaliação de Desempenho (RAD) da Entidade Equiparada, são considerados os resultados dos indicadores de **Secretaria executiva, Gestão Administrativa e Gestão Finalística**. Cada indicador possui um peso na nota final da avaliação. O quadro abaixo apresenta os pesos de cada indicador do Programa de Trabalho.

Indicador	Peso
Secretaria Executiva	3
Gestão Administrativa	3
Gestão Finalística	4

O Resultado da Avaliação de Desempenho da Entidade Equiparada é calculado da seguinte forma:

$$RAD = \left(\frac{\sum (peso * resultado \text{ do indicador})}{\sum Peso} \right) * 10$$

$$RAD = 0 \leq RAD \leq 10$$

Apurado o Resultado de Avaliação de Desempenho (RAD) da entidade, caso ela tenha obtido nota no indicador **Gestão Proativa**, a nota deverá ser adicionada ao resultado do RAD, sendo que o resultado do RAD é limitado a 10, conforme demonstrado acima.

Finalizada a avaliação da Entidade Equiparada, aplica-se o resultado ao quadro de conceitos de desempenho, apresentado no capítulo 3 deste Programa de Trabalho, concluindo assim a avaliação do Programa de Trabalho da Entidade Equiparada.

Anexo I do Programa de Trabalho

Indicador: Secretaria Executiva

Meta/Subindicador: Transparência e Disponibilidade de Informações atualizadas

Objetivo: Avaliar o cumprimento por parte da Entidade Equiparada na Transparência e disponibilidade de informações.

Mensuração do Resultado:

$$Resultado = \left(\frac{\text{Total de itens disponibilizados e atualizados}}{\text{Total de itens previstos}} \right) * 100$$

Itens previstos	
1. Conteúdo a ser disponibilizado e atualizado no <u>site do Comitê de Bacia Hidrográfica</u>	
1.1. Informações sobre o CBH e suas atividades	
Item	Descrição
1	Decreto de criação
2	Regimento interno e suas alterações
3	Composição do CBH
4	Composição da Diretoria
5	Câmaras Técnicas e Grupos de trabalhos instituídos
6	Composição das Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho
7	Agenda de atividades e eventos do CBH (Plenárias, Câmaras Técnicas, Grupo de Trabalho, etc.)
8	Convocações
9	Deliberações
10	Moções
11	Atas das reuniões
12	Relatório anual de atividades do CBH
13	Notícias sobre atividades do CBH e respectivo conteúdo fotográfico
1.2. Entidade Equiparada:	
Item	Descrição
13	Deliberação CERH-MG de Equiparação
14	Estatuto e alterações
15	Associados
1.3. Legislação da Política de Recursos Hídricos	
Item	Descrição
16	Legislação de recursos hídricos estadual (Leis, decretos, Portarias, Resoluções do IGAM e Deliberações CERH-MG)
17	Legislação de recursos hídricos federal (Leis e decretos)
1.4. Instrumentos de Gestão	
Item	Descrição
18	Informações sobre os instrumentos de Gestão previstos na Política de recursos Hídricos e o status de implementação destes instrumentos na respectiva Bacia Hidrográfica
1.5. Informações Técnicas	
Item	Descrição
19	Plano Diretor de Recursos Hídricos
20	Plano de Aplicação Plurianual da cobrança pelo uso de recursos hídricos
21	Acompanhamento e execução dos Programas e Ações previstos no Plano de Aplicação Plurianual com atualização semestral .

22	Canal de atendimento ao usuário (canais disponibilizados no site do IGAM: http://igam.mg.gov.br/gestao-das-aguas/cobranca-pelo-uso-de-recursos-hidricos)
1.6. Contrato de Gestão	
Item	Descrição
23	Contrato de Gestão celebrado entre o IGAM e a Entidade Equiparada
24	Aditivos ao Contrato de Gestão
25	Plano Orçamentário Anual da Entidade Equiparada
26	Relatório de Execução do Plano Orçamentário Anual da Entidade Equiparada
27	Relatório Anual de Execução do Plano de Aplicação Plurianual
28	Relatórios de Gestão
29	Relatórios de Avaliação
30	Atos Convocatórios e de Chamamento Público
31	Relação de contratos com atualização semestral contendo, minimamente:
	. N° do Contrato Administrativo
	. Ato Convocatório ou chamamento público que originou o Ato
	. Identificação quanto a despesa finalística ou administrativa
	. Identificação no PAP ou POA
	. Identificação da empresa contratada
	. Objeto da contratação
	. Valor Contratado
	. Data da contratação
32	Instrumentos de Parcerias
33	Instrumentos de Doações
1.7. Informações financeiras	
Item	Descrição
32	Relatório gerencial com atualização semestral de receitas e despesas contendo a discriminação do total dos valores repassados, total de rendimentos financeiros, total das despesas finalísticas e despesas administrativas por exercício, com o detalhamento das despesas por objeto e valor.
33	Relatório de despesas com viagens com atualização semestral , devendo conter:
	. N° da autorização;
	. Data de pagamento;
	. Motivo da viagem;
	. Destino;
	. Data inicial da viagem;
	. Data final da viagem;
	. Fonte de recurso (custeio ou investimento);
	. Identificação do beneficiário
	. Qualificação do Beneficiário: Conselheiro ou funcionário da entidade
	. Valor desembolsado
1.8. Canais Oficiais do Governo	
Item	Descrição
34	Disponibilizar acesso ao Site do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (http://igam.mg.gov.br/)
35	Disponibilizar acesso ao Site do Portal dos Comitês de Bacias Hidrográficas de Minas Gerais (http://comites.igam.mg.gov.br/)
36	Disponibilizar acesso ao Portal InfoHidro (http://portalinfohidro.igam.mg.gov.br/)
37	Disponibilizar acesso ao Portal do Trilhas do saber - SISEMA (http://trilhasdosaber.meioambiente.mg.gov.br/)
38	Disponibilizar acesso ao Site do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (http://www.acessoainformacao.mg.gov.br/sistema/site/index.html)
39	Disponibilizar acesso a Linha de Informação do Governo do Estado de Minas Gerais – LigMinas – nº 155 (https://www.mg.gov.br/conteúdo/atendimento/ligminas)
40	Disponibilizar acesso ao Portal da Transparência do Estado de Minas Gerais (http://www.transparencia.mg.gov.br/)
41	Disponibilizar acesso a Ouvidoria Geral do Estado de Minas Gerais (http://www.ouvidoriageral.mg.gov.br/)

Nota:

- Os itens que possuem detalhamento de conteúdo a ser disponibilizado, no caso de não disponibilização da totalidade do conteúdo, o item será considerado “não atendido”.
- Os itens que envolvam atualização semestral, as informações atualizadas deverão ser publicadas no site em até 30 dias após o fim do semestre de referência.

Anexo II do Programa de Trabalho

Indicador: Secretaria Executiva

Subindicador: Atendimento ao CBH

Objetivo: Avaliar a organização e atendimento as atividades do Comitê de Bacia Hidrográfica.

Mensuração do Resultado: Média aritmética dos resultados dos itens.

$$\text{Resultado} = \frac{\sum \text{Resultados dos itens}}{\text{Total de itens}}$$

Itens Previstos

Item 1. Organização das reuniões, ordinárias e extraordinárias, de todas as instâncias do Comitê de Bacia Hidrográfica previstas no regimento interno do Comitê.

Avaliar se a entidade atendeu a agenda de reuniões do CBH, ordinária e extraordinária, com o fornecimento de estrutura adequada para a realização das reuniões.

A comprovação será dada mediante ateste do presidente do CBH, nos casos de reuniões plenárias, e pelos coordenadores das instâncias do comitê conforme a previsão do Regimento Interno.

O parâmetro será apurado pela seguinte equação:

$$\text{Parâmetro} = \left(\frac{\text{Total de reuniões realizadas com estrutura adequada}}{\text{Total de reuniões previstas}} \right) * 100$$

O resultado do item se dará de acordo com o enquadramento do parâmetro nas faixas da tabela abaixo:

Faixa	Intervalo da faixa	Nota da Faixa
I	≥ 90	100
II	$75 \leq x < 90$	90
III	$60 \leq x < 75$	75
IV	$45 \leq x < 60$	60
V	$30 \leq x < 45$	45
VI	$15 \leq x < 30$	30
VII	< 15	0

Nota:

- Os eventos que não tenham acontecido em virtude de circunstâncias que fogem a gerência da Entidade Equiparada não serão considerados para fins de apuração.
- Os eventos que não tenham acontecido por circunstâncias da Entidade Equiparada, com a apresentação de justificativa e acatado pelo Presidente do CBH, não serão considerados para fins de apuração.

Item 2. Atendimento as demandas do Comitê de Bacia Hidrográfica no que tange as instâncias previstas no

regimento interno do Comitê.

Atendimento aos encaminhamentos demandados pelo CBH. Acompanhar se todos os encaminhamentos definidos nas atas dos comitês e suas instâncias foram atendidos ou encaminhados. Ações institucionais e administrativas devem ser concluídas. Ações técnicas encaminhadas aos responsáveis.

As demandas não atendidas devidamente justificadas e acatadas pelo comitê não serão computadas no item.

As demandas em questão, podem se referir, a elaboração e encaminhamento de ofícios, moções, Notas Técnicas, Pareceres Jurídicos, etc.

A comprovação de cumprimento do item se dará mediante relatório de demandas expedidas e atendidas pela Entidade Equiparada com a aprovação do presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica.

O parâmetro será apurado pela seguinte equação:

$$\text{Parâmetro} = \left(\frac{\text{Total de demandas atendidas}}{\text{Total de demandas expedidas}} \right) * 100$$

O resultado do item se dará de acordo com o enquadramento do parâmetro nas faixas da tabela abaixo:

Faixa	Intervalo da faixa	Nota da Faixa
I	≥ 90	100
II	$75 \leq x < 90$	90
III	$60 \leq x < 75$	75
IV	$45 \leq x < 60$	60
V	$30 \leq x < 45$	45
VI	$15 \leq x < 30$	30
VII	< 15	0

Item 3. Atendimento de prazos

Este item é composto por dois subitens. O resultado do item será apurado pela média aritmética dos resultados aferidos nos subitens.

Os subitens são:

- Envio das convocatórias e documentos nos prazos regimentais: A comprovação se dará mediante ateste do presidente do CBH, nos casos de reuniões plenárias, ordinárias e extraordinárias, e pelos coordenadores, nos casos de reuniões de câmaras técnicas, ordinárias e extraordinárias, previstas no regimento interno do Comitê de Bacia.

O parâmetro será apurado pela seguinte equação:

$$\text{Parâmetro} = \left(\frac{\text{Total de convocatórias enviadas no prazo}}{\text{Total de reuniões realizadas}} \right) * 100$$

O resultado do subitem se dará de acordo com o enquadramento do parâmetro nas faixas da tabela abaixo:

Faixa	Intervalo da faixa	Nota da Faixa
I	≥ 90	100
II	$75 \leq x < 90$	90
III	$60 \leq x < 75$	75
IV	$45 \leq x < 60$	60
V	$30 \leq x < 45$	45
VI	$15 \leq x < 30$	30
VII	< 15	0

Nota:

- Para o caso de envio de convocatória e a reunião for cancelada, esta não será considerada para a fins de avaliação.

- Tempestividade das Atas de reunião: A avaliação do subitem abrangerá as reuniões plenárias. A Entidade Equiparada deverá elaborar as atas de reuniões e pauta-las na reunião seguinte. A comprovação do subitem se dará com a apresentação da convocação contendo como item de pauta a apreciação e deliberação da Ata da reunião anterior.

O parâmetro será apurado pela seguinte equação:

$$\text{Parâmetro} = \left(\frac{\text{Total de atas tempestivas}}{\text{Total de reuniões realizadas}} \right) * 100$$

O resultado do subitem se dará de acordo com o enquadramento do parâmetro nas faixas da tabela abaixo:

Faixa	Intervalo da faixa	Nota da Faixa
I	≥ 90	100
II	$75 \leq x < 90$	90
III	$60 \leq x < 75$	75
IV	$45 \leq x < 60$	60
V	$30 \leq x < 45$	45
VI	$15 \leq x < 30$	30
VII	< 15	0

Nota:

- As atas das reuniões extraordinárias deverão ser pautadas na primeira reunião ordinária que suceder.
- Para o caso de reunião ordinária, que suceder a reunião extraordinária, ocorrer no intervalo inferior a 30 dias, a entidade poderá pautar na reunião ordinária seguinte.

Item 4. Mobilização e Comunicação Social

- **Comunicação Social**: Existência de ao menos um canal de divulgação em meio físico ou digital (Periódicos, canal de notícias, redes sociais, etc.) de informações e eventos sobre a Política de Recursos Hídricos, ações desenvolvidas e em desenvolvimento na Bacia pelo CBH, pela Entidade Equiparada e/ou por terceiro, questões afetas a gestão de recursos hídricos no âmbito da Bacia Hidrográfica, além do site do Comitê de Bacia Hidrográfica.

Nota:

- Para ser considerado válido o meio de comunicação deverá estar atualizado, ou seja, com informações e notícias com datas do exercício de avaliação.

- **Gestão do Conhecimento**: Aplicar pesquisa de avaliação junto aos Conselheiros do Comitê de Bacia Hidrográfica acerca do conhecimento quanto a Política de Recursos Hídricos: competência e atuação dos entes do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos de Minas Gerais (SEGRH-MG), implementação dos instrumentos de gestão, aplicação dos recursos da cobrança, etc.

A pesquisa tem como objetivo colher informações para a elaboração de um planejamento eficiente de capacitação voltado para os conselheiros dos Comitês de Bacia Hidrográfica. Capacitação que poderá ser realizada de modo presencial, a distância ou por meio da plataforma EAD.

A pesquisa poderá ser realizada por meio físico ou digital, de preferência digital.

A comprovação do subitem se dará pelo envio/disponibilização das pesquisas realizadas junto aos conselheiros, acompanhado dos resultados tabulados.

O formulário será fornecido pelo Igam. A Entidade Equiparada poderá propor formulário para aplicação.

A frequência de aplicação do formulário será **bianual**, ou seja, o formulário deverá ser aplicado no ano 1 do Contrato de Gestão, no ano 3 e assim sucessivamente.

Nos anos em que o formulário não for aplicado, o item será desconsiderado na avaliação.

ANEXO IX DO EDITAL DE SELEÇÃO

Estudo de Publicização

1. Identificação

Órgão Demandante: Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM

Objeto: Estudo técnico para demonstrar a conveniência, oportunidade e interesse público na publicização das atividades de apoio técnico, administrativo, financeiro e operacional aos Comitês de Bacia Hidrográfica, mediante seleção pública de entidade privada sem fins lucrativos a ser equiparada à agência de bacia hidrográfica.

2. Contextualização

A Política Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais, instituída pela Lei Estadual nº 13.199/1999, estabeleceu o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SEGRH-MG, prevendo, dentre seus componentes, a atuação dos Comitês de Bacia Hidrográfica e das agências de bacia hidrográfica, como instâncias técnicas e executivas de suporte à gestão descentralizada e participativa das águas no Estado.

No âmbito estadual, a atuação das entidades equiparadas às agências de bacia foi regulamentada pelo Decreto Estadual nº 49.023/2025, que estabeleceu os procedimentos para seleção, equiparação, contratação, execução, monitoramento e prestação de contas das entidades privadas sem fins lucrativos que vierem a exercer tais funções.

Considerando a necessidade de estruturação operacional dos Comitês de Bacia Hidrográfica das unidades territoriais abrangidas pelo presente edital, torna-se necessária a realização de processo de seleção pública para escolha de entidade apta a desempenhar as atribuições técnicas e executivas relacionadas à implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos.

3. Fundamentação da Publicização

A publicização consiste na transferência da execução de atividades de interesse público a entidades privadas sem fins lucrativos, mediante controle estatal, metas pactuadas e acompanhamento permanente dos resultados.

No caso em análise, a opção pela execução indireta por entidade equiparada mostra-se juridicamente adequada e administrativamente necessária, considerando:

3.1 Especialização técnica

As atividades inerentes às agências de bacia demandam:

- conhecimento técnico em gestão de recursos hídricos;
- capacidade de articulação institucional;
- suporte técnico aos colegiados;
- gestão financeira descentralizada;
- execução de programas e projetos em âmbito regional.

A natureza especializada dessas atividades recomenda a atuação de entidade com expertise institucional específica.

3.2 Natureza continuada das atividades

As competências atribuídas às agências de bacia possuem caráter permanente e estratégico, incluindo:

Apoio institucional aos Comitês de Bacia:

- organização de reuniões plenárias, câmaras técnicas e grupos de trabalho;
- elaboração de atas, pareceres técnicos e relatórios;
- assessoramento técnico aos conselheiros.

Apoio à implementação dos instrumentos de gestão:

- acompanhamento da cobrança pelo uso de recursos hídricos;
- apoio à elaboração e atualização de planos diretores de recursos hídricos;
- suporte à aplicação dos recursos arrecadados.

Gestão administrativa e financeira:

- execução dos recursos oriundos da cobrança;
- operacionalização de programas estaduais e federais;
- contratação de estudos, consultorias, serviços e projetos.

Tais atividades exigem continuidade administrativa incompatível com estruturas públicas centralizadas e sujeitas a limitações de pessoal e operacionalização.

3.3 Ganhos de eficiência administrativa

A contratação de entidade equiparada permite:

- maior agilidade administrativa;
- execução financeira descentralizada;
- flexibilidade operacional para atendimento aos Comitês;
- fortalecimento da governança territorial;
- melhoria na capacidade de entrega de resultados.

Além disso, a contratação por metas e indicadores, nos termos do contrato de gestão, fortalece mecanismos de eficiência e accountability.

4. Interesse Público Envolvido

A equiparação de entidade privada sem fins lucrativos atende diretamente ao interesse público ao possibilitar:

I – Fortalecimento da gestão participativa

Apoio contínuo aos Comitês de Bacia Hidrográfica, instâncias colegiadas integrantes do SEGRH-MG.

II – Efetividade na aplicação dos recursos públicos

Execução qualificada de recursos provenientes de:

- cobrança pelo uso de recursos hídricos;
- FHIDRO;
- Programa Procomitês;
- outras fontes estaduais ou federais.

III – Implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos

Promoção de ações voltadas à:

- conservação quantitativa e qualitativa das águas;
- uso racional dos recursos hídricos;
- fortalecimento institucional dos CBHs;
- execução dos instrumentos de gestão.

5. Análise de Viabilidade

A publicização mostra-se viável sob os seguintes aspectos:

Viabilidade jurídica

Há previsão legal expressa na:

- Lei Estadual nº 13.199/1999;
- Decreto Estadual nº 49.023/2025.

Viabilidade técnica

Existe demanda concreta dos Comitês abrangidos pelo edital, bem como disponibilidade de programas e recursos financeiros vinculados à execução das ações.

Viabilidade financeira

Há previsão de recursos oriundos de:

- cobrança pelo uso de recursos hídricos;
- FHIDRO;
- Programa Procomitês;
- eventuais outras fontes vinculadas à política de recursos hídricos.

6. Análise Comparativa entre Execução Direta pelo Estado e Execução por Entidade Equiparada

Com o objetivo de demonstrar a solução administrativa mais adequada para a execução das atividades de apoio técnico, administrativo, financeiro e operacional aos Comitês de Bacia Hidrográfica, procedeu-se à análise comparativa entre a execução direta pelo Estado, por intermédio do **Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM**, e a execução descentralizada por entidade privada sem fins lucrativos equiparada à agência de bacia hidrográfica.

6.1 Execução direta pelo Estado

A execução direta das atividades pelo Estado, por meio da estrutura administrativa do IGAM, apresenta respaldo institucional e controle administrativo centralizado. Contudo, a operacionalização direta das competências típicas das agências de bacia apresenta limitações estruturais e operacionais relevantes, dentre as quais destacam-se:

I – Limitações de quadro de pessoal

A execução das atividades demandaria ampliação permanente da força de trabalho especializada em gestão de recursos hídricos, apoio administrativo, execução orçamentária, contratação, fiscalização e acompanhamento técnico territorial.

A estrutura administrativa do Estado, em regra, está submetida a restrições de provimento de cargos, limites fiscais e contingenciamento de despesas, o que pode comprometer a capacidade de resposta às demandas contínuas dos Comitês de Bacia Hidrográfica.

II – Menor flexibilidade operacional

A execução direta pela Administração Pública está sujeita aos fluxos administrativos internos, às regras gerais de contratação pública, aos procedimentos orçamentários centralizados e às rotinas administrativas próprias da administração direta, fatores que podem impactar:

- a celeridade na aquisição de bens e contratação de serviços;
- a execução tempestiva de ações de apoio aos Comitês;
- a realização de eventos, capacitações e mobilizações sociais;
- a contratação de consultorias e estudos técnicos especializados.

III – Centralização administrativa

A execução direta tende a concentrar decisões administrativas e operacionais na estrutura central do órgão gestor, podendo reduzir a capacidade de atuação regionalizada e a proximidade institucional com os Comitês de Bacia Hidrográfica.

IV – Dificuldade de segregação operacional por bacia

A gestão simultânea de múltiplas fontes de recursos — como cobrança pelo uso de recursos hídricos, **FHIDRO**, Programa Procomitês e outras fontes — exige estrutura administrativa específica para segregação contábil, operacional e financeira por unidade territorial, o que pode elevar a complexidade da gestão interna.

6.2 Execução por entidade equiparada à agência de bacia hidrográfica

A execução descentralizada por entidade equiparada, nos termos da Lei Estadual nº 13.199/1999 e do Decreto Estadual nº 49.023/2025, apresenta vantagens operacionais e gerenciais compatíveis com a natureza das atividades a serem desempenhadas.

I – Especialização técnica e institucional

A entidade selecionada poderá constituir equipe técnica dedicada, com competências multidisciplinares e foco exclusivo no atendimento às demandas dos Comitês de Bacia Hidrográfica, permitindo:

- continuidade técnica das ações;
- acúmulo institucional de conhecimento;
- maior aderência às particularidades territoriais das bacias.

II – Maior agilidade administrativa

A entidade privada sem fins lucrativos possui maior flexibilidade para:

- contratação de pessoal técnico;
- aquisição de bens e equipamentos;
- contratação de serviços especializados;
- organização de eventos e capacitações;
- execução financeira descentralizada.

Tal característica favorece a tempestividade na implementação das ações pactuadas.

III – Atuação regionalizada e proximidade institucional

A entidade equiparada atua diretamente junto aos Comitês de Bacia, proporcionando:

- atendimento mais próximo às demandas locais;
- fortalecimento da governança participativa;
- maior integração com conselheiros, usuários e demais atores do sistema.

IV – Gestão orientada a resultados

A execução por meio de contrato de gestão permite o estabelecimento de:

- metas institucionais;
- indicadores de desempenho;
- mecanismos de monitoramento e avaliação;
- prestação de contas por resultados.

Esse modelo fortalece os princípios da eficiência, economicidade e accountability.

V – Capacidade de gestão multifonte

A entidade equiparada apresenta maior capacidade operacional para gerir, de forma segregada e rastreável, recursos provenientes de diferentes fontes, tais como:

- cobrança pelo uso de recursos hídricos;
- FHIDRO;
- Programa Procomitês;
- convênios e instrumentos de cooperação.

6.3 Síntese comparativa

Critério	Execução direta pelo Estado	Execução por entidade equiparada
Flexibilidade administrativa	Restrita	Elevada
Especialização dedicada	Parcial	Integral
Capacidade de resposta	Moderada	Elevada
Regionalização da atuação	Limitada	Ampliada
Gestão por metas	Indireta	Estruturada
Execução multifuente	Mais complexa	Mais aderente
Continuidade operacional	Sujeita a limitações administrativas	Maior estabilidade operacional

6.4 Da análise comparativa

A análise técnica, administrativa e institucional demonstra que, embora a execução direta pelo Estado seja juridicamente possível, a execução descentralizada por entidade privada sem fins lucrativos equiparada à agência de bacia hidrográfica apresenta maior aderência às necessidades operacionais, técnicas e territoriais da Política Estadual de Recursos Hídricos.

O modelo de publicização mostra-se mais eficiente para assegurar suporte contínuo aos Comitês de Bacia Hidrográfica, maior capacidade de execução dos recursos públicos e melhor entrega de resultados à sociedade, mantendo-se integralmente preservadas as competências regulatórias, fiscalizatórias e de supervisão do Estado, exercidas pelo IGAM e pelos órgãos integrantes do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

7. Matriz de Riscos da Publicização

Considerando a implementação do modelo de execução descentralizada das atividades de apoio técnico, administrativo, financeiro e operacional aos Comitês de Bacia Hidrográfica, por meio de entidade privada sem fins lucrativos equiparada à agência de bacia hidrográfica, foi realizada análise dos principais riscos associados à contratação e execução do contrato de gestão, bem como das respectivas medidas de mitigação.

A presente matriz tem por finalidade subsidiar a tomada de decisão administrativa, fortalecer os mecanismos de governança e assegurar a adequada gestão dos recursos públicos.

7.1 Identificação e tratamento dos riscos

Evento de Risco	Causa Potencial	Impacto Potencial	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Medidas Preventivas e Mitigadoras
Seleção de entidade sem capacidade técnica ou operacional compatível	Fragilidade nos critérios de habilitação técnica e institucional	Comprometimento da execução do contrato, baixa qualidade dos serviços e descontinuidade operacional	Média	Alto	Alto	Definição de critérios objetivos de qualificação técnica, comprovação de experiência institucional, capacidade operacional mínima, análise documental e avaliação técnica pela comissão de seleção

Evento de Risco	Causa Potencial	Impacto Potencial	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Medidas Preventivas e Mitigadoras
Baixa execução física ou financeira dos recursos públicos	Fragilidade no planejamento, baixa capacidade gerencial ou insuficiência técnica da entidade	Acúmulo de saldos financeiros, baixa entrega de resultados e comprometimento dos objetivos institucionais	Média	Alto	Alto	Pactuação de metas e indicadores objetivos, cronograma físico-financeiro, monitoramento periódico pelo gestor do contrato e adoção de plano de ação corretivo
Aplicação de recursos em desconformidade com a finalidade legal	Deficiência nos controles internos ou interpretação inadequada das normas aplicáveis	Glosas, necessidade de devolução de recursos, responsabilização administrativa e dano reputacional	Baixa	Alto	Médio	Manual de execução financeira, capacitação inicial da entidade, segregação contábil por fonte, aprovação prévia de planos de aplicação e acompanhamento técnico contínuo
Insuficiência ou descontinuidade de repasses financeiros	Contingenciamento orçamentário, restrições fiscais ou variação de arrecadação	Paralisação parcial de atividades, revisão de metas e comprometimento da execução contratual	Média	Médio	Médio	Planejamento orçamentário anual, priorização de ações essenciais, previsão contratual de reprogramação físico-financeira e acompanhamento da execução orçamentária
Fragilidade na prestação de contas	Inconsistências documentais, falhas procedimentais ou deficiência técnica da entidade	Atraso na aprovação das contas, glosas, responsabilização dos gestores	Média	Alto	Alto	Padronização documental, capacitação em prestação de contas, acompanhamento técnico do gestor do contrato e análise periódica da conformidade documental

Evento de Risco	Causa Potencial	Impacto Potencial	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Medidas Preventivas e Mitigadoras
Alta rotatividade da equipe técnica da entidade	Instabilidade contratual ou baixa retenção de profissionais especializados	Perda de conhecimento institucional e redução da qualidade técnica	Média	Médio	Médio	Exigência de equipe técnica mínima, plano de substituição de profissionais e acompanhamento do quadro técnico pela comissão de acompanhamento
Fragilidade na governança institucional da entidade	Deficiências de gestão administrativa, financeira ou de controles internos	Risco de ineficiência administrativa e comprometimento institucional	Baixa	Alto	Médio	Exigência de regulamentos internos, demonstrações contábeis, mecanismos de compliance e auditoria independente, quando aplicável
Baixa articulação com os Comitês de Bacia Hidrográfica	Deficiência de comunicação institucional ou baixa capacidade de mobilização	Redução da legitimidade institucional e prejuízo à gestão participativa	Baixa	Médio	Baixo	Previsão contratual de agendas periódicas, reuniões técnicas, indicadores de atendimento e avaliação de satisfação dos Comitês
Descontinuidade contratual por inadimplemento ou descumprimento de metas	Falhas graves de execução contratual	Interrupção dos serviços prestados aos Comitês e necessidade de nova seleção pública	Baixa	Alto	Médio	Cláusulas de monitoramento, aplicação de sanções, plano de contingência operacional e previsão de transição assistida

7.2 Estratégia de Governança e Controle

Para mitigação dos riscos identificados, a execução do contrato de gestão deverá observar, entre outros, os seguintes mecanismos de governança:

I – estabelecimento de metas, indicadores de desempenho e cronograma físico-financeiro no Programa de Trabalho;

II – acompanhamento contínuo pelo gestor do contrato e pela comissão de avaliação prevista no Decreto Estadual nº 49.023/2025;

III – segregação contábil, financeira e operacional dos recursos por fonte de financiamento e, quando aplicável, por Comitê de Bacia Hidrográfica;

IV – apresentação periódica de relatórios técnicos, gerenciais e financeiros;

V – realização de auditorias, inspeções ou diligências técnicas sempre que necessário;

VI – adoção de medidas corretivas, reprogramação de metas ou aplicação de sanções contratuais em caso de desconformidades.

7.3 Da análise de riscos

A análise realizada demonstra que os riscos inerentes ao modelo de publicização são conhecidos, mensuráveis e passíveis de tratamento mediante adequada estruturação do edital de seleção, formalização de contrato de gestão com metas claras, mecanismos permanentes de monitoramento e observância dos controles previstos na legislação aplicável.

Conclui-se, portanto, que os riscos identificados não inviabilizam a adoção do modelo de execução por entidade equiparada, sendo plenamente mitigáveis mediante a atuação coordenada do **Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM**, da entidade contratada, dos **Comitês de Bacia Hidrográfica** e das instâncias de controle administrativo e financeiro do Estado.

8. Riscos da Não Publicização

A não realização do processo de seleção poderá ocasionar:

- fragilidade operacional dos Comitês de Bacia;
- baixa execução dos recursos arrecadados;
- descontinuidade de programas de fortalecimento institucional;
- prejuízo à implementação dos instrumentos de gestão;
- comprometimento da governança hídrica regional.

9. Conclusão

A presente análise técnica e administrativa evidencia que a publicização das atividades de apoio técnico, administrativo, financeiro e operacional aos Comitês de Bacia Hidrográfica, mediante seleção pública de entidade privada sem fins lucrativos a ser equiparada à agência de bacia hidrográfica, apresenta-se como solução institucional juridicamente adequada, tecnicamente recomendável e alinhada ao interesse público.

A modelagem proposta encontra amparo na Lei Estadual nº 13.199/1999 e no Decreto Estadual nº 49.023/2025, que preveem a atuação de entidades equiparadas como instrumentos de apoio à implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos e ao fortalecimento do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SEGRH-MG.

A análise comparativa entre a execução direta pelo Estado e a execução descentralizada por entidade equiparada demonstra que, embora ambas sejam juridicamente possíveis, a execução por entidade selecionada mediante chamamento público apresenta maior aderência às necessidades operacionais dos Comitês de Bacia Hidrográfica, especialmente quanto à especialização técnica, continuidade administrativa, regionalização das ações, capacidade de articulação institucional e maior eficiência na gestão e execução dos recursos públicos.

Adicionalmente, verificou-se a existência de viabilidade operacional e financeira para a implementação do modelo, inclusive com a possibilidade de execução integrada de recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, do **FHIDRO**, do Programa Procomitês e de outras fontes vinculadas à política pública de recursos hídricos, observados os mecanismos de segregação contábil, monitoramento, controle e prestação de contas estabelecidos na legislação aplicável.

A matriz de riscos elaborada demonstra que os riscos inerentes à contratação e execução do modelo são identificáveis, administráveis e passíveis de mitigação por meio de instrumentos adequados de governança, seleção técnica, pactuação de metas, fiscalização contratual e acompanhamento institucional contínuo pelo **Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM**.

Dessa forma, sob os aspectos jurídico, técnico, administrativo, operacional e financeiro, conclui-se pela **viabilidade e conveniência administrativa da publicização** das atividades executivas de apoio aos Comitês de Bacia Hidrográfica, recomendando-se o prosseguimento do processo administrativo para publicação do edital de chamamento público, seleção da entidade e posterior celebração do contrato de gestão, como medida necessária ao fortalecimento da governança hídrica, à efetiva implementação dos instrumentos de gestão e à promoção dos objetivos da Política Estadual de Recursos Hídricos no Estado de Minas Gerais.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo da Fonseca, Diretor(a) Geral**, em 13/07/2026, às 09:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **144203091** e o código CRC **CEFD06EC**.

Referência: Processo nº 2240.01.0000321/2026-65

SEI nº 144203091